

# Relatório Anual 2016



PRECE <sup>34</sup>anos  
Previdência

*Segurança e Tranquilidade  
para o Seu Futuro*



## PRIMEIRA ETAPA DE UMA NOVA GESTÃO

Nas páginas a seguir, estão detalhados os resultados operacionais da Prece em 2016, bem como as principais ações do primeiro período de gestão dos integrantes da diretoria executiva, do conselho deliberativo e do conselho fiscal, eleitos em julho, habilitados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) em novembro, pela Portaria no 524, e em seguida empossados.

A habilitação foi feita mediante a avaliação da Diretoria de Análise Técnica (Ditec) da Previc, cumprindo os novos procedimentos instituídos pela Instrução nº 28, editada em maio. Conforme a Instrução, diretores e conselheiros de todas as entidades fechadas de previdência complementar, eleitos ou indicados a partir de 1º de julho, precisaram passar por essa avaliação.

A medida abrangeu também outros empregados diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios de todas essas entidades, que igualmente só puderam assumir suas funções após passar por processo de habilitação da Previc para verificação de conformidade com os requisitos técnicos necessários.

Para os novos dirigentes da Prece, esses procedimentos contribuíram e continuarão a contribuir efetivamente para manter a qualidade técnica na gestão dos fundos de pensão e para que haja transparência ainda maior na governança das entidades fechadas de previdência, beneficiando diretamente participantes, assistidos e patrocinadoras.

O Relatório Anual de Informações (RAI) apresentado a seguir demonstra os dados técnicos e contábeis resultantes do trabalho realizado na Prece durante o exercício de 2016 e cumpre determinações legais.

No entanto, traz também informações que colocam em evidência outros aspectos relevantes desse trabalho, como o contexto político-econômico em que foi executado, as estratégias e práticas adotadas, e os investimentos em programas e ações de educação financeira e previdenciária, dando um panorama completo do exercício.

Acima de tudo, o que o RAI deixa transparecer nas próximas páginas é que, após uma trajetória que completou 33 anos em 2016, a Prece manteve seus valores essenciais preservados e sempre focados no futuro, na segurança, na tranquilidade e na qualidade de vida de participantes e assistidos pelos planos de benefícios que administra.

Boa leitura para todos, sendo que os interessados em consultar a versão digital completa do RAI 2016 devem acessar o Portal da Prece ([www.prece.com.br](http://www.prece.com.br))!

### CONSELHO DELIBERATIVO

Eduardo Freire da Silva Vargas  
**Presidente**  
Altecyr Sodré Villaça  
**Membro Efetivo Nomeado**  
Aloysio Gomes Feital Filho  
**Membro Efetivo Nomeado**  
Valdemir Luiz de Carvalho  
**Membro Efetivo Eleito**  
Marcelo Peres Gomes  
**Membro Efetivo Eleito**

José Wallace Simão  
**Membro Efetivo Eleito**  
Jerônimo Leite Mendanha  
**Membro Suplente Eleito**  
Marcelo Dibe Rodrigues  
**Membro Suplente Nomeado**  
Sérgio Henrique Rodrigues da Silva  
**Membro Suplente Nomeado**  
Valmir Nideck  
**Membro Suplente Nomeado**

### CONSELHO FISCAL

José Costa Neto  
**Presidente**  
Jussara Seia Ferreira  
**Membro Efetivo Eleito**  
Daisy Cristina de Alvarenga Menezes  
**Membro Efetivo Nomeado**  
Orlando Eduardo Bezerra  
**Membro Efetivo Nomeado**  
Leila Silva dos Santos  
**Membro Suplente Eleito**  
Sandoval Gomes de Sena Neto  
**Membro Suplente Eleito**  
José Lima Neto  
**Membro Suplente Nomeado**

## MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

### PROXIMIDADE E TRANSPARÊNCIA



A condução das atividades da Prece ao longo de 2016 foi pautada, acima de tudo, pelo compromisso de toda a diretoria em realizar uma gestão transparente e empenhada em estreitar cada vez mais o relacionamento com as patrocinadoras e os participantes dos planos de benefícios que administramos.

Alicerçados nessa proposta, buscamos oferecer um atendimento pleno às necessidades específicas de cada segmento, ampliando nossas ferramentas de comunicação, aprimorando nossos processos e modernizando nossa estrutura operacional.

Atuamos ainda em consonância com o novo modelo de fiscalização da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), denominado Supervisão Baseada em Risco, que entrou em vigor em março. Essa supervisão, de caráter preventivo, possibilita agilidade nos ajustamentos, em caso de necessidade.

Por esse novo modelo de fiscalização, foram avaliados pela Previc todos os quesitos relacionados à gestão da Prece: estrutura gerencial; processo e fluxo de informações; processo decisório; identificação, avaliação e gerenciamento de riscos; política de capacitação de gestores; e educação previdenciária.

Com relação a esse último item, vale destacar que, em 2016, o Programa de Educação Financeira e Previdenciária da Prece Conversando sobre o Futuro evoluiu de forma significativa. Com uma intensa programação de cursos, palestras e eventos, o programa proporcionou a participantes, empregados das patrocinadoras e à nossa equipe de colaboradores importante aprendizado sobre como gerenciar adequadamente o dinheiro, poupar recursos e entender melhor o mercado de previdência complementar.

Como parte do programa, participamos ainda, em maio, da quarta edição da Semana Nacional de Educação Financeira, evento anual do Comitê Nacional de Educação Financeira (Conef). A iniciativa relaciona-se à Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), política pública que envolve uma mobilização multissetorial em torno da realização de ações gratuitas de educação financeira em todo o país.

Na Prece, promovemos a palestra de Educação Financeira e Previdenciária, através da Associação Brasileira de Educação Financeira (ABEF), com a presença de colaboradores e dirigentes da Prece e da CAC, tendo como principal abordagem a necessidade de investir no presente para desfrutar no futuro de um período pós-laboral tranquilo e seguro.

Em fevereiro, oferecemos aos nossos colaboradores a possibilidade de ingressar no Plano Prece III, dando a todos eles a chance de construir também, a partir de agora, um futuro melhor.

Em 2016, tivemos a oportunidade de receber a visita de uma delegação estrangeira, formada por cinco gestores da Caixa de Protecção Social do Ministério do Interior da República de Angola, fundo de pensão do governo local, criado há cinco anos para bombeiros, policiais e militares.

O grupo esteve na sede da Prece, em julho, para conhecer o funcionamento das áreas de benefícios, seguridade e investimentos, bem como para trocar experiências e conhecimentos técnicos com nossa equipe.

Também investimos efetivamente em governança, controle e gestão de pessoas e nos empenhamos ao máximo em garantir a solidez e a rentabilidade da carteira de investimentos de nossos planos de benefícios, diante de um quadro político-econômico extremamente conturbado.

Se o futuro fala de mudanças, todos na PRECE estão visando o futuro, mas sem descuidar do presente, com transparência nas suas ações e com atuação pautada nas melhores práticas de gestão corporativa, pois sabemos que só assim seremos capazes de oferecer um futuro seguro e tranquilo a nossos participantes e assistidos.

**Sidney do Valle Costa**  
Diretor-presidente da Prece

### MISSÃO

Oferecer soluções criativas na administração de Planos de Previdência Privada.

### VISÃO ESTRATÉGICA

Ser reconhecida como referência nacional dentre as Entidades Fechadas de Previdência Privada multi-patrocinadas.

### PRINCÍPIOS

- Satisfação do cliente.
- Credibilidade.
- Transparência e Participação.
- Sustentabilidade Empresarial.
- Busca da Excelência.
- Responsabilidade Sócioambiental.

## SUMÁRIO

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO .....	6
DIRETOR DE INVESTIMENTOS .....	7
DIRETOR DE SEGURIDADE.....	8
<b>A PRECE EM 2016</b>	
<b>PERFIS ETÁRIOS E QUANTIDADE DE PARTICIPANTES POR PLANO</b>	
PRECE I.....	9
PRECE II.....	10
PRECE III.....	11
PRECE CV.....	12
NÚMERO DE ATENDIMENTOS.....	13
GLOSSÁRIO.....	14
AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS – AÇÕES SOCIAIS.....	17
<b>DESENVOLVIMENTO HUMANO</b>	
AÇÕES SOCIOCULTURAIS.....	17
CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS E GESTORES .....	18
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS E PARECERES .....	20
DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL.....	21
DEMONSTRAÇÕES DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - DPGA.....	22
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	23
DEMONSTRATIVO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS .....	44
INFORMAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - PLANO PGA .....	47
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS PLANOS PRECE I E II.....	48
PARECERES ATUARIAIS DOS PLANOS PRECE I E PRECE II.....	51
INFORMAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - PLANOS I E II.....	60
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO PLANO PRECE III .....	62
PARECER ATUARIAL DO PLANO PRECE III .....	63
INFORMAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - PLANO PRECE III (CD) .....	69
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO PLANO PRECE CV.....	70
PARECER ATUARIAL DO PLANO PRECE CV.....	71
INFORMAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - PLANO PRECE CV .....	77
PARECERES E OUTRAS INFORMAÇÕES.....	79
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES .....	80
PARECER E VOTO DO CONSELHO FISCAL.....	83
DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO.....	84

## Expediente

### Edição

Sandrah Jordão

Analista de Comunicação  
e Designer da PRECE

### Gerência

Responsável

GREBE

Daniele Oliveira

### Projeto gráfico e Editoração

**TATAP**  
PIRES

21 | 99894-9451  
tatapires.com.br | tatapires@tatapires.com.br

### Jornalista

Mára Bentes

### PRECE Previdência

www.prece.com.br

Tel.: (21) 3282-8160

SMS e Whatsapp: (21) 99163-8180

## Arildo de Oliveira Pinto - Diretor Administrativo e Financeiro

### REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Em busca da melhoria de nossos procedimentos operacionais e do aperfeiçoamento do sistema de gestão da área administrativo-financeira, trabalhamos intensamente no final de 2016 – quando teve início meu mandato – com o objetivo de obter uma análise profunda e criteriosa de nossa estrutura financeira, contábil e de recursos humanos.

Essa 'radiografia' pavimentou o caminho que nos levou em direção ao início de importantes mudanças em nossa área ainda em 2016 e ao planejamento de outras medidas igualmente importantes para 2017.

No que diz respeito à parte administrativa, já revisamos alguns contratos de prestação de serviços e consultorias externas e, em nossos quadros, eliminamos uma gerência com o propósito de otimizar custos e tarefas, sem prejuízo da qualidade de nossos serviços.

Vale destacar ainda que, em 2016, o setor de informática da Prece, que interliga toda a empresa, foi incorporado à nossa área, demandando providências com relação a remanejamento de espaço e reinstalação de pessoas e equipamentos.

No que se refere à parte financeira, temos uma equipe que, embora tenha sob sua responsabilidade um escopo grande de atividades, é bastante enxuta, assim como a equipe contábil, e já fizemos estudos sobre a possibilidade de aumentar esses dois efetivos.

Para 2017, planejamos uma mudança ainda mais ampla para melhor funcionamento desses setores, atualizando e redimensionando a estrutura que já foi utilizada anteriormente com sucesso na Prece, o que contribuirá para melhor fluidez do trabalho.

Outra medida a ser adotada é a reorganização dos recursos humanos a partir da verificação de três aspectos: adequação de pessoas e funções, duplicidade de tarefas e cargos, e conformidade das atuais nomenclaturas de cargos com as práticas do mercado.

Também está prevista em 2017 a redistribuição das equipes internas e dos afazeres, para atender a crescentes demandas e resoluções da Previc. Para esse atendimento, precisaremos ainda contratar novos consultores, seja para a elaboração de pareceres técnicos que embasem nossas análises de conformidade e relatórios, seja para as auditorias exigidas pelo órgão regulador.

É importante ressaltar que todas essas mudanças serão feitas com base nos estudos que realizamos, ou seja, com 'nossos pés firmes no chão'. E com o comprometimento de que prestaremos um serviço de excelência aos participantes de nossos planos de benefícios, dentro das melhores e mais modernas práticas administrativo-financeiras, sem onerar seu patrimônio.

## Milton Luis de Araújo Leobons - Diretor de Investimentos

### RENTABILIDADE POSITIVA



O ano de 2016 foi marcado por muitas mudanças no âmbito político e dificuldades no campo econômico, com muita volatilidade no câmbio e nas curvas de juros. É possível mesmo afirmar, de forma taxativa, que em 2016 estivemos diante de um dos cenários mais difíceis e desafiadores dos últimos anos para a gestão de recursos no país, mas apesar desse quadro os planos de benefícios administrados pela Prece fecharam o ano com rentabilidade positiva.

Este desempenho é resultante da concentração das aplicações de recursos dos planos em investimentos de renda fixa, estratégia que foi adotada pela Prece em 2014 e vem sendo mantida com sucesso. Com essa estratégia, foi resguardado mais uma vez o patrimônio dos participantes dos planos previdenciários da entidade, apesar das muitas turbulências políticas e econômicas de 2016.

Logo no início do ano (fevereiro), ainda no governo da Presidente Dilma Rousseff, houve mudanças na condução da política econômica, com a substituição do Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, pelo então Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa. Com o impeachment da Presidente (iniciado em maio) e a posse do Vice-Presidente Michel Temer (em agosto), houve nova mudança, com a nomeação do Ministro Henrique Meirelles para a pasta.

Pelo segundo ano consecutivo, houve contração na economia brasileira – e em todos os segmentos de atividade. Em dezembro de 2016, a retração alcançou 3,6%. O Produto Interno Bruto (PIB) per capita, por sua vez, acumulou uma queda de 4,4% em relação a 2015.

Depois de um início de ano tenso, a cotação do dólar fechou janeiro em R\$ 4,16, em meio à crise política interna e à queda nos preços internacionais do petróleo. A troca de governo no Brasil e a recuperação dos preços das commodities acalmou o mercado e o dólar chegou a R\$ 3,10 no final de dezembro.

A inflação começou 2016 em aceleração, com as projeções do mercado bem acima da meta de 6,5%. Em janeiro, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) teve variação de 1,27%. A recessão econômica, o aumento do desemprego e a política monetária contribuíram para o processo de desinflação e o IPCA fechou o ano com uma variação de 6,58%.

Com a desaceleração das expectativas da inflação e a recessão econômica, o Banco Central iniciou em outubro a queda dos juros, fato que não acontecia desde julho de 2015. Após a última reunião do ano de seu Comitê de Política Monetária (Copom), a taxa de juros saiu de 14,25% a.a. para 13,75% a.a.

Os planos de benefícios da Prece não ficaram imunes a essa conjuntura, mas tiveram seu patrimônio preservado. A rentabilidade do Plano Prece CV no ano foi de 13,48%, mediante uma meta atuarial em seu segmento de 12,16%. O índice de rentabilidade dos Planos Prece I e II foi de 12,70%, para metas atuariais de 12,42% e 11,54%, respectivamente. O Plano Prece III teve rentabilidade ainda mais alta: 14,57%, bem acima da poupança (6,58%) e do CDI (14%).

A expectativa é que tenhamos pela frente cenários ainda bastante difíceis, mas aguardamos 2017 com confiança e preparados para mais uma vez utilizar as estratégias mais adequadas em defesa do patrimônio dos participantes dos planos da Prece.

## José Eduardo Albano do Amarante - Diretor de Seguridade

### *SUPERANDO DESAFIOS*



Os percalços foram muitos em 2016, diante de uma política turbulenta e de uma economia instável e recessiva que abalou a maioria dos setores, inclusive o mercado de previdência complementar.

Em meio a esse quadro, do qual não saímos ilesos, buscamos ao longo do ano as formas mais eficientes e adequadas de atender aos interesses dos participantes ativos e assistidos de nosso fundo de pensão, aprimorando ainda mais procedimentos e práticas operacionais, bem como mecanismos internos de controle e gestão de risco.

Computamos assim alguns êxitos, como, por exemplo, a redução das taxas de risco do Prece CV e do Prece III pelo segundo ano consecutivo, a partir do novo plano de custeio que começou a vigorar em junho. No comparativo de 2015 para 2016, a taxa de risco do Prece CV caiu de 8,086% para 2,645% sobre a contribuição patronal, enquanto a do Prece III teve queda de 6,731% para 3,769%.

O Programa de Educação Financeira e Previdenciária Conversando sobre o Futuro, que implantamos em 2016, também foi bem-sucedido em sua missão nesta segunda etapa: realizou várias atividades e municiou participantes e assistidos dos planos de benefícios, empregados da empresa e das patrocinadoras com informações essenciais ao planejamento, controle e ampliação de seu patrimônio, de forma a garantir melhor qualidade de vida presente e futura.

Entre os destaques no ano, está o equacionamento do Prece CV, modalidade renda vitalícia, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Prece no mês de dezembro. Para restabelecer o equilíbrio atuarial dessa modalidade, afetado por fatores conjunturais, foi definida atuarialmente uma contribuição extraordinária de 7,92% sobre o benefício bruto a partir de janeiro de 2017 por parte de aposentados e pensionistas, e também das patrocinadoras.

Também é importante considerar que a Prece encaminhou à Previc, no final do exercício de 2016, um plano de ação prevendo as etapas necessárias para o processo de migração de inscrição dos planos Prece I e II para o plano Prece CV. Este plano de ação envolve 3 etapas. Etapa 1: alteração dos regulamentos dos planos Prece I, Prece II e Prece CV. Etapa 2: abertura do processo de migração que será iniciado após a finalização da etapa 1. Etapa 3: definição de estratégias após o resultado da migração.

No momento, a Prece está na finalização da etapa 1, e, após a aprovação por todos os órgãos colegiados da entidade e das patrocinadoras, as propostas de alteração dos regulamentos serão enviadas à Previc para análise e aprovação.

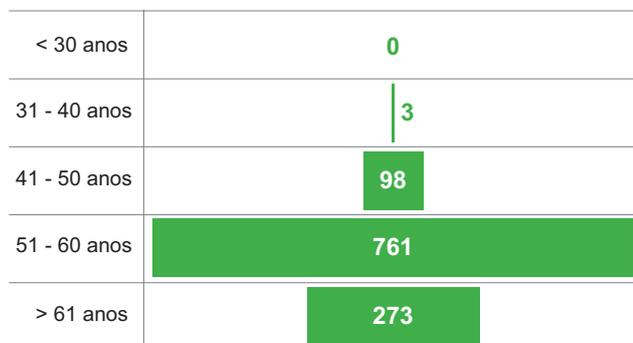
Por fim, podemos assegurar que iniciaremos 2017 certos de que, com energias renovadas e empenho redobrado, iremos superar todos os desafios dessa nova etapa.

## A PRECE EM 2016

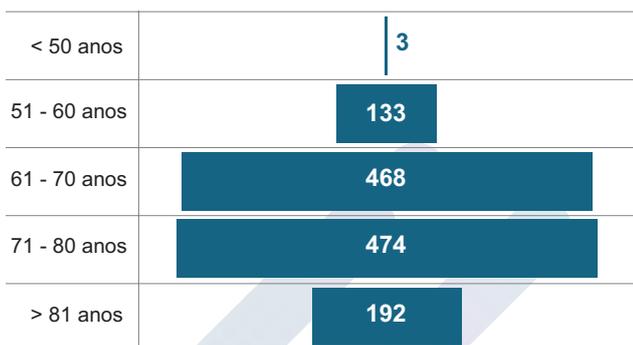
### PRECE I - Perfis etários

Posição em 31/12/2016

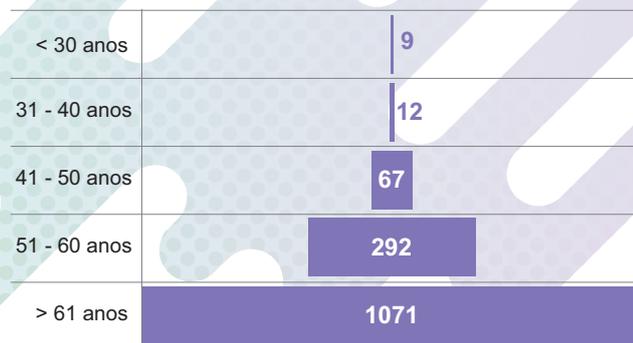
<b>Ativos</b>	<b>1.135</b>
< 30 anos	0
31 - 40 anos	3
41 - 50 anos	98
51 - 60 anos	761
> 61 anos	273



<b>Aposentado</b>	<b>1.270</b>
< 50 anos	3
51 - 60 anos	133
61 - 70 anos	468
71 - 80 anos	474
> 81 anos	192



<b>Pensão</b>	<b>1.451</b>
< 30 anos	9
31 - 40 anos	12
41 - 50 anos	67
51 - 60 anos	292
> 61 anos	1071



## PRECE II - Perfis etários

Posição em 31/12/2016

<b>Ativos</b>	<b>981</b>
< 30 anos	0
31 - 40 anos	0
41 - 50 anos	79
51 - 60 anos	663
> 61 anos	239

< 30 anos	0
31 - 40 anos	0
41 - 50 anos	79
51 - 60 anos	663
> 61 anos	239

<b>Aposentado</b>	<b>219</b>
< 50 anos	0
51 - 60 anos	3
61 - 70 anos	26
71 - 80 anos	83
> 81 anos	107

< 50 anos	0
51 - 60 anos	3
61 - 70 anos	26
71 - 80 anos	83
> 81 anos	107

<b>Pensão</b>	<b>512</b>
< 30 anos	0
31 - 40 anos	1
41 - 50 anos	6
51 - 60 anos	52
> 61 anos	453

< 30 anos	0
31 - 40 anos	1
41 - 50 anos	6
51 - 60 anos	52
> 61 anos	453

Obs.: Os Participantes do Plano PRECE II são, também, participantes do Plano PRECE I

## PRECE III - Perfis etários

Posição em 31/12/2016

<b>Ativos</b>	<b>357</b>
< 30 anos	44
31 - 40 anos	104
41 - 50 anos	126
51 - 60 anos	71
> 61 anos	12

< 30 anos	44
31 - 40 anos	104
41 - 50 anos	126
51 - 60 anos	71
> 61 anos	12

<b>Aposentado</b>	<b>2</b>
< 50 anos	0
51 - 60 anos	2
61 - 70 anos	0
71 - 80 anos	0
> 81 anos	0

< 50 anos	0
51 - 60 anos	2
61 - 70 anos	0
71 - 80 anos	0
> 81 anos	0

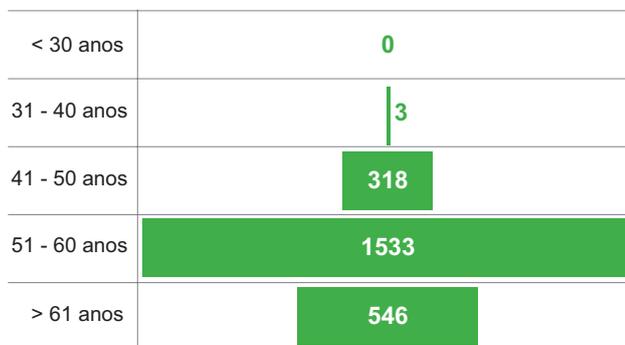
<b>Pensão</b>	<b>3</b>
< 30 anos	1
31 - 40 anos	0
41 - 50 anos	1
51 - 60 anos	1
> 61 anos	0

< 30 anos	1
31 - 40 anos	0
41 - 50 anos	1
51 - 60 anos	1
> 61 anos	0

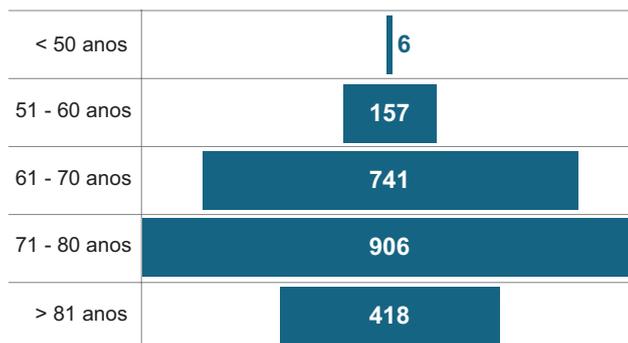
## PRECE CV - Perfis etários

Posição em 31/12/2016

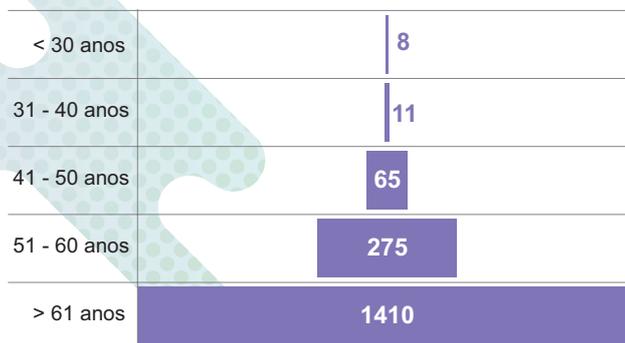
<b>Ativos</b>	<b>2.400</b>
< 30 anos	0
31 - 40 anos	3
41 - 50 anos	318
51 - 60 anos	1533
> 61 anos	546



<b>Aposentado</b>	<b>2.228</b>
< 50 anos	6
51 - 60 anos	157
61 - 70 anos	741
71 - 80 anos	906
> 81 anos	418



<b>Pensão</b>	<b>1.769</b>
< 30 anos	8
31 - 40 anos	11
41 - 50 anos	65
51 - 60 anos	275
> 61 anos	1410



## Quantidade de Participante por situação

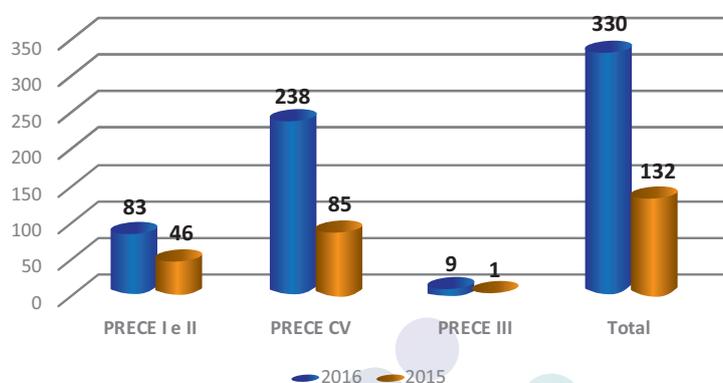
Status	Planos			
	PRECE I	PRECE II <sup>(1)</sup>	PRECE III	PRECE CV
Ativo	1135	981	357	2400
Aposentado	1270	219	2	2228
Pensão	1451	512	3	1769
<b>Total</b>	<b>3856</b>	<b>1712</b>	<b>362</b>	<b>6397</b>

Fonte: Arquivo Avaliação Atuarial

<sup>(1)</sup> Plano suplementar e exclusivo aos participantes inscritos no PRECE I

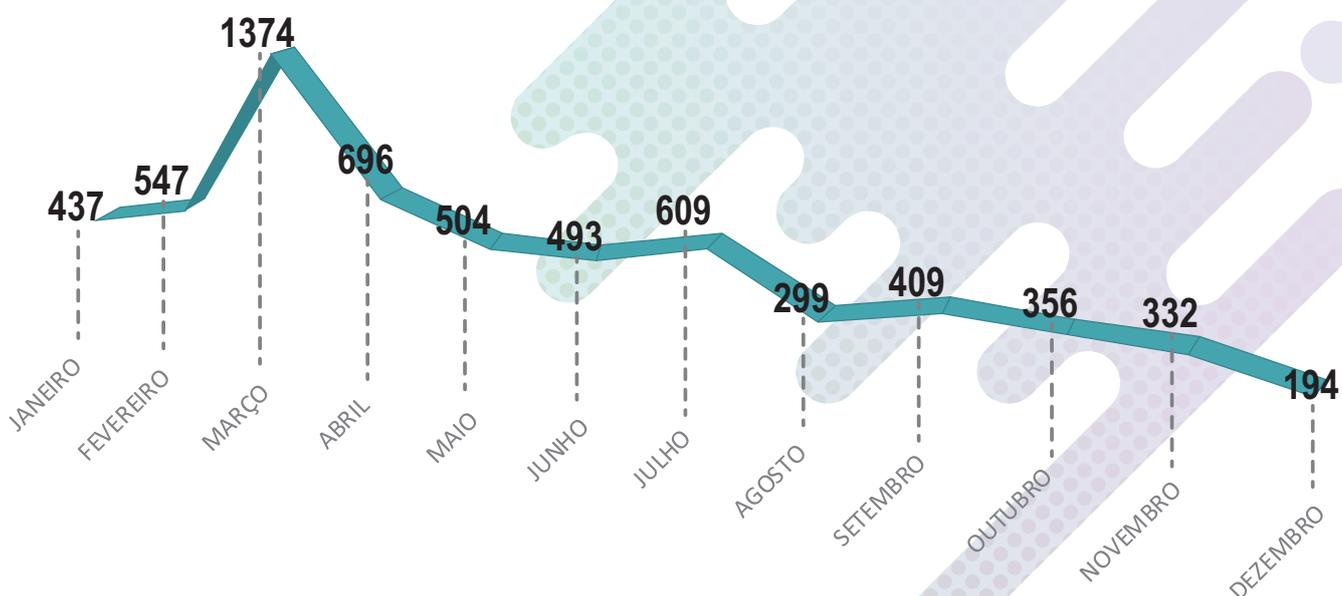
No contingente de Desligados dos planos de benefícios, consideramos nessa classificação aqueles que desistiram do plano, os inadimplentes de contribuição (com observância das regras regulamentares de cada plano) e os optantes pelos institutos do resgate ou portabilidade.

Desligados dos Planos de Benefícios			
Planos	2016	2015	Subtotal
PRECE I e II	83	46	129
PRECE CV	238	85	323
PRECE III	9	1	10
<b>Total</b>	<b>330</b>	<b>132</b>	<b>462</b>



O relevante aumento de desligados em 2016 se deve em razão do Plano de Demissão Voluntária (PDV) da patrocinadora CEDAE que teve início em outubro de 2015 e término em janeiro de 2016, no qual os empregados considerados estratégicos terão o desligamento realizado no decorrer dos 18 meses seguintes, que é o prazo máximo previsto no PDV.

## Número de Atendimentos



## GLOSSÁRIO ENTENDENDO O RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES

### BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é uma demonstração contábil de periodicidade anual, comparativa com o ano anterior, que se destina a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a posição patrimonial e financeira da Entidade, de acordo com a Resolução CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011.

Sua constituição é:

**Ativo** – este item representa os bens e os direitos que a Entidade dispõe para honrar os compromissos dos planos de benefícios.

**Passivo** – este item representa as obrigações que a Entidade possui, junto aos Participantes e Terceiros.

**Patrimônio Social** – representa os recursos que a Entidade dispõe para fazer frente às suas obrigações, junto aos Participantes.

### DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL – DMPS

Apresenta a movimentação do patrimônio social da Entidade e as mudanças que ocorreram durante o período, demonstradas por meio de entradas e saídas de recursos. Este quadro é composto das seguintes informações:

**ITEM A – PATRIMÔNIO SOCIAL – INÍCIO DO EXERCÍCIO** – são os recursos que a Entidade possui no início do ano para cumprir com todas as suas obrigações.

**ITEM 1 – ADIÇÕES** – são recursos que a Entidade recebe durante o ano e que aumentam o seu patrimônio.

**ITEM 2 – DESTINAÇÕES** – são as saídas de recursos que ocorrem durante o exercício.

**ITEM 3 – ACRÉSCIMOS/DECRÉSCIMOS** – neste item é apresentado o resultado entre as adições e as destinações ocorridas no patrimônio social da Entidade.

**ITEM 4 – OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS** – aqui é demonstrado se houve união ou divisão de planos e/ou transferência de planos de uma entidade para a outra.

**ITEM B – PATRIMÔNIO SOCIAL – FINAL DO EXERCÍCIO** – apresenta a demonstração dos recursos que a Entidade possui no final do exercício, destinados a cumprir com suas obrigações.

### DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – DPGA

Apresenta a atividade administrativa da Entidade e o Fundo Administrativo, demonstrando sua movimentação por meio

das receitas, despesas e rendimentos obtidos durante o exercício. É composta das seguintes informações:

**ITEM A – FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR** – valor do fundo administrativo no início do exercício.

**ITEM 1 – CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA** – são os valores recebidos para pagamento das despesas administrativas

**ITEM 2 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS** – são valores gastos pela entidade para administração dos planos de benefícios.

**ITEM 3 – RESULTADOS NEGATIVOS DOS INVESTIMENTOS** – representa o resultado negativo obtido com as aplicações dos recursos do fundo administrativo.

**ITEM 4 – SOBRA/INSUFICIÊNCIA** – é a diferença entre receitas e despesas.

**ITEM 5 – CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO** – aqui os valores são apresentados de acordo com o resultado apresentado no item anterior. Se tiver sobra, aumenta o fundo e, se tiver insuficiência, diminui.

**ITEM B – FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL** – Aqui é apresentado o valor do fundo administrativo no final do exercício.

### DEMONSTRAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS – DAL

Demonstra o ativo líquido do Plano, apresentando saldos de contas do ativo e passivo. É um composto das seguintes informações:

**1 – ATIVO** – representa o valor do patrimônio que o Plano dispõe para pagar os compromissos assumidos.

**2 – OBRIGAÇÕES** – são os pagamentos imediatos e futuros do Plano.

**3 – FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS** – são valores para pagamento das despesas administrativas e quitação de empréstimos e financiamentos por morte.

**4 – RESULTADOS A REALIZAR** – representa os valores pagos em títulos e que se reverterá em dinheiro no futuro.

**5 – ATIVO LÍQUIDO** – apresenta o montante de recursos que o Plano possui para cumprir com o pagamento dos benefícios.

### DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – DMAL

Apresenta a movimentação e mudanças ocorridas no ativo líquido de cada Plano de Benefícios. Esta demonstração é

feita por meio da apresentação de entradas e saídas de recursos.

É composta pelas seguintes informações:

**ITEM A - ATIVO LÍQUIDO – INÍCIO DO EXERCÍCIO** – representa o valor disponível para o pagamento dos benefícios prometidos no início de cada ano.

**ITEM 1 – ADIÇÕES** - são os valores aportados para o pagamento dos benefícios do plano.

**ITEM 2 – DESTINAÇÕES** – benefícios pagos conforme o Regulamento do Plano.

**ITEM 3 – ACRÉSCIMOS/DECRÉSCIMOS** – representa o acréscimo ou o decréscimo do montante dos recursos do Plano.

**ITEM B – ATIVO LÍQUIDO – FINAL DO EXERCÍCIO** – demonstra o valor disponível para o pagamento dos benefícios no final de cada ano.

**ITEM C – FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS** – são os valores destinados ao pagamento das despesas administrativas e quitação de empréstimos e financiamento por morte.

## DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO – DPT

Apresenta os valores das obrigações presentes e futuras do Plano de Benefícios. É composta das seguintes informações:

**PROVISÕES TÉCNICAS** – apresenta a soma dos itens de 1 a 5, conforme a seguir:

**ITEM 1 – PROVISÕES MATEMÁTICAS** - são os valores comprometidos com os pagamentos de Benefícios de todos os participantes do Plano.

**ITEM 2 – EQUILÍBRIO TÉCNICO** – representa a sobra ou falta de recursos do Plano.

**ITEM 2.1 – RESULTADOS REALIZADOS** – é a sobra ou a falta de Recursos ao longo dos anos.

**ITEM 2.2 – RESULTADOS A REALIZAR** – refere-se a valores pagos em títulos e que, no futuro, se transformará em dinheiro.

**ITEM 3 – FUNDOS** – são recursos para garantir a segurança do pagamento dos benefícios.

**ITEM 4 – EXIGÍVEL OPERACIONAL** – são os pagamentos que o Plano terá que realizar.

**ITEM 5 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL** – são pagamentos futuros que o plano poderá fazer se perder processos judiciais.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

É um documento que apresenta informações com o objetivo de complementar as demonstrações financeiras e esclarecer

os critérios contábeis utilizados pela Entidade, a composição dos saldos de determinadas Contas, os métodos de depreciação, os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais etc.

As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.

As Notas Explicativas são informações integrantes das Demonstrações Financeiras.

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

É o documento em que o auditor externo expressa sua opinião, de forma clara e objetiva, sobre as demonstrações contábeis quanto ao adequado atendimento, ou não, a todos os aspectos relevantes.

## POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

É um documento apresentado anualmente que apresenta as seguintes informações:

1 – Critérios de alocação de recursos entre os segmentos de renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, imóveis, empréstimos a participantes etc;

2 – Objetivos específicos de rentabilidade para cada segmento de aplicação;

3 – Limites utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica;

4 – Limites utilizados para a realização de operações com derivativos;

5 – Avaliação do cenário macroeconômico de curto, médio e longos prazos - Estas informações auxiliam na avaliação dos recursos investidos, na escolha das instituições que vão administrar os investimentos e na avaliação dos limites de risco de mercado e de crédito, por exemplo. Neste Relatório anual você terá a oportunidade de ver o resumo da política de investimentos.

## DEMONSTRATIVOS DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Estes Demonstrativos revelam a alocação de recursos da entidade, os limites de alocação atual versus o que foi definido pela política de investimentos e a legislação vigente, os recursos com gestão terceirizada, a rentabilidade dos investimentos por segmento (renda fixa, renda variável etc.), a diferença entre a rentabilidade, os segmentos e a meta atuarial da entidade, os custos de custódia dos recursos e as modalidades de aplicação.

## META ATUARIAL

É uma meta de rentabilidade utilizada como parâmetro para o retorno dos investimentos do fundo, de forma que os eventuais compromissos futuros da entidade possam ser cumpridos.

## PARECER ATUARIAL

É um relatório preparado por uma consultoria atuarial externa, contratada para apresentar estudos técnicos sobre os planos de previdência.

Seu objetivo é avaliar sobre a qualidade da base cadastral, das premissas atuariais, do custo e plano de custeio e sobre

a saúde financeira da Entidade, visando a honrar o pagamento dos benefícios presentes e futuros de todos os planos administrados pela Entidade.

## PARECER E VOTO DO CONSELHO FISCAL

Documento que ratifica e aprova as informações e demonstrações contábeis elaboradas e auditadas.

## DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Aprova as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas.



## AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS – AÇÕES SOCIAIS

### Outubro Rosa

A PRECE participou do Movimento OUTUBRO ROSA 2016. A ação tem como objetivo orientar e estimular a participação da população no controle do câncer de mama. A data é celebrada anualmente visando compartilhar informações sobre o assunto e promover a conscientização sobre a importância da detecção precoce da doença.



### Novembro Azul

A PRECE participou do NOVEMBRO AZUL 2016. O movimento tem o objetivo de orientar e estimular a participação da população no controle do câncer de próstata. A data é celebrada anualmente visando compartilhar informações sobre o assunto, promovendo a conscientização sobre a importância da detecção precoce da doença.

## DESENVOLVIMENTO HUMANO

### AÇÕES SOCIOCULTURAIS

#### MISSA DA PRECE – 33 ANOS

Dirigentes, colaboradores e participantes ativos e assistidos estiveram presentes na Missa de Ação de Graças – celebração ecumênica – realizada no dia 18 de janeiro de 2016, na Igreja da Candelária – em comemoração aos 33 anos de existência da Entidade. O evento tradicional que sensibiliza, emociona e integra todos os dirigentes e participantes das patrocinadoras, em prol de um objetivo comum.



#### AÇÕES RELEVANTES DA GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

**IBDD** – A Gerência administrativa da PRECE, por meio do convênio com o Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência – IBDD, manteve em seu quadro a contratação de um portador de necessidade especial.

**APAR** – Foi mantida em seu quadro, durante o ano de 2016, através de convênio, a contratação de dois menores aprendizes.

**CIEE** – também foi mantida em seu quadro, através de convênio com o Centro de Integração Empresa Escola - CIEE a contratação estagiários de economia, de atuária, de contabilidade, de direito e de administração.

**VACINAÇÃO** - foi oferecida, gratuitamente, vacina contra a gripe a todo o quadro de colaboradores da Entidade.

## CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS E GESTORES

### CONGRESSO DA ABRAPP

Entre os dias 12 e 14/09/2016, No Centro Sul, Florianópolis - Santa Catarina, a ABRAPP realizou a 37ª Edição do Congresso sobre Previdência Complementar Fechada, que é considerado o principal e maior evento da América Latina sobre questões e tendências referentes à previdência complementar.

"Previdência Complementar: Um novo Projeto para o País" foi o tema do Congresso.

Profissionais da PRECE estiveram presentes ao Evento e participaram das diversas Plenárias e Painéis que abordaram assuntos relevantes do segmento que certamente irão agregar valores, expertise e novos conhecimentos aos gestores e técnicos da Entidade, trazendo evolução e robustez na qualidade dos serviços prestados.

Para os gestores da PRECE não há dúvidas de que a atualização profissional, o debate sobre os assuntos pertinentes ao segmento, além da busca constante de novos conhecimentos, são condições fundamentais a todos os profissionais que constroem no presente, um futuro com tranquilidade, rentabilidade e segurança para os participantes dos seus planos de previdência.

### COMISSÕES TÉCNICAS REGIONAIS DA ABRAPP

A PRECE participou de Comissões Técnicas Regionais da ABRAPP nos setores de: Investimentos, Assuntos Jurídicos, Governança, Atuária, Recursos Humanos e Relacionamento com o Participante.

As Comissões Técnicas têm por objetivo oferecer subsídios para a realização de estudos, treinamento, desenvolvimento dos profissionais, visando ao apoio técnico das ações da Diretoria na área de Previdência Complementar.

Participaram das referidas Comissões: a Assessoria de Riscos e Controle; a Assessoria Jurídica, a Assessoria de Tecnologia, a Gerência de Investimentos; a Gerência de Planos Atuariais; a Gerência de Relações com o Participante e Controle de Benefícios e a Gerência Administrativa.

### CERTIFICAÇÕES e RECERTIFICAÇÕES

Durante o ano de 2016, sete profissionais, entre dirigentes, assessores e gestores, receberam certificação e/ou recertificação do Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social – ICSS e da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA.

A Certificação e Recertificação são importantes pois aferem as competências dos profissionais das Entidades fechadas de previdência complementar. Este segmento tem passado por um crescimento rápido e dinâmico, e os participantes e assistidos, juntamente com as patrocinadoras têm buscado informações cada vez mais completas e precisas. Diante deste cenário, a qualificação técnica dos profissionais que lidam diretamente com este mercado e que atendem a todas essas demandas é cada dia mais relevante.

- A PRECE investiu 100% na capacitação de 11 colaboradores que cursaram a Pós-Graduação em Gestão de Previdência Complementar realizado no IDEAS – Instituto de Desenvolvimento e Estudos Aplicados à Seguridade.
- A PRECE investiu e capacitou 27 colaboradores que participaram de 16 cursos de qualificação profissional – 4 Diretores e 10 Conselheiros participaram de cursos, congressos e seminários.
- Projeto Estudar – a PRECE ofereceu a 06 colaboradores, bolsa auxílio para cursos de graduação e pós-graduação, proporcionando assim, a oportunidade de especialização na área em que atuam.

## PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA E PREVIDENCIÁRIA

### Foco no futuro

Em 2016, o Programa de Educação Financeira e Previdenciária da Prece – 'Conversando sobre o Futuro' – ofereceu uma intensa agenda de atividades para os participantes dos planos de benefícios e para a equipe de colaboradores da empresa, bem como das patrocinadoras. Dessa agenda, fizeram parte eventos, campanhas, palestras e treinamentos, além da divulgação de informações em publicações impressas e online.

No hot site específico do programa ([www.conversandosobreofuturo.com.br](http://www.conversandosobreofuturo.com.br)), foram veiculados conteúdos informativos sobre temas como planejamento financeiro, orçamento, investimentos, previdência, aposentadoria, preservação da saúde e qualidade de vida, entre vários outros. No total, foram feitas ao longo do ano quase 200 inserções de conteúdo no hot site.

Entre os treinamentos, destaca-se a realização dos dois primeiros módulos do Curso de Educação Financeira, que proporcionou ensinamentos e dicas exclusivas sobre finanças aos participantes, presentes à programação promovida não apenas no auditório da sede da Prece, mas também em diversas unidades da CEDAE e da CAC.

Essa exclusividade é resultante da presença de profissionais da própria Prece nos cursos, como os economistas Vitor Vieira, Pedro Flanzboym e Arthur Santos, seguindo tendência contrária a de outras instituições, que costumam contratar profissionais de fora para esses eventos. Desta forma, os participantes puderam interagir com quem faz, de fato, a gestão de seus investimentos.

O Módulo I do curso, iniciado em julho de 2016, teve como foco os Princípios Básicos da Educação Financeira, abordados em palestras temáticas. O Módulo II, realizado no mês de novembro, incluiu uma série de seis eventos sobre Planejamento, Crédito e Matemática Financeira. Os dois módulos reuniram participantes e empregados da Prece, da CEDAE e da CAC.

Em 2016, também foi formatada a continuidade do Curso de Educação Financeira, que prosseguirá em 2017 com dois novos módulos. O Módulo III será direcionado a Investimentos e Indicadores Econômicos. O Módulo IV terá como temática Conhecendo a Prece: visão geral da entidade fechada de previdência complementar (EFPC).

No projeto 'Saber mais Prece', parte do programa de Educação Financeira e Previdenciária direcionada especificamente a gestores e funcionários da empresa, visando sua atualização profissional e melhoria no atendimento aos participantes, destacaram-se dois treinamentos em 2016, ambos realizados no auditório da Prece.

O primeiro, em julho, teve como tema 'Branding - o processo de gerenciar e proteger o mais importante ativo das empresas: sua marca' e, como palestrante, Hilton Israel, professor de graduação e pós-graduação nas áreas de Marketing e Comunicação, além de diretor de planejamento da Open Multimeios.

Em setembro, a temática foi 'Aprimoramento das Entidades Fechadas de Previdência Complementar', abordada por Adriana Barreto Rodrigues, gerente de riscos e compliance da Eletros, e Carlos Alexandre Pereira Dias, assessor de riscos e controle da Prece.

Com essas e outras iniciativas, a Prece acredita ter avançado bastante em 2016 em seu propósito de ampliar o conhecimento dos participantes sobre questões financeiras e previdenciárias, contribuindo para que possam melhor gerenciar seu dinheiro, investir e poupar recursos, fazer orçamentos domésticos e compreender todo o universo em que se inserem os planos de previdência complementar.

Por meio da difusão de informações e da promoção de ações relacionadas a temas financeiros e previdenciários, a Prece acredita também ter buscado manter boas práticas de governança corporativa e alcançar padrões de excelência em seus serviços, dando mais um passo importante no cumprimento de seu principal objetivo: garantir a segurança e a tranquilidade no futuro de seus participantes.



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS E PARECERES

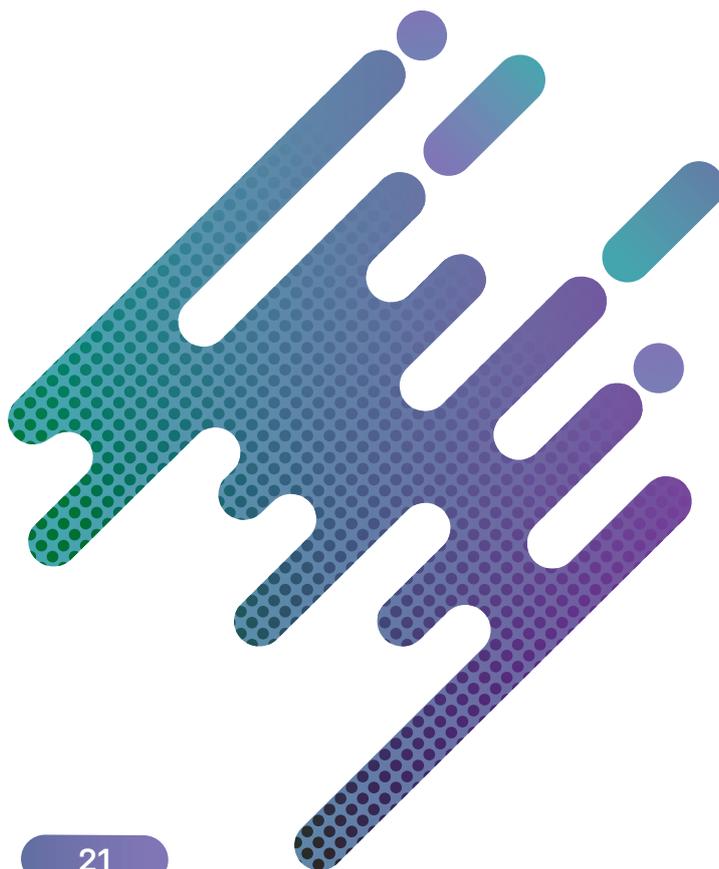
<b>BALANÇO PATRIMONIAL EM DEZEMBRO / 2016</b>			
Valores Expressos em Reais Mil			
<b>CONSOLIDADO</b>			
ATIVO	Exercício		Exercício
	2016		2015
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>1.259</b>		<b>1.841</b>
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>2.432.666</b>		<b>2.494.373</b>
Gestão Previdencial	755.253		783.973
Gestão Administrativa	1.335		1.950
Investimentos	1.676.078		1.708.450
Títulos Públicos	7.461		3.598
Créditos Privados e Depósitos	2.493		0
Fundos de Investimento	1.327.208		1.401.473
Investimentos Imobiliários	199.688		211.079
Empréstimos e Financiamentos	90.374		60.584
Outros Realizáveis	48.855		31.716
<b>PERMANENTE</b>	<b>880</b>		<b>972</b>
Imobilizado	321		319
Intangível	559		653
<b>GESTÃO ASSISTENCIAL</b>	<b>0</b>		<b>0</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.434.805</b>		<b>2.497.186</b>

PASSIVO	Exercício	
	2014	2013
<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>30.938</b>	<b>37.592</b>
Gestão Previdencial	26.493	32.900
Gestão Administrativa	2.713	2.438
Investimentos	1.732	2.254
<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>39.541</b>	<b>40.200</b>
Gestão Previdencial	38.923	38.938
Gestão Administrativa	618	1.262
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>2.364.326</b>	<b>2.419.395</b>
Patrimônio de Cobertura do Plano	2.326.909	2.388.455
Provisões Matemáticas	2.414.489	2.513.072
Benefícios Concedidos	2.029.161	2.059.242
Benefícios a Conceder	887.710	948.561
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-502.382	-494.730
Equilíbrio Técnico	-87.580	-124.618
Resultados Realizados	-87.580	-124.618
(-) Déficit Técnico Acumulado	-87.580	-124.618
Resultados a Realizar	0	0
Fundos	37.417	30.940
Fundos Previdenciais	16.574	10.226
Fundos Administrativos	7.105	6.682
Fundos dos Investimentos	13.738	14.032
<b>GESTÃO ASSISTENCIAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>2.434.805</b>	<b>2.497.186</b>

## DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Valores Expressos em Reais Mil

DESCRÇÃO		CONSOLIDADO		
		Exercício 2016	Exercício 2015	Varição (%)
<b>A) Patrimônio Social - início do exercício</b>		<b>2.419.395</b>	<b>2.317.006</b>	<b>4,42</b>
<b>1. Adições</b>		<b>438.890</b>	<b>470.311</b>	<b>-6,68</b>
(+)	Contribuições Previdenciais	201.707	237.755	-15,16
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	214.682	208.907	2,76
(+)	Receitas Administrativas	20.929	20.115	4,04
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	935	779	20,04
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	637	0	0,00
(+)	Constituição de Fundos de Investimento	0	2.755	-100,00
<b>2. Destinações</b>		<b>-493.959</b>	<b>-367.922</b>	<b>34,26</b>
(-)	Benefícios	-471.488	-334.494	40,96
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-99	-11.462	-99,13
(-)	Despesas Administrativas	-22.077	-20.693	6,69
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	0	-1.275	-100,00
(-)	Reversão de Fundos de Investimento	-295	0	0,00
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)</b>		<b>-55.069</b>	<b>102.389</b>	<b>-153,78</b>
(+/-)	Provisões Matemáticas	-98.583	85.469	-215,34
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	37.038	5.451	579,46
(+/-)	Fundos Previdenciais	6.348	9.788	-35,15
(+/-)	Fundos Administrativos	423	-1.074	-139,42
(+/-)	Fundos dos Investimentos	-295	2.755	-110,71
<b>4. Operações Transitórias</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)</b>		<b>2.364.326</b>	<b>2.419.395</b>	<b>-2,28</b>
<b>5. Gestão Assistencial</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>



## DEMONSTRAÇÕES DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - DPGA

Valores Expressos em Reais Mil

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO		
	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>6.682</b>	<b>7.755</b>	<b>-13,84</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>21.864</b>	<b>20.894</b>	<b>4,64</b>
<b>1.1 Receitas</b>	<b>21.864</b>	<b>20.894</b>	<b>4,64</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	10.103	9.504	6,31
Custeio Administrativo dos Investimentos	8.097	8.553	-5,33
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	2.403	1.682	42,86
Receitas Diretas	296	376	-21,34
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	935	779	20,04
Outras Receitas	30	0	0,00
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>-22.077</b>	<b>-20.692</b>	<b>6,70</b>
<b>2.1 Administração Previdencial</b>	<b>-11.096</b>	<b>-11.660</b>	<b>-4,84</b>
Pessoal e Encargos	-7.028	-6.627	6,06
Treinamentos / congressos e seminários	-93	-76	23,18
Viagens e estadias	-93	-113	-16,99
Serviços de terceiros	-1.449	-1.290	12,31
Despesas gerais	-1.461	-2.517	-41,94
Depreciações e amortizações	-271	-284	-4,61
Tributos	-663	-730	-9,23
Outras despesas	-38	-23	67,95
<b>2.2 Administração dos Investimentos</b>	<b>-10.981</b>	<b>-9.032</b>	<b>21,57</b>
Pessoal e encargos	-7.603	-5.931	28,21
Treinamentos / congressos e seminários	-180	-65	177,29
Viagens e estadia	-99	-119	-16,84
Serviços de terceiros	-1.267	-1.222	3,68
Despesas Gerais	-1.035	-949	9,10
Depreciações e amortizações	-282	-256	10,01
Tributos	-491	-475	3,27
Outras Despesas	-24	-15	61,91
<b>2.3 Administração Assistencial</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>2.4 Outras Despesas</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas</b>	<b>637</b>	<b>-1.275</b>	<b>-149,93</b>
<b>4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)</b>	<b>423</b>	<b>-1.073</b>	<b>-139,46</b>
<b>7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)</b>	<b>423</b>	<b>-1.073</b>	<b>-139,46</b>
<b>8. Operações Transitórias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)</b>	<b>7.105</b>	<b>6.682</b>	<b>6,34</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de Reais, exceto quando mencionado)

### 1. Contexto operacional

A PRECE – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, Sociedade Civil e Pessoa Jurídica de Direito Privado, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, instituída em 18 de janeiro de 1983 pela Patrocinadora COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE. Tem como objeto primordial conceder os benefícios de caráter previdenciário, previstos nos regulamentos dos planos por ela administrados, aos empregados, dos Patrocinadores, que venham tornar-se seus participantes, e aos respectivos beneficiários.

Para a consecução de seus objetivos, a PRECE movimenta recursos advindos, principalmente, de contribuições mensais dos patrocinadores, dos seus participantes e de rendimentos auferidos pela aplicação desses recursos em investimentos.

Atualmente a Prece possui 4 planos previdenciais com os seguintes patrocínios:

#### Plano PRECE I – CNPB Nº 1983000183

Plano de benefício definido destinado para os empregados e dirigentes da CEDAE, CAC e PRECE.

O Plano Prece I encontra-se fechado para o ingresso de novos participantes desde 01 de agosto de 2005, aprovado pelo órgão público competente por meio do Ofício nº 2074/2006/SPC/DETEC/CGAT de 06 de junho de 2006.

**Modalidade:** Benefício Definido - BD;

**Patrocinadora:** CEDAE;

**Situação do Plano:** Fechado para novas adesões.

	Ativos	Assistidos	Total
Quantitativo em dezembro de 2016	1.135	2.721	3.856

#### Plano PRECE II – CNPB Nº 1998006174

Plano de benefício definido destinado para os empregados e dirigentes da CEDAE.

Alteração aprovada pela Portaria nº 1007 de 31 de dezembro de 2010.

O Plano Prece II encontra-se fechado para o ingresso de novos participantes desde 01 de agosto de 2005, aprovado pelo órgão público competente por meio do Ofício nº 2073/2006/SPC/DETEC/CGAT de 06 de junho de 2006.

**Modalidade:** Benefício Definido - BD;

**Patrocinadora:** CEDAE;

**Situação do Plano:** Fechado para novas adesões.

	Ativos	Assistidos	Total
Quantitativo em dezembro de 2016	981	731	1.712

#### Plano PRECE III – CNPB Nº 2006001892

Plano de contribuição Definida de benefícios destinados para os empregados e dirigentes da CEDAE e PRECE, a partir de fevereiro de 2016, conforme autorização da PREVIC.

Aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar em 19 de abril 2006 – Processo nº 032.935/82.

Alteração aprovada pela PREVIC – Portaria 385 de 18 de junho de 2013 e publicada no DOU em 19 de junho de 2013.

**Modalidade:** Contribuição Definida - CD;

**Patrocinadora:** CEDAE e PRECE;

**Situação do Plano:** Aberto para novas adesões.

	Ativos	Assistidos	Total
Quantitativo em dezembro de 2016	357	5	362

### **Plano PRECE CV CNPB Nº 2011000556**

Plano de contribuição variável de benefícios destinados para os empregados e dirigentes da CEDAE, CAC e PRECE.

Aprovado pela PREVIC por meio de portaria Nº 98 de 22 de fevereiro de 2011 e publicado no DOU em 23 de fevereiro de 2011.

O Plano Prece CV encontra-se fechado para o ingresso de novos participantes.

**Modalidade:** Contribuição Definida - CV;

**Patrocinadora:** CEDAE/CAC e PRECE;

**Situação do Plano:** Fechado para novas adesões.

	Ativos	Assistidos	Total
Quantitativo em dezembro de 2016	2.400	3.997	6.397

## **2. Apresentação das Demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração da Prece e foram elaboradas em conformidade com as normas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, que substituiu o Conselho de Gestão de Previdência Complementar – CGPC, e pela Superintendência Nacional da Previdência Complementar - PREVIC, de conformidade com a Resolução MPS/CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Resolução CNPC nº 12 de 19 de agosto de 2013, Instrução MPS/PREVIC nº 21 de 23 de março de 2015, Instrução MPS/PREVIC nº 25 de 17 de dezembro de 2015, Instrução Normativa MPS/SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009, Instrução MPS/PREVIC nº 5 de 08 de setembro de 2011, e Ofício Circular nº 001/2015/CGMDC/DIACE/PREVIC de 23 de janeiro de 2015.

De acordo com as normas específicas, são apresentadas as seguintes demonstrações, respectivamente com a finalidade de evidenciar:

- **Balço patrimonial (BP)** – tem como finalidade evidenciar de forma consolidada os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos de benefícios previdenciários administrados pela Prece;
- **Demonstração da mutação do patrimônio social (DMPS)** – tem como finalidade evidenciar de forma consolidada as modificações sofridas pelo Patrimônio Social, ao final de cada exercício;
- **Demonstração do plano de gestão administrativa (DPGA)** – tem como finalidade evidenciar de forma consolidada a atividade administrativa da entidade, evidenciando as alterações do fundo administrativo, ao final de cada exercício;
- **Demonstração da mutação do ativo líquido (DMAL)** – substitui a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE e tem como finalidade evidenciar de forma individualizada as modificações sofridas pelo ativo líquido dos planos de benefícios, ao final de cada exercício;
- **Demonstração do ativo líquido (DAL)** – tem como finalidade evidenciar de forma individualizada dos componentes patrimoniais de cada plano de benefícios, ao final de cada exercício;
- **Demonstração das provisões técnicas do plano (DPT)** – tem como finalidade evidenciar de forma individualizada as alterações dos compromissos de cada plano de benefícios, ao final de cada exercício.

A moeda de apresentação das Demonstrações Contábeis é o Real (R\$). Essa é a moeda do ambiente econômico em que a Prece opera.

### 3. Sumário das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Fundação para elaboração das Demonstrações Contábeis estão descritas a seguir:

#### a) Resultado das operações

O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, excetuando-se as receitas de contribuições dos autopatrocinados, que são registradas pelo regime de caixa.

#### b) Gestão previdencial - Realizável

Representado, substancialmente, por contas a receber da patrocinadora CEDAE, atualizada até a data do balanço pelos índices fixados em contratos.

#### c) Investimentos

A gestão dos investimentos é realizada por meio de segregação real dos ativos por plano de benefícios.

Os rendimentos gerados pelos investimentos são contabilizados diretamente no resultado do exercício, independentemente da categoria em que estão classificados.

Conforme determinação da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, quando a Administração julga necessária, é constituída provisão para cobrir possíveis perdas nesses investimentos. Esses ativos são demonstrados líquidos das respectivas provisões para perdas, quando aplicável.

##### c.1 - Aplicações em títulos públicos, créditos privados e depósitos

Demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos até data do Balanço. O ágio e o deságio nas aquisições dos títulos estão apropriados aos resultados pró-rata temporis, até o vencimento das aplicações e corrigidos monetariamente, quando aplicáveis.

De acordo com as Resoluções CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002 e nº 15, de 23 de agosto de 2005, os títulos de renda fixa estão classificados nas seguintes categorias:

##### (i) Títulos para negociação

Estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição.

##### (ii) Títulos mantidos até o vencimento

Estão registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da EFPC de mantê-los em carteira até o vencimento, desde que tenham prazo a decorrer de no mínimo 12 meses a contar da data de aquisição, e que sejam considerados pela EFPC, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de baixo risco de crédito.

##### c.2. Aplicações em Ações e Participações

Demonstradas e contabilizadas pelo valor de mercado, na data do balanço. As ações não negociadas em bolsas de valores ou em mercado de balcão organizado, por período superior a seis meses, são avaliadas pelo último valor patrimonial ou pelo custo, dos dois, prevalecendo o menor.

##### c.3. Investimentos Imobiliários

Demonstrados ao custo de aquisição, menos depreciação acumulada, os imóveis incluem parcelas de reavaliação, sendo a última efetuada em durante o exercício de 2016, por empresa especializada e independente, de conformidade conforme Resolução MPS/CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011. Os imóveis reavaliados no exercício de 2016, estão sendo demonstrados em Nota Explicativa nº 5. c.

A depreciação dos imóveis é calculada pelo método linear, com base na nova vida útil econômica dos bens, conforme laudo de reavaliação, efetuada por empresa especializada.

Os alugueis e demais encargos referentes aos imóveis alugados à Patrocinadora e a Terceiros, são apropriados mensalmente. Os alugueis vencidos são atualizados monetariamente de acordo com as cláusulas contratuais, quando aplicáveis.

#### d) Ativo Permanente

O ativo permanente é composto pelos ativos imobilizado e intangível, que são demonstrados aos custos de aquisição, depreciados e amortizados pelo método linear, e de acordo com o que estabelece a Instrução Normativa MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

#### e) Depósito judicial

De acordo com a Instrução PREVIC nº5, de 8 de setembro de 2011, os depósitos judiciais deverão ser registrados em contas de ativo no realizável.

#### f) Operações com Participantes

São demonstradas pelo valor do principal, acrescido da atualização monetária e juros em bases mensais.

#### g) Exigível contingencial

O exigível contingencial é registrado pelo montante provável de perda que a Administração julga necessário, de acordo com informações obtidas dos assessores jurídicos, observada a sua natureza, e atualizado até a data do balanço.

#### h) Patrimônio social

O patrimônio social representa os recursos que a PRECE possui para cumprir com as suas obrigações.

##### h.1. Provisões Matemáticas

Representam os compromissos atuais e futuros em relação aos participantes dos planos administrados pela Entidade, cujos cálculos são de responsabilidade do atuário responsável pelos planos.

##### h.2. Custeio Administrativo

São as receitas da Gestão Administrativa, que são destinadas para cobertura das despesas decorrentes da administração dos planos de benefícios PRECE I, II, III e CV, conforme Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 – Anexo A e CGPC nº 9 de 31 de agosto de 2009.

As despesas são apropriadas pelo regime de competência, sendo as específicas diretamente na Gestão Previdencial ou de Investimentos e no Plano de Benefícios correspondente. As despesas comuns são apropriadas, conforme critério abaixo:

	Percentual
Gestão previdencial	48,60%
Investimentos	51,40%
	100,00%

##### h.3. Fundos

Os fundos previdenciais podem ser utilizados para cobrir eventuais desvios na ocorrência de variações nas estimativas previstas no plano de custeio e destinação ou utilização de superávit.

Já o fundo administrativo é constituído pelo resultado encontrado na apuração das receitas e despesas do Plano de Gestão Administrativa.

O fundo de investimentos é constituído com recursos para cobertura de riscos de empréstimos e financiamentos a participantes, assistidos e autopatrocinados.

#### i) Demais ativos e passivos

Os demais ativos e passivos são registrados pelo regime de competência.

## j) Uso de estimativas

A elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registros de estimativas contábeis. As provisões para perdas em investimentos, o exigível contingencial, as provisões matemáticas e os fundos estão sujeitos a essas estimativas e premissas, e sua liquidação poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração revisa essas estimativas e suas premissas periodicamente.

## k) Ajustes e eliminações decorrentes do processo de consolidação das Demonstrações Contábeis

A PRECE nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 utilizou o registro de ajustes e eliminações de forma consolidadas no item Operações Comuns no Balancete de 2016, conforme demonstrativo, abaixo:

Balancete de Operações Comuns - Saldo em dezembro/16	2016	2015
Ativo - 1.2.2.3.01 - Participação no Plano de Gestão Administrativa - PGA	(7.707)	(6.682)
Passivo - 2.3.2.2.02.01 - Participação no Fundo Administrativo	(7.707)	(6.682)

## 4. Realizável – Programa Gestão Previdencial

São valores previdenciais a receber dos Participantes, Patrocinadoras e Outros, conforme a seguir:

	2016	2015
<b>Patrocinadores</b>	<b>1.525</b>	<b>23.542</b>
Contribuições normais	1.525	1.410
Contribuições extraordinárias	-	22.127
Contribuições sobre 13º salário	-	5
<b>Participantes</b>	<b>1.567</b>	<b>33.370</b>
Contribuições normais	1.567	1.461
Contribuições extraordinárias	-	31.904
Contribuições sobre 13º salário	-	5
<b>Contribuições contratadas - CEDAE</b>	<b>728.719</b>	<b>713.984</b>
<b>Depósitos judiciais/recursais</b>	<b>5.881</b>	<b>3.592</b>
<b>Outros valores</b>	<b>17.561</b>	<b>9.485</b>
	<b>755.253</b>	<b>783.973</b>

## a) Valores a receber das Patrocinadoras – CEDAE e CAC

	Patroc.	2016	2015
Plano I - Contrib. Normais	CEDAE	349	349
Plano I - Contrib. Extraordinárias (7,665)		-	22.127
<b>Total Plano Prece I</b>		<b>349</b>	<b>22.476</b>
Plano II - Contrib. Normais	CEDAE	6	3
<b>Total Plano Prece II</b>		<b>6</b>	<b>3</b>
Plano III - Contrib. Normais	CEDAE	92	57
Plano III - Contrib. Normais em atraso	PRECE	1	-
<b>Total Plano Prece III</b>		<b>93</b>	<b>57</b>
Plano CV/CD - Contrib. Normais	CEDAE	784	731
Plano CV/RV - Contrib. Normais	CEDAE	287	264
Plano CV/CD - Contrib. Normais	CAC	6	5
Plano CV/CD - Contrib. Normais (13º)	CAC	-	6
<b>Total Plano Prece CV</b>		<b>1.077</b>	<b>1.006</b>
		<b>1.525</b>	<b>23.542</b>

## b) Valores a receber dos Participantes

	Patroc.	2016	2015
Plano I - Contrib. Normais	CEDAE	350	350
Plano I - Contrib. Normais em atraso	CEDAE	-	10
Plano I - Contrib. Extraord. Ativos (7,665)	CEDAE	-	22.127
Plano I - Contrib. Extraord. Assistidos (7,665)	CEDAE	-	9.777
<b>Total Plano Prece I</b>		<b>350</b>	<b>32.264</b>
Plano CV/CD - Contrib. Normais	CEDAE	785	731
Plano CV/RV - Contrib. Normais	CEDAE	287	264
Plano CV/CD - Contrib. Adicionais	CEDAE	21	25
Plano CV/RV - Contrib. Adicionais	CEDAE	7	5
Plano CV/CD - Contrib. Normais	CAC	6	5
Plano CV/CD - Contrib. Normais (13º)	CAC	-	4
<b>Total Plano Prece CV</b>		<b>1.106</b>	<b>1.034</b>
Plano II - Contrib. Normais	CEDAE	4	3
Plano II - Contrib. Normais em atraso	CEDAE	1	-
<b>Total Plano Prece II</b>		<b>5</b>	<b>3</b>
Plano III - Contrib. Normais	CEDAE	105	67
Plano III - Contrib. Normais em atraso	CEDAE	1	1
<b>Total Plano Prece III</b>		<b>106</b>	<b>68</b>
		<b>1.567</b>	<b>33.369</b>

## c) Contribuições Contratadas

São valores contratados junto à Patrocinadora - CEDAE, correspondentes a incentivos migratórios para o Plano de Benefícios PRECE CV, reserva a amortizar, taxas extraordinárias e compromissos financeiros não liquidados à época, conforme demonstrativo a seguir:

Espécie		2016	2015
<b>Dívida Contratada nº 13 (Incentivo migratório para o Plano CV)</b>			
Espécie:	Termo de contrato e confissão de dívida		
Partes:	CEDAE e PRECE	728.719	713.984
Objeto:	Confissão da dívida		
Modalidade:	Tabela de amortiz. proposta pela CEDAE		
Atualização pactuada:	INPC + 6%a.a		
Valor pactuado:		R\$ 607.015	
Valor repactuado:		R\$ 582.657	
Nº de parc. Originais:	73 parcelas		
Nº de parc. Repactuadas:	80 parcelas		
Nº de parc. Restantes:	38 parcelas (Término fev/2020)		
Data de vencimento:	Dia 15 de cada mês		
Data assinat. Original:		15/12/2011	
Data assinat. Repactuação:		17/07/2013	

A garantia do integral pagamento das obrigações assumidas pela Patrocinadora são os recebíveis de sua emissão, relativos aos serviços de água e esgoto por ela prestados à população.

O Contrato e seu Aditivo estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 17, de 11 de junho de 1996.

O aumento do fluxo financeiro no ano de 2016 em relação ao ano de 2015 foi de 53,14%, motivado pelo aumento do valor nominal de R\$ 2 milhões, no período de janeiro a junho de 2015, para R\$ 4 milhões a partir de julho de 2015.

As parcelas dos Contratos de Dívidas Contratadas recebidas no exercício de 2016 e 2015 estão representadas no quadro, abaixo:

Mês	2016	2015
Janeiro	5.663	2.372
Fevereiro	5.717	2.410
Março	5.859	2.495
Abril	5.933	2.539
Maio	5.845	2.567
Junho	5.952	2.579
Julho	6.137	5.222
Agosto	6.138	5.307
Setembro	6.166	5.319
Outubro	6.233	5.331
Novembro	6.204	5.408
Dezembro	6.272	5.545
	<b>72.119</b>	<b>47.094</b>

#### d. Outros realizáveis

	2016	2015
Bloqueios judiciais em conta corrente	1.917	1.918
Condenações judiciais (paridade) - CEDAE	15.465	7.434
Consignações a receber	32	8
Créditos de recuperação de IR	147	128
	<b>17.561</b>	<b>9.488</b>

#### 5. Investimentos

	2016	2015
<b>Renda fixa</b>	<b>1.077.327</b>	<b>1.190.066</b>
<b>Títulos públicos</b>	<b>7.461</b>	<b>3.598</b>
Notas do tesouro nacional - NTN	7.461	3.598
Contas a receber - CRI FOCUS	2.493	-
<b>Fundos de investimentos</b>	<b>1.067.373</b>	<b>1.186.468</b>
Renda Fixa	8.270	9.208
Multimercado - Renda fixa	1.059.103	1.177.260
<b>Renda variável</b>	<b>259.834</b>	<b>215.005</b>
Fundos de investimentos	259.834	215.005
Multimercado - Renda variável	259.834	215.005
<b>Investimentos imobiliários</b>	<b>199.688</b>	<b>211.079</b>
Edificações - alugadas a patrocinadora	54.838	55.463
Edificações - alugadas a terceiros	143.145	154.015
Direitos em alienações de investimento imobiliário	1.705	1.601
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>90.374</b>	<b>60.584</b>
Empréstimos a participantes	90.374	60.584
<b>Outros realizáveis</b>	<b>48.855</b>	<b>31.716</b>
Créditos tributários - IR s/aplicações financeiras	1.242	1.185
Outros Créditos	2	-
Avaliação econômico/financeira - CRT	47.611	30.531
	<b>1.676.078</b>	<b>1.708.450</b>

## a) Títulos em Renda Fixa

A totalidade dos investimentos em títulos públicos e privados em 31 de dezembro de 2016 é composta substancialmente por meio de cotas de fundos de investimentos exclusivos que são registrados em carteira própria, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
<b>Notas do Tesouro Nacional - NTN</b>	<b>7.461</b>	<b>3.598</b>
<b>Debêntures não conversíveis</b>	<b>580</b>	<b>580</b>
(-) Provisão para perdas de debêntures - CREFISUL	(254)	(254)
(-) Provisão para perdas de debêntures - ULBRA	(326)	(326)
	-	-
Contas a Receber - CRI FOCUS	2.493	-
Cédulas de Crédito Bancário - CCB	175.434	188.974
(-) Provisão para perdas CCB - PORANGABA	(35)	(35)
(-) Provisão para perdas CCB - CEBEL	(113.687)	(69.626)
(-) Provisão para perdas CCB - CLIMA TERMO	(61.712)	(119.313)
	-	-
<b>Renda Fixa - Diversos</b>	<b>8.270</b>	<b>9.208</b>
<b>Fundo de Investimento Multimercado - Renda Fixa</b>		
FIC FI Caixa Alegria MM C.P.	243.430	284.438
FIC FI Caixa Guandu MM C.P.	810.019	887.770
FIC FI Caixa Imunana MM C.P.	5.654	5.052
	1.059.103	1.177.260
	<b>1.077.327</b>	<b>1.190.066</b>

Para fazer face à possíveis riscos de perdas na realização do investimento realizado junto a Cédula de crédito bancário – CCB – Clima, a PRECE mantém provisão para perdas no valor de R\$ 61.712 (R\$ 119.313 em 2015), correspondente a 100% do valor de face desta aplicação em 31 de dezembro de 2016. O último lote venceu em 10 de outubro de 2016.

Esse investimento em Cédulas de crédito bancário – CCB foi realizado em 2006. A devedora encontra-se com falência judicial decretada, conforme processo nº 1.0148.09.063836 (0638369-09.2009.8.13.0148), estando a PRECE entre os credores com garantia real.

A PRECE habilitou seu crédito corrigido no processo, mas a conversão da recuperação judicial em falência, geralmente torna mais escassa a possibilidade de que os credores sejam satisfeitos.

## b) Fundo de Investimento Multimercado – Renda Variável

	2016	2015
FIC FI Caixa Sarapui MM CP		
Fundo Rio Preto FIM CP	99.009	88.264
Fundo Rio Douro FIC FIA	27.767	19.390
Fundo Penha FIA	28.677	23.479
Fundo Athena Inst. F FIA	29.064	22.191
	<b>184.517</b>	<b>153.324</b>
	259.864	215.034
FIC FIM Laranjal		
Fundo Rio Preto FIM CP	42.655	38.048
Fundo Rio Douro FIC FIA	20.034	13.997
Fundo Athena Inst. F FIA	12.658	9.665
	<b>75.347</b>	<b>61.710</b>
<b>Varição de precificação</b>	<b>(30)</b>	<b>(29)</b>
	<b>259.834</b>	<b>215.005</b>

Segue abaixo, composição da carteira de investimento do Fundo Rio Preto FIM CP:

	2016	2015
<b>Ações - BOVESPA</b>		
Elekeiroz - ON	463	690
Sam Industria - ON	311	311
Menezes Cortês - ON	45.174	45.218
	<b>45.948</b>	<b>46.219</b>
<b>Debêntures</b>		
CRTE 11	23.401	18.486
Hauscenter S.A.	55.877	54.606
PROMAN	2.343	2.411
	<b>81.621</b>	<b>75.503</b>
<b>Outros</b>	<b>14.095</b>	<b>4.590</b>
	<b>141.664</b>	<b>126.312</b>

De acordo com o laudo de avaliação do valor econômico operacional do Terminal Garagem Menezes Cortes – TGMC, elaborada pela Baker Tilly Brasil, contratada pelo Fundo por meio da Caixa Econômica Federal, administradora do Fundo FI – Caixa Rio Preto Multimercado – Crédito Privado, datado de 31 de agosto de 2016, o valor de mercado do Terminal Garagem Menezes Cortes – TGMC, foi avaliado em R\$ 225.869, na data base 31 de agosto de 2016.

Considerando que a Prece detém 20% do capital social da referida Empresa, o valor atualizado desse investimento monta a R\$ 45.174 (R\$ 45.218 em 2015) na carteira de 30 de setembro de 2016, que comparado com o saldo demonstrado nos registros contábeis da Entidade na mesma data, resultou numa variação positiva de R\$ 44, no exercício.

Em 30 de setembro de 2016, o Fundo detém 4.400 debêntures de emissão da Concessionária Rio Teresópolis S.A. – CRT, avaliadas em R\$ 23.401, por meio de laudo de avaliação econômico financeira emitido pela Baker Tilly Brasil, com data base de 31 de agosto de 2016. A remuneração das debêntures é composta, exclusivamente, por participação nos lucros da emissão, não fazendo jus a juros ou qualquer outra remuneração fixa ou variável. O vencimento das referidas debêntures ocorrerá apenas com a dissolução ou a liquidação da Companhia. A ANTT, por meio da Deliberação nº 241/2014, reconheceu o desequilíbrio econômico e financeiro do contrato de concessão da CRT em razão (i) dos dois anos (2013 e 2014) consecutivos sem reajuste das tarifas do pedágio do índice de IPCA; (ii) da não implantação da praça de pedágio PN3 prevista no projeto de concessão; e (iii) da suspensão da praça de pedágio PN2. Na Nota Técnica nº 126/2015/GEROR/SUINF da ANTT, de agosto de 2015, são apresentadas como alternativas para reequilíbrio econômico financeiro da concessão: (i) reequilíbrio por tarifa; (ii) reequilíbrio por aporte da União e (iii) reequilíbrio por prorrogação de prazo da concessão. De acordo com informações obtidas junto à administração da CRT, vislumbra-se como alternativa mais provável de ser adotada o prolongamento do contrato pelo prazo de 11 anos e 6 meses, com fim previsto para setembro de 2032. A concretização do reequilíbrio econômico financeiro de qualquer uma das alternativas apresentadas na Nota Técnica da ANTT acarretará em alterações no valor justo da debênture. A ANTT, através da resolução nº 5.210, de 8 de novembro de 2016, aprovou a 6ª revisão extraordinária e o reajuste da tarifa básica de pedágio – TBP do contrato de concessão da rodovia BR-116/RJ, que refletiu na carteira do FI Rio Preto, em 03 de janeiro de 2017.

Com base no mesmo laudo de avaliação acima mencionado, as 2.500 debêntures não conversíveis em ações sem prazo de vencimento, de emissão da Hauscenter S.A., coproprietária do empreendimento denominado World Trade Center de São Paulo, com o equivalente a 113 cotas de um total de 300, que integra o saldo do mesmo Fundo Rio Preto, o valor econômico de acordo com o desempenho passado e as expectativas futuras sobre o negócio da Hauscenter S.A., foi avaliado em 31 de agosto de 2016, em R\$ 252.562.

Considerando que a participação da Prece é de 22% aproximadamente, o valor desse investimento em 30 de setembro de 2016 é de R\$ 55.877 (R\$ 54.606 em 2015) que confrontado com o saldo demonstrado nos registros contábeis da Prece, na mesma data, apresentou uma variação positiva de R\$ 1.271 no exercício.

O processo movido pela Prece contra a GBB Empreendimentos e Participações Ltda., distribuído perante a 22ª Vara Cível da Comarca da Capital – RJ, sob o nº 2008.001.293955-3, com o objetivo de obter a nulidade ou subsidiariamente, a decretação da anulação do contrato de compra e venda dessas debêntures por descumprimento de requisitos obrigatórios de validade do negócio, cujo valor da causa é de R\$ 72.500,000 valor do principal. O processo encontra-se em fase I de produção de provas, já tendo sido apresentado o laudo pericial e as devidas manifestações pelas partes quanto ao seu conteúdo. Para concluir a instrução do feito, será realizada a produção da prova testemunhal requerida pela GBB Empreendimentos e Participações Ltda.

O processo permanece monitorado pelo Escritório de Advocacia Sérgio Bermudes.

### c) Investimentos imobiliários

Os bens relativos aos investimentos imobiliários estavam cobertos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 por apólices de seguros em montante considerados pela Fundação como suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Descrição	2015	Movimentação no período				2016
		Venda (b)	Reavaliação	Depreciação	Recebido (-) / a receber (+)	
Locados a patrocinadora	55.463	-	(471)	(157)	3	54.838
Imóveis (1)	55.346	-	(471)	(157)	-	54.718
Contas a receber	117	-	-	-	3	120
Locados a terceiros	154.015	(5.610)	(5.006)	(808)	554	143.145
Imóveis (2)	150.994	(5.610)	(5.006)	(808)	-	139.570
Contas a receber	81.942	-	-	-	7.579	89.521
(-) Provisão para perda	(78.921)	-	-	-	(7.025)	(85.946)
Direitos em alienações	1.601	-	-	-	104	1.705
Rua Senador Viana nº 94	1.601	-	-	-	104	1.705
	<b>211.079</b>	<b>(5.610)</b>	<b>(5.477)</b>	<b>(965)</b>	<b>661</b>	<b>199.688</b>

(a) A Provisão constituída sobre alugueis não recebidos da Fundação Teatro Municipal, relativo ao prédio anexo, referente ao período de Out/1998 a Dez/2016. A Ação de cobrança de alugueis ajuizada pela PRECE foi julgada procedente em 1º grau, com sentença mantida pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. O recurso especial da Fundação Teatro Municipal não foi conhecido pela 3ª Vice-Presidência do TJ/RJ, do que resultou agravo ao Superior Tribunal de Justiça, cujo relator, Ministro Luís Felipe Salomão, da 4ª Turma, ainda não decidiu o seu mérito;

O quadro, abaixo detalha as vendas dos imóveis, no exercício de 2016, pertencentes a carteira imobiliária da PRECE.

Vendas de imóveis no ano de 2016	Data da venda	Saldo Contábil	Valor da venda	Lucro/(prejuízo)
Vagas de garagem - Av. Rodrigues Alves nº 173 - Centro/RJ Box 322,424,214,215,216,234,235,236 e 425 Comprador: Paulo Renato Oighenstein	29/08/2016	213	270	57
Imóvel Praia de Botafogo nº 440/20º andar - Centro/RJ Comprador: Ipê Amarelo do Brasil Participações Ltda.	29/09/2016	5.397	3.900	(1.497)
		<b>5.610</b>	<b>4.170</b>	<b>(1.440)</b>

A ação movida pelo Teatro Municipal, na qual esse pretendeu a nulidade do negócio, o Superior Tribunal de Justiça decidiu pela improcedência, mantendo como válido o contrato de locação realizado. A decisão de improcedência transitou em julgado, tendo sido iniciada a fase de execução dos honorários de sucumbência devidos ao escritório pela atuação no caso.

Os imóveis integrantes da carteira da PRECE foram reavaliados nos exercícios de 2014 e 2016, conforme demonstrado abaixo:

Localização	Avaliador	Valor de reavaliação 2016 30/12/2014	Saldo contábil		
			2015	Varição	2016
Rua Ahaide Pimenta de Moraes	Nova Iguaçu	-	1.492	(7)	1.485
Rua Augusto de Vasconcelos	RJ	-	9.968	(26)	9.942
Av. Bras de Pina	RJ	-	2.790	(8)	2.782
Rua Eraldo da Costa Marins	Maricá	-	3.989	(8)	3.981
Estrada Intendente Magalhães	RJ	-	13.701	(43)	13.658
Rua Euclides da Cunha	S. J. Meriti	-	1.482	(17)	1.465
Rua Luiz de Camões	Nova Iguaçu	-	6.982	(16)	6.966
Rua Luiz Gonzaga	S. J. da Barra	504	977	(473)	504
Rua José Maria de Brito	Itaguaí	-	13.965	(30)	13.935
<b>Alugado patrocinadora</b>		<b>504</b>	<b>55.346</b>	<b>(628)</b>	<b>54.718</b>
Av. Almirante Barroso	RJ	-	29.737	(227)	29.510
Estrada Cambota	RJ	-	7.457	(39)	7.418
Av. Graça Aranha Loja A	RJ	-	5.235	(23)	5.212
Av. Graça Aranha Loja B	RJ	-	5.235	(23)	5.212
Av. Graça Aranha 101	RJ	-	4.080	(20)	4.060
Av. Graça Aranha 201	RJ	-	4.178	(19)	4.159
Av. Graça Aranha 301	RJ	-	4.178	(19)	4.159
Av. Graça Aranha 401	RJ	-	4.178	(19)	4.159
Av. Graça Aranha 501	RJ	-	4.178	(19)	4.159
Av. Graça Aranha 601	RJ	4.950	4.178	772	4.950
Rua Moyses Amelio - Diversos	Friburgo	-	15.160	(47)	15.113
Av. Paulino Rodrigues Souza	Iguaba	430	2.495	(2.068)	427
Praça Pio X - Diversos	RJ	-	15.501	(81)	15.420
Av. Presidente Vargas	RJ	1.495	1.688	(198)	1.490
Av. Rio Branco - Diversos	RJ	-	2.589	13	2.602
Av. Rio Branco - Diversos	RJ	-	2.589	(8)	2.581
Av. Rio Branco - Diversos	RJ	2.700	3.784	(1.087)	2.697
Rua São Bento - Diversos	RJ	-	17.013	(68)	16.945
Rua Sete de Setembro	RJ	1.670	2.187	(520)	1.667
Rua Visconde de Inhauma	RJ	7.630	8.682	(1.052)	7.630
<b>Alugados terceiros</b>		<b>18.875</b>	<b>144.322</b>	<b>(4.752)</b>	<b>139.570</b>
<b>Total da carteira imobiliária</b>		<b>19.379</b>	<b>199.668</b>	<b>(5.380)</b>	<b>194.288</b>
Praia de Botafogo	RJ	5.400	6.185	(6.185)	-
Av. Rodrigues Alves	RJ	270	487	(487)	-
<b>Imóveis vendidos em 2016</b>		<b>5.670</b>	<b>6.672</b>	<b>(6.672)</b>	<b>-</b>
<b>Total Geral (Imóveis 1+ 2)</b>		<b>25.049</b>	<b>206.340</b>		<b>194.288</b>

Empresa avaliadora: EMBRAP/PRAXIS – Avaliação Patrimonial Ltda. CNPJ Nº 02.393.061/0001-91 e registrada no CREA Nº 98-02-91067-3-RJ.

#### d) Empréstimos e financiamentos imobiliários

A Fundação mantém provisão referente a direitos creditórios de liquidação duvidosa no montante de R\$ 1.444 (R\$ 1.671 em 2015), para fazer face à eventual inadimplência na carteira de empréstimos e financiamentos concedidos aos participantes dos planos de benefícios administrados pela PRECE.

#### e) Outros realizáveis

	2016	2015	Varição
Recuperação de créditos tributários	1.243	1.185	58
Avaliação econômico/financeira - CRT (1)	47.611	30.531	17.080
Outros créditos	1	-	1
	<b>48.855</b>	<b>31.716</b>	<b>17.139</b>

Refere-se basicamente, ao investimento em 4.400 debêntures de emissão da Concessionária Rio Teresópolis S.A. – CRT, avaliadas em R\$ 220.783, por meio de laudo de avaliação econômico financeira emitido pela Baker Tilly Brasil, com data base de 31 de agosto de 2016, sendo a participação da PRECE estimada em R\$ 71.012. A remuneração das debêntures é composta, exclusivamente, por participação nos lucros da emissão, não fazendo jus a juros ou qualquer outra remuneração fixa ou variável. A PRECE optou em ajustar de forma antecipada o valor de avaliação econômica financeira, conforme quadro abaixo:

	Valor
(R\$ 220.783 / 13.680) x 4.400	71.012
Valor atual da carteira FI Rio Preto em 30/12/2016	(23.401)
	<b>47.611</b>

Onde 13.680 é quantidade de títulos em circulação

4.400 quantidade de títulos pertencente a PRECE

## f) Títulos Mantidos até o vencimento

Em atendimento à Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, demonstraremos nos quadros a seguir as características dos títulos e valores mobiliários, por modalidade e por categoria de avaliação em 31 de dezembro de 2016:

### Plano PRECE III – Mantidos até o vencimento

Papel	Emitente	Quantidade	Aquisição	Vencimento	Valor contábil	Valor de mercado
NTN - B	STNC	1.100	25/03/2015	15/05/2023	3.221	3.221
NTN - B	STNC	1.200	28/09/2016	15/05/2021	3.569	3.569
					<b>6.790</b>	<b>6.790</b>

### Plano PRECE CV – Mantidos até o vencimento

Papel	Emitente	Quantidade	Aquisição	Vencimento	Valor contábil	Valor de mercado
DEBNC	BNDESPAR	10.000	23/10/2014	15/05/2019	13.968	13.968
DEBNC	CEMIG	2.198	05/12/2014	15/02/2025	2.696	2.696
DEBNC	CEMIG	2.197	05/12/2014	15/02/2025	2.694	2.694
DEBNC	SABESP	900	09/03/2015	25/02/2019	12.822	12.822
DEBNC	TAAE 33	9.593	13/03/2015	15/10/2024	11.469	11.469
DPGE	DA CASA	11.000	08/12/2015	08/12/2017	12.752	12.752
NTN-B	STNC	10.000	06/05/2015	15/05/2019	29.380	29.380
NTN-B	STNC	8.900	25/03/2015	15/03/2023	26.062	26.062
NTN-B	STNC	10.000	08/04/2015	15/05/2019	29.599	29.599
NTN-B	STNC	10.000	23/10/2014	15/08/2030	30.346	30.346
NTN-B	STNC	10.000	01/07/2015	15/05/2019	29.363	29.363
NTN-B	STNC	10.000	15/07/2015	15/05/2019	29.443	29.443
NTN-B	STNC	10.000	17/06/2015	15/05/2019	29.364	29.364
NTN-B	STNC	10.000	12/08/2015	15/05/2023	28.109	28.109
NTN-B	STNC	10.000	29/07/2015	15/05/2023	28.756	28.756
NTN-B	STNC	20.000	11/02/2015	15/05/2023	59.035	59.035
NTN-B	STNC	10.000	09/09/2015	15/05/2023	27.673	27.673
					<b>403.531</b>	<b>403.531</b>

A PRECE, segundo o entendimento de sua Administração, com base em análises dos fluxos de pagamentos e recebimentos futuros possui a intenção e capacidade financeira suficiente para manter os títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento" até a data de seu vencimento.

## g) Fatos relevantes sobre os Fundos de Investimentos Lameirão e Rio Preto, com base, nas demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2016

### g.1) Fundo de Investimentos Lameirão

Em 14 de setembro de 2012, foi decretada a liquidação extrajudicial do Banco Prosper, que figurava como banco registrador das CCB's de emissão da Tha Real Estate Empreendimentos Imobiliários S.A. e Aurizônia Empreendimentos S.A., e do Banco Cruzeiro do Sul, que figurava como registrador das CCB's de emissão do IRTHA Empreendimentos Imobiliários

S.A. Visto que os bancos registradores efetuavam o controle e repasse dos pagamentos aos credores por meio da CETIP, cujas contas foram bloqueadas após a liquidação extrajudicial, os emissores desses títulos moveram ação judicial consignatória e passaram a depositar os valores dos fluxos de pagamentos de amortização e juros devidos em conta judicial. Até 30 de setembro de 2016 esses valores depositados judicialmente totalizavam R\$ 32.863.

Apesar da possibilidade de reversão dos depósitos judiciais em referência em favor do Fundo, quando do reconhecimento em juízo do Fundo como credor dos depósitos na ação judicial em trâmite, considerando a incerteza acerca dos valores a serem recebidos efetivamente, ainda que os advogados responsáveis pela defesa dos interesses do Fundo classifiquem a possibilidade de perda do processo como "remota", no dia 03 de janeiro de 2017, foi registrada na carteira do fundo a provisão para perdas no valor total de R\$ 217.357, sendo R\$ 183.150 das CCB's da Aurizônia Empreendimentos S.A, R\$ 32.773 referente às CCB's da Tha Real Estate Empreendimentos Imobiliários S.A e R\$ 1.434 equivalente as CCB's da IRTHA Empreendimentos Imobiliários S.A. O provisionamento procedeu da revisão, pela Administradora, desses investimentos, assim como do prazo decorrido dos vencimentos desses ativos. Em meados de janeiro de 2017, foram realizados outros provisionamentos de ativos inadimplentes. Ao longo do exercício de 2017, mais valores serão provisionados, conforme a Instrução SPC nº 34 de setembro de 2009 da PREVIC.

A administração e os assessores jurídicos do Fundo estão conduzindo processo de identificação da totalidade dos valores depositados judicialmente relativos às parcelas dessas CCB's.

#### g.2) Fundo de Investimentos Rio Preto

Em 30 de setembro de 2016, o Fundo detinha 4.400 debêntures de emissão da Concessionária Rio-Teresópolis S.A. - CRT, avaliadas em R\$ 24.018, por meio de laudo de avaliação econômico-financeira emitido pela Baker Tilly Brasil Gestão Empresarial Ltda, com data-base de 30 de junho de 2016, gerando um ganho de R\$ 5.532. A remuneração das debêntures é composta, exclusivamente, por participação nos lucros da emissão, não fazendo jus a juros ou a qualquer outra remuneração, fixa ou variável. O vencimento das referidas debêntures ocorrerá apenas com a dissolução ou liquidação da companhia.

Para a avaliação econômico-financeira das debêntures não conversíveis em ações, da Hauscenter S.A., foi adotada a metodologia do fluxo de caixa futuro descontado a valor presente, determinado pela Baker Tilly Brasil Gestão Empresarial Ltda., por meio do laudo de avaliação econômico-financeira, cuja data-base de avaliação foi 30 de junho de 2016. O valor da avaliação econômico-financeira dessas debêntures montou a R\$ 55.877 em 30 de setembro de 2016, gerando um ganho de R\$ 1.271.

As ações, sem cotação em bolsa, do Terminal Garagem Menezes Cortês S.A. ("TGMC") foram avaliadas com base na metodologia do fluxo de caixa futuro descontado a valor presente, determinado pela Baker Tilly Gestão Empresarial Ltda., por meio do laudo de avaliação econômico-financeira, cuja data-base de avaliação foi 30 de junho de 2016. O valor da avaliação econômico-financeira dessas ações montou a R\$ 45.174, em 30 de setembro de 2016, gerando uma perda de R\$ 44.

## 6. Desenquadramento dos investimentos

Em 31 de dezembro de 2016, o segmento imobiliário da PRECE permanece com o desenquadramento passivo devido à grande valorização dos ativos imobiliários em períodos anteriores ao encerramento do exercício de 2016, levando ao desenquadramento nos planos de benefícios PRECE I, II e CV. De acordo com o artigo nº 52 da Resolução CMN nº 3792 de 24 de setembro de 2009, foi homologado pela diretoria através da Resolução de Diretoria nº 166 de 12 de maio de 2015 e deliberação do Conselho Deliberativo nº 029 de 21 de maio de 2015 o plano para equacionamento do desenquadramento imobiliário.

Tendo em vista o término do prazo, a PREVIC questionou a PRECE, via e-mail, em 30 de maio de 2016, sobre a manutenção do desenquadramento, gerando assim a CT PRECE.PRES Nº 088/2016 e seus anexos – protocolada em 06 de junho de 2016 através do protocolo PREVIC/419077851/2016, onde a PRECE explica a manutenção do desenquadramento via condições macro econômicas, que após analisado pela PREVIC, o órgão respondeu com o ofício nº 1967/2016/DIACE/DIFIS/PREVIC em 05 de julho de 2016.

O TAC está em fase final de confecção e trará consigo o prazo para enquadramento em até 3 anos após a sua assinatura.

Em agosto e setembro de 2016, a PRECE vendeu 09 (nove) vagas de garagens situadas a Avenida Rodrigues Alves nº 173 – Centro, RJ e um andar na Praia de Botafogo nº 440/2001.

O segmento de Renda Variável, com relação ao artigo nº 36 item VII da Resolução CMN nº 3792 de 24 de setembro de 2009, apresentou desenquadramento proveniente das debêntures com participação nos lucros (Hauscenter, Proman e CRT – Concessionária Rio Tere-

sópolis), que estão alocadas no fundo de investimento Rio Preto, e são ativos pertencentes aos planos de benefícios PRECE I, II e CV.

As debêntures Hauscenter e Proman são ativos herdados da antiga gestão, e apresentam baixa liquidez, sem vencimento (perpetuidade), ou seja, não é possível vendê-los sem incorrer em significativo deságio. São ativos sem vencimento que estavam enquadrados pela legislação anterior, mas desenquadrados devido à entrada em vigor da Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009, não se aplica à regra de transição prevista no artigo nº 55, são tratados por analogia como espécie de desenquadramento passivo, na forma do artigo nº 52 da referida resolução. Portanto, a dificuldade está em vender as debêntures da Hauscenter e Proman dentro do prazo limite de setecentos e vinte dias, pois as mesmas não possuem vencimento e o mercado secundário para estes ativos é insignificante.

As debêntures da CRT- CRT – Concessionária Rio Teresópolis não se enquadra na situação acima, pois apresenta uma data de vencimento, além de apresentar uma altíssima taxa de retorno.

## 7. Permanente

O ativo permanente é composto pelos ativos imobilizado e intangível, que são demonstrados aos custos de aquisição, depreciados e amortizados pelo método linear, e de acordo com o que estabelece a Instrução Normativa MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

	Movimentação				2016
	2015	Aquisições	Baixas	Depreciações/ amortizações	
Imobilizado	319	98	-	(96)	321
Bens móveis	319	98	-	(96)	321
Móveis e utensílios	66	51	-	(29)	88
Máquinas e equipamentos	148	6	-	(27)	127
Veículos	19	-	-	(8)	11
Processamento de dados	86	41	-	(32)	95
Intangível	653	28	-	(122)	559
Software	281	19	-	(64)	236
Benfeitorias imóveis	372	9	-	(58)	323
	<b>972</b>	<b>126</b>	<b>-</b>	<b>(218)</b>	<b>880</b>

## 8. Exigível Operacional

A composição do saldo do exigível operacional está demonstrada a seguir:

	2016	2015
<b>Gestão Previdencial</b>		
Benefícios a pagar	23.019	24.154
Retenções a recolher	3.153	3.791
Outras exigibilidades	321	4.955
	<b>26.493</b>	<b>32.900</b>
<b>Gestão administrativa</b>		
Contas a pagar	2.083	1.860
Retenções a recolher	525	458
Tributos a recolher	92	108
Outras exigibilidades	13	12
	<b>2.713</b>	<b>2.438</b>
<b>Investimentos</b>		
Investimentos imobiliários	19	29
Empréstimos e financiamentos	1.423	1.408
Relacionados com disponível	290	337
Outras exigibilidades	-	480
	<b>1.732</b>	<b>2.254</b>
	<b>30.938</b>	<b>37.592</b>

## 9. Exigível contingencial

Fundamentado nas informações prestadas pela Assessoria Jurídica, em consonância com as estimativas de condenação em processos de natureza cível e trabalhista, nos quais a PRECE figura no polo passivo.

De acordo com a classificação de risco de perdas identificadas como prováveis, a PRECE registrou no Balancete de dezembro de 2016, no seu Exigível Contingencial – Gestão Previdencial e Administrativa, provisões para contingências no montante de R\$ 39.541, conforme quadros abaixo:

	2016	2015
Demandas judiciais - Área cível (Siqueira Castro)	24.207	24.265
Demandas judiciais - Área cível (Tozzini)	1.135	908
<b>Total área cível</b>	<b>25.342</b>	<b>25.173</b>
Demandas judiciais - Área trabalhista	14.199	15.026
	<b>39.541</b>	<b>40.199</b>

### a) Contingências por planos

Descrição	Provável - 100% Provisionado - 2016				
	Prece I	Prece II	Prece CV	PGA	Total
Área cível	12.481	12.632	101	128	25.342
Área trabalhista	8.533	105	5.071	490	14.199
	<b>21.014</b>	<b>12.737</b>	<b>5.172</b>	<b>618</b>	<b>39.541</b>

Descrição	Possível - 2016				
	Prece I	Prece II	Prece CV	PGA	Total
Área cível	2.520	130	1.472	838	4.960
Área tributária	-	-	-	961	961
Área trabalhista	28	-	-	508	536
	<b>2.548</b>	<b>130</b>	<b>1.472</b>	<b>2.307</b>	<b>6.457</b>

### Processos na área cível

Representados basicamente por processos cíveis, tendo como objeto fim o pleito de inclusão de beneficiários, revisão de benefícios, reserva de poupança, reserva de poupança sem perda de vínculo com a patrocinadora e paridade. Estes processos estão sendo administrados pelos escritórios de advocacia Siqueira Castro Advogados e Tozzini que estimaram uma perda provável de R\$ 25.342.

### Processos na esfera trabalhista

Representados por demandas trabalhistas de participantes assistidos e ativos dos Planos PRECE I, PRECE II e PRECE CV pleiteando a devolução de descontos indevidos para convênio paridade, reajuste INPC, restabelecimento de pagamento de auxílio enfermidade, pagamento da complementação de benefício não recebido, manter vínculo ao Plano PRECE I sem majorar valor da contribuição, vínculo empregatício empregado PRECE dentre outros. A perda provável estimada pelos assessores jurídicos internos é na ordem de R\$ 14.199.

### b) Contingências diversas

#### b.1 - Ação judicial para permanecer nos Planos PRECE I e II sem contribuição extraordinária

Ainda está em vigor a liminar concedida pelo Juiz da 7ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro no processo 0000641-32.2011.5.01.0007 apresentado pelo SINTSAMA, mantendo-se a determinação de que a Prece se abstenha de majorar e cobrar toda e qualquer contribuição extraordinária dos Planos Prece I e II.

Atualmente o processo encontra-se na 14ª Vara Cível da Comarca da Capital – RJ, sob o n.º 0337072-86.2013.8.19.0001, em razão do STF ter reconhecido a competência cível para processar e julgar questões relacionadas à Previdência Complementar.

O processo movido pelo SINTSAMA foi apensado ao processo nº 0291346-89.2013.8.19.0001 e movido pelo STAECNOM em andamento na mesma Vara Cível, para serem julgados juntos, por conexão.

A PREVIC em seu relatório de fiscalização n.º29/2013/ERRJ/PREVIC atestou, dentre outras coisas, que o Plano Prece I continua deficitário pela não entrada efetiva das contribuições extraordinárias o que pode ter como consequência a liquidação do Plano, a existência de liminar que suspende as referidas contribuições, mencionou a paridade contributiva da patrocinadora e sinalizou que a abertura de um novo processo de migração poderia ser uma solução.

A Prece em uma tentativa de solucionar o problema, para aqueles que não migraram, firmou junto à Câmara de Mediação, Conciliação e Arbitragem da PREVIC um acordo juntamente com a CEDAE, CAC, ASAPAE, STIPDAENIT, AFTAE, ASEAC, SENGE e SINAERJ, no qual as partes se comprometeram a realizar a reabertura do Plano PRECE CV, estando o processo em fase de alteração dos Regulamentos dos Planos PRECE I e II.

A Prece requereu judicialmente em 9 de fevereiro de 2015 a suspensão dos processos coletivos movidos pelos sindicatos até o término do prazo de migração para o Plano PRECE CV. A magistrada, em 28 de abril de 2015, nos autos da ação principal n.º 0291346-89.2013.8.19.0001, movida pelo Staecnon e distribuída em primeiro lugar à Vara Cível, acolheu o pedido da Prece e suspendeu o processo pelo prazo de 90 (noventa) dias. Em 18 de novembro de 2015, o cartório certificou o término do prazo de suspensão e ainda, informou que o processo permanece paralisado por mais de 60 (sessenta) dias.

Em Setembro de 2016 a Prece peticionou ao juízo em ambos os processos requerendo que os efeitos da Liminar que determinou a suspensão das cobranças de contribuição extraordinária não fossem aplicados aos participantes que tiveram sentença de mérito desfavorável em suas respectivas ações individuais, possibilitando a cobrança dos mesmos e da CEDAE. Até o momento, não houve nenhuma decisão da juíza acerca do requerido.

## b.2 - Recuperação de impostos

### Imposto de Renda sobre Aplicações Financeiras

Encontra-se em fase de liquidação os processos administrativos, referentes ao imposto de renda sobre as aplicações financeiras, recolhido a maior no período de janeiro de 1999 a agosto de 2001. O saldo a compensar em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 1.242.

### PIS e COFINS

De 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2014, a PRECE recolheu o PIS e a COFINS, através de DARF's, com base no parecer do escritório JCM&B. Assim, a base de cálculo dessas contribuições foi calculada sobre a taxa de administração dos empréstimos, sobre a remuneração auferida a título de pro labore na administração das carteiras de seguros e do plano odontológico dos participantes, e sobre o contrato de fidelidade das folhas de pagamentos administradas pela PRECE junto ao Banco Itaú S.A.

Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei n.º 12.973/2014, que alterou a base de incidência do PIS e COFINS, de 01 de janeiro de 2015 em diante. A Diretoria Executiva através da RD n.º 187/2015 de 27/05/2015, por intermédio da JCM&B, ingressou com o Mandado de Segurança 0081039-25.2015.402.5101, para discussão da não incidência do PIS/COFINS sobre a totalidade das Receitas Administrativas do PGA, e a partir do mês de competência Setembro de 2015 a PRECE passou a depositar judicialmente os valores apurados.

	2016	2015
PIS	137	145
COFINS	854	894
	<b>991</b>	<b>1.039</b>

## 10. Patrimônio social

Registra o valor atual do total das Reservas Técnicas, de acordo com a Nota Técnica Atuarial – dados apresentados, conforme planificação contábil Resolução CNPC n.º 8, de 31 de outubro de 2011.

### a) Provisões Matemáticas

Representam as provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder dos planos de benefícios, conforme Nota Explicativa 3.h, avaliadas de acordo com o plano de custeio em vigor, aprovado pelo Conselho Deliberativo da PRECE.

Segue abaixo, a composição consolidada das provisões matemáticas:

Descrição	2016	2015
<b>Benefícios concedidos</b>	<b>2.029.161</b>	<b>2.059.242</b>
BD Estruturado em regime de capitalização	1.613.051	1.674.399
Contribuição definida	416.110	384.843
<b>Benefícios a conceder</b>	<b>887.710</b>	<b>948.561</b>
CD Contribuição definida	698.057	737.391
BD Estruturado em regime de capitalização programado	185.315	206.673
BD Estruturado em regime de capitalização não programado	4.338	4.497
<b>(-) Provisões matemáticas a constituir</b>	<b>(502.382)</b>	<b>(494.730)</b>
<b>(-) Déficit Equacionado</b>	<b>(567.775)</b>	<b>(552.112)</b>
(-) Patrocinador(es)	(143.073)	(144.433)
(-) Participantes	(36.779)	(59.931)
(-) Assistidos	(387.923)	(347.748)
<b>(+/-) Por ajustes das contribuições</b>	<b>65.393</b>	<b>57.382</b>
(+/-) Patrocinador(es)	12.176	10.684
(+/-) Participantes	12.176	10.684
(+/-) Assistidos	41.041	36.014
	<b>2.414.489</b>	<b>2.513.073</b>

As provisões matemáticas foram constituídas de acordo com os cálculos efetuados pelo atuário externo em conformidade com os critérios aprovados pela PREVIC.

As Provisões Matemáticas por Plano estão assim demonstradas:

Descrição	Prece I	Prece II	Prece III	Prece CV	Total
<b>Benefícios concedidos</b>	<b>521.414</b>	<b>160.201</b>	<b>75</b>	<b>1.347.471</b>	<b>2.029.161</b>
BD Estruturado	521.414	160.201	-	931.436	1.613.051
Contribuição definida	-	-	75	416.035	416.110
<b>Benefícios a conceder</b>	<b>187.310</b>	<b>2.343</b>	<b>8.204</b>	<b>689.853</b>	<b>887.710</b>
BD Estruturado	182.972	2.343	-	-	185.315
BD Estruturado não programado	4.338	-	-	-	4.338
Contribuição definida	-	-	8.204	689.853	698.057
<b>(-) Provisões matemáticas a constituir</b>	<b>(312.708)</b>	<b>(46.654)</b>	<b>-</b>	<b>(143.020)</b>	<b>(502.382)</b>
<b>(-) Déficit Equacionado</b>	<b>(378.101)</b>	<b>(46.654)</b>	<b>-</b>	<b>(143.020)</b>	<b>(567.775)</b>
(-) Patrocinador(es)	(48.236)	(23.327)	-	(71.510)	(143.073)
(-) Participantes	(36.462)	(317)	-	-	(36.779)
(-) Assistidos	(293.403)	(23.010)	-	(71.510)	(387.923)
<b>(+/-) Por ajustes das contribuições</b>	<b>65.393</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>65.393</b>
(+/-) Patrocinador(es)	12.176	-	-	-	12.176
(+/-) Participantes	12.176	-	-	-	12.176
(+/-) Assistidos	41.041	-	-	-	41.041
	<b>396.016</b>	<b>115.890</b>	<b>8.279</b>	<b>1.894.304</b>	<b>2.414.489</b>

Os dados cadastrais individualizados dos Participantes e Assistidos tiveram como data base em 31 de agosto de 2016 para todos os planos, considerando as informações financeiras, contábeis e patrimoniais de cada plano para apuração das Provisões Matemáticas, sendo posicionadas em 31 de dezembro de 2016.

### Contribuição extraordinária – PRECE I E II

PRECE I - Em decorrência de ação judicial em curso, as contribuições extraordinárias devidas pelos participantes ativos, assistidos e patrocinadoras, definida para o equacionamento do plano, permanecem impedidas de serem cobradas às partes por conta de decisão judicial liminar. No entanto estas contribuições estão apropriadas como contas a receber, e provisionadas para devedores duvidosos de forma integral (100%), de acordo com ofício nº 168/ERRJ/PREVIC de 28 de novembro de 2016. Essa situação implicou, na prática, em um aumento do déficit técnico do plano PRECE I, no mês de novembro de 2016, na ordem de R\$ 41.751.

PRECE II - Em cumprimento à legislação (Resolução MPS/CGPC nº 26/2008 e suas alterações), foi proposto e aprovado pelos órgãos estatutários, plano de equacionamento do déficit apurado no exercício de 2014 e parte do déficit relativo a 2015, cujo valor total monta, atualmente, em R\$ 46.655, posicionado em 31 de dezembro de 2016.

No entanto, em função da ação judicial em curso, que mantém a determinação que a Prece se abstenha de majorar e cobrar a contribuição extraordinária referente aos planos Prece I e Prece II, tal contribuição terá o mesmo tratamento contábil dado ao plano Prece I.

O valor total da Provisão Matemática é de R\$ 115.890, e este montante é o resultado da soma dos valores das Provisões Matemática de Benefícios Concedidos de R\$ 160.201 e Benefícios a Conceder de R\$ 2.344, deduzida a Provisão Matemática a Constituir de R\$ 46.655.

## b) Déficit Técnico por Plano de Benefícios

Descrição	Exercícios	Prece I	Prece II	Prece III	Prece CV	Total
Déficit técnico	Em 2015	(59.618)	(5.567)	-	(59.433)	(124.618)
Movimento no ano		(65.823)	17.971	-	84.890	37.038
Déficit técnico	Em 2016	(125.441)	12.404	-	25.457	(87.580)

## c) Premissas e hipóteses atuariais

As principais premissas e hipóteses atuariais estão apresentadas nos quadros a seguir:

	PRECE I	PRECE II	PRECE III	PRECE CV
<b>Hipóteses populacionais</b>				
Base de dados				Levantamento cadastral individual
Taxa de rotatividade	1% a.a.	1% a.a.	Não aplicável	Não aplicável
Novos Entrados	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
<b>Hipóteses Econômico Financeiras</b>				
Taxa de juros técnicos	5,50% a.a.	5,50% a.a.	5,50% a.a.	5,16% a.a.
Crescimento real dos salários	2,35% a.a.	2,35 a.a.	Não aplicável	Não aplicável
Fator de capacidade	98,02%	98,02%	Não aplicável	98,02%
<b>Hipóteses Biométricas</b>				
Mortalidade geral	AT-83 BASIC M	AT-83 BASIC M	AT-83 BASIC M	AT-83 BASIC M
Mortalidade de inválidos	WINKLEVOSS	WINKLEVOSS	WINKLEVOSS	WINKLEVOSS
Entrada de invalidez	MULLER	MULLER	IAPB-57 FRACA	ALVARO VINDAS

## d) Fundos

São retenções de recursos excedentes das Gestões Previdencial, Administrativa e Investimentos, para suprir despesas futuras, quando da verificação de déficit nas referidas Gestões.

	2016	2015
Fundo previdencial	16.573	10.226
Fundo administrativo	7.106	6.682
Fundo de investimentos	13.738	14.032
	<b>37.417</b>	<b>30.940</b>

### Fundo Previdencial

O Fundo Previdencial é constituído do Fundo de Reversão de Saldo e do Fundo correspondente a Conta Coletiva para Cobertura de Risco:

O Fundo de Reversão de Saldo aloca as contribuições vertidas pela Patrocinadora, não utilizadas em caso de Resgate de participantes do plano PRECE III, no montante de R\$ 7.

O Fundo de Cobertura de Risco constituído pelas contribuições da Patrocinadora, destinadas a cobertura dos benefícios de Invalidez e Morte, cujos valores montam R\$ 882 e R\$ 15.684, relativos aos planos PRECE III e PRECE CV, respectivamente.

### Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo é uma reserva constituída com o objetivo de suprir necessidades futuras com gastos na administração dos Planos de Benefícios conforme planificação estabelecida no Anexo C da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011.

Nas Demonstrações Contábeis do exercício de 2016 encontra-se registrado o seguinte demonstrativo de constituição do Fundo Administrativo:

<b>Saldos - Fundo Administrativo em 2015</b>	<b>6.681</b>
Receitas	20.929
Despesas	(22.078)
Contingências	637
Resultado de investimentos	935
Reversão - Fundo Administrativo no ano 2015	423
<b>Saldos - Fundo Administrativo em 2016</b>	<b>7.104</b>

Os critérios quem vem sendo adotados pela PRECE, têm como suporte o rateio dos valores apropriados mensalmente, conforme demonstrativo, abaixo:

Participação do Fundo Administrativo no balanço de 2016					
Planos	Prece I	Prece II	Prece III	Prece CV	Total
Participação %	25,94	5,92	0,62	67,52	100,00
Participação R\$	1.843	421	44	4.797	7.105

### Fundo de Investimento

Tem a finalidade de garantir a cobertura de empréstimos e financiamentos a participantes e assistidos na ocorrência de mortes, invalidez e inadimplência.

## 11. Situação patrimonial do plano de benefícios

### Plano PRECE I

A situação econômico atuarial do Plano PRECE I, no fim do exercício de 2016, demonstrou resultado deficitário no montante de R\$ 125.441, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e Patrimônio de Cobertura do Plano. Considerando a inexistência de títulos públicos marcados na curva, não havendo ajuste de precificação. Dessa forma, o plano apresenta Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$ 125.441, que por ser superior ao limite do Déficit Técnico Acumulado de R\$ 30.691 ou 7,75% das provisões matemáticas, havendo a obrigatoriedade da instalação do processo de equacionamento do déficit do valor mínimo de R\$ 94.750, conforme a Resolução MPS/CNPC nº 22/2015.

De acordo com a Legislação vigente, será necessário promover o equacionamento imediato do resultado deficitário, por meio de plano de equacionamento a ser elaborado e aprovado durante o exercício de 2017.

### Plano PRECE II

A situação econômico-atuarial do Plano PRECE II ao final de 2016 é superavitária, no montante de R\$ 12.404, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, sendo todo este valor apurado como reserva de contingência, conforme critérios adotados de acordo com a Resolução MPS/CNPC nº 22/2015.

### Plano PRECE CV

Ao final do exercício de 2016 o plano PRECE CV apresentou um resultado superavitário no montante de R\$ 25.457, sendo todo este valor apurado como reserva de contingência, conforme critérios adotados de acordo com a Resolução MPS/CNPC nº 22/2015.

Ainda após o ajuste de precificação, que é de R\$ 20.348, conforme quadro abaixo, o Plano PRECE CV passou a apresentar equilíbrio técnico ajustado positivo de R\$ 45.805, representado no DAL – Demonstrativo do Ativo Líquido do Plano PRECE CV de 31 de dezembro de 2016.

Ativo	Taxa de aquisição % a.a.	Vencimento	Quantidade	PU recalculado em 31/12/2016	VLR CONTÁBIL 31/12/2016	VLR AJUSTADO 31/12/2016	AJUSTE
NTN-B	6,320000	15/05/2019	10.000,00	3.032,78	29.602	30.328	726
NTN-B	6,680000	15/05/2019	10.000,00	3.032,78	29.382	30.328	946
NTN-B	6,710000	15/05/2019	10.000,00	3.032,78	29.364	30.328	964
NTN-B	6,710000	15/05/2019	10.000,00	3.032,78	29.364	30.328	964
NTN-B	6,580000	15/05/2019	10.000,00	3.032,78	29.443	30.328	885
NTN-B	6,200000	15/05/2023	20.000,00	3.110,77	59.030	62.215	3.185
NTN-B	6,360000	15/05/2023	8.900,00	3.110,77	26.059	27.686	1.627
NTN-B	6,720000	15/05/2023	10.000,00	3.110,77	28.759	31.108	2.349
NTN-B	7,180000	15/05/2023	10.000,00	3.110,77	28.110	31.108	2.997
NTN-B	7,500000	15/05/2023	10.000,00	3.110,77	27.671	31.108	3.437
NTN-B	5,970000	15/08/2030	10.000,00	3.260,93	30.341	32.609	2.268
					<b>347.124</b>	<b>367.472</b>	<b>20.348</b>

Títulos pertencentes ao FI Macacos, parte integrante do FI Guandu, vinculados somente ao Plano de benefícios PRECE CV. Conforme Resolução CNPC nº 16 de 19 de novembro de 2014 e Instrução PREVIC nº 19 de 4 de fevereiro de 2015.

## 12. Rubricas com denominação "Outros" que totalizaram mais de 10%

O detalhamento de todas as rubricas com denominação "Outros", que totalizaram mais de 10% do respectivo grupo de contas, abrange as contas patrimoniais do Ativo e Passivo e de resultados, conforme demonstrativo, abaixo:

	Valor	%
3.2 Deduções	471.491	100,00
3.2.9 Outras Deduções	115.171	24,43
3.2.9.1 Desligamentos do Plano III (exigível)	87	0,02
3.2.9.2 despesas de Exercícios Anteriores	10	0,00
3.2.9.6 provisão para perdas - Contrib.Extraord.Prece I	115.065	24,40
3.2.9.6.01 Patrocinadora CEDAE	45.401	9,63
3.2.9.6.02 Participantes Ativos	45.401	9,63
3.2.9.6.03 Participantes Assistidos	24.263	5,15
3.2.9.9 Outras Deduções	9	0,00

## 13. Data de aprovação e encaminhamento das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis deverão ser encaminhadas para a PREVIC, via SICADI, até o dia 31 de maio de 2017, atendo a classificação por perfis, definida pela Instrução PREVIC nº 20 de 23 de março de 2015 e alterada pela Portaria PREVIC nº 465 de 29 de setembro de 2016. A PRECE está classificada como perfil II.

## 14 - Eventos subsequentes

### a) Fundo de Investimentos (exclusivo) Lameirão de RF

Nos dias 03 de janeiro de 2017 e 24 de janeiro de 2017, o administrador legal CAIXA, solicitou ao Banco SANTANDER efetuar o lançamento de PDD para os ativos que estão inadimplentes, alocados no FI Lameirão, que impactaram negativamente os Planos de benefício PRECE I, II e CV, conforme quadro abaixo:

Ativo	Emissor	Valor	Percentual (PDD)
CCB	Aurizônia	183.150	100%
CCB	Tha Real	32.773	50%
CCB	Irtha	1.434	25%
Total em 03/01/2017		217.357	

Ativo	Emissor	Valor	Percentual (PDD)
CCB	Raesa	50.016	25%
CCB	Aspendos	3.505	25%
Total em 24/01/2017		53.521	
		<b>270.878</b>	

Os percentuais de provisão para devedores duvidosos estão baseados na Instrução SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009 da PREVIC.

### b) Fundo de Investimentos (exclusivo) Rio Preto de RV

A cotação das debêntures da Concessionária Rio Teresópolis - CRT, que faz parte da carteira do CAIXA FI RIO PRETO Multimercado Credito Privado, passou de R\$ 5.318,47, em 30 de dezembro de 2016, para R\$ 9.991,09, em 03 de janeiro de 2017, em decorrência da revisão tarifária promovida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, através da Resolução nº 5.210 de 8 de novembro de 2016.

Data	Quantidade	Cotação (R\$)	Valor de Mercado
31/12/16	4.400	5.318,47	23.401
03/01/17	4.400	9.991,19	43.961
Variação positiva			<b>20.560</b>

SIDNEY DO VALLE COSTA  
**Diretor Presidente**  
 C.P.F.: 682.369.307-00

ARILDO DE OLIVEIRA PINTO  
**Diretor Administrativo e Financeiro**  
 C.P.F.: 547.921.347-49

LUIZ CARLOS ROSA GOULART  
**Contador**  
 CRC-RJ:062248/0-8  
 C.P.F.: 807.709.407-49

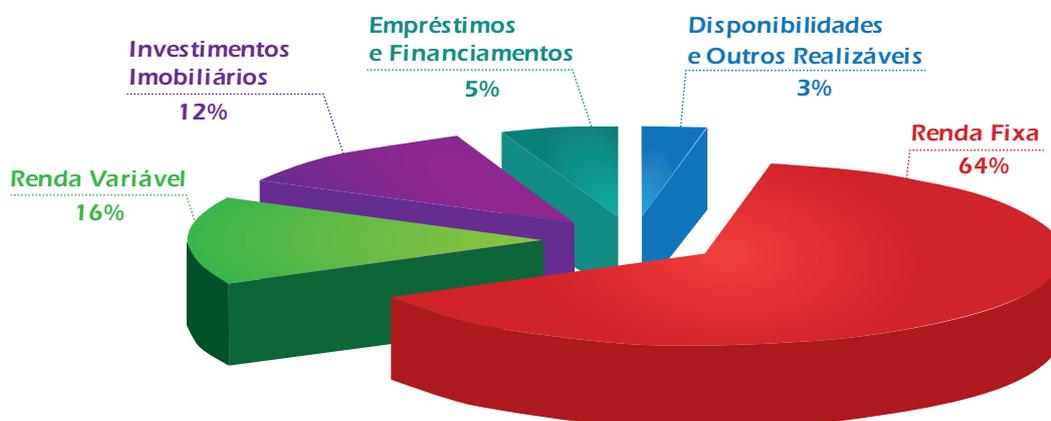
## DEMONSTRATIVO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Posição em 30 de dezembro de 2016

Composição dos Recursos Garantidores da PRECE  
Resolução CMN Nº 3.792 de 24/09/2009 alterada pela Resolução CMN nº 4.275 de 31/10/2013.

Demonstrativo da Carteira de Investimentos	R\$ Saldo 2016	R\$ Saldo 2015	% Composição	% Variação
<b>Disponibilidades e Outros Realizáveis</b>	<b>49.452.510,68</b>	<b>32.740.674,80</b>	<b>2,96</b>	<b>51,04</b>
<b>Investimentos</b>	<b>1.618.810.081,78</b>	<b>1.668.416.967,26</b>	<b>97,04</b>	<b>-2,97</b>
<b>Renda Fixa</b>	<b>1.070.356.281,59</b>	<b>1.183.187.239,87</b>	<b>64,17</b>	<b>-9,54</b>
Títulos Públicos	7.460.512,53	3.598.278,92	0,45	107,34
Notas do Tesouro Nacional - NTN-A/NTN-B/NTN-C	7.460.512,53	3.598.278,92	0,45	107,34
Créditos Privados e Depósitos	2.492.592,49	0,00	0,15	0,00
Contas a (Pagar) e a Receber - CRI FOCUS	2.492.592,49	0,00	0,15	0,00
Fundos de Investimentos	1.060.403.176,57	1.179.588.960,95	63,57	-10,10
Renda Fixa - Planos	1.299.714,58	2.328.635,37	0,08	-44,19
Multimercado - Planos	1.053.449.421,90	1.172.207.654,10	63,15	-10,13
Estruturado - Planos	5.654.040,09	5.052.671,48	0,34	11,90
<b>Renda Variável</b>	<b>259.833.888,77</b>	<b>215.004.530,01</b>	<b>15,57</b>	<b>20,85</b>
Fundos de Investimentos	259.833.888,77	215.004.530,01	15,57	20,85
Multimercado - Planos	259.833.888,77	215.004.530,01	15,57	20,85
<b>Investimentos Estruturados</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Investimentos no Exterior</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Investimentos Imobiliários</b>	<b>199.669.517,45</b>	<b>211.049.525,98</b>	<b>11,97</b>	<b>-5,39</b>
Carteira Imobiliária	194.270.591,87	206.310.566,48	11,65	-5,84
Contas a (Pagar) e a Receber	5.398.925,58	4.738.959,50	0,32	13,93
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>88.950.393,97</b>	<b>59.175.671,40</b>	<b>5,33</b>	<b>50,32</b>
Carteira de Empréstimos ao Participantes	89.257.012,17	59.186.342,54	5,35	50,81
Contas a (Pagar) e a Receber	-306.618,20	-10.671,14	-0,02	-2.773,34
<b>Recursos Garantidores das Reservas Técnicas dos Planos Previdenciários</b>	<b>1.668.262.592,46</b>	<b>1.701.157.642,06</b>	<b>100,00</b>	<b>-1,93</b>
Fundos de Investimentos	6.970.462,54	6.879.037,66	0,42	1,33
Renda Fixa - Gestão Administrativa	6.970.462,54	6.879.037,66	0,42	1,33
<b>Recursos Garantidores das Reservas Técnicas dos Planos Previdenciários e PGA</b>	<b>1.675.233.055,00</b>	<b>1.708.036.679,72</b>	<b>100,00</b>	<b>-1,92</b>

### Recursos Garantidores das Reservas Técnicas dos Planos Previdenciários



## Metodologia ou as fontes de referência adotadas para o apreamento dos ativos financeiros

A Prece designa a maior parte de seus apreamentos ao Custodiante, haja vista que ele detém expertise para esse tipo de atividade, além de dispor de metodologia expressa em manual próprio de precificação, sendo adotado o Método de Precificação de Marcação a Mercado, preferivelmente.

As operações com participantes de empréstimos são precificadas pelo valor do principal somado aos encargos financeiros, conforme o contrato, segundo instrução MPS/SPC Nº 34, de 24 de setembro de 2009.

A precificação de imóveis é feita por avaliação patrimonial através de empresa qualificada, as avaliações imobiliárias serão realizadas, preferencialmente, anualmente ou pelo menos a cada três anos, conforme determina a INSTRUÇÃO MPS/PREVIC Nº 15, DE 12/11/2014. O laudo de avaliação se faz valer do método comparativo direto de mercado, conforme indica a ABNT NBR 14.653-2 – "Avaliação de Bens", e em conformidade com a Instrução Normativa da Secretaria de Previdência Complementar (SPC) em vigor e que trata do tema Avaliação, buscando a apuração de resultados com o Grau de Fundamentação 2 a 3.

## Metodologia e os critérios para avaliação dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e sistêmico

**1 - Metodologia e os Critérios para avaliação dos riscos de crédito:** A assessoria de risco de investimentos – ASRIN, adota metodologia própria para a avaliação do risco de crédito informado nos relatórios enviados mensalmente. Os critérios para avaliação de crédito utilizaram as agências classificadoras Standard&Poors, Moody's e Fitch para a definição dos ativos componentes do segmento de renda fixa. Como referência, vale a pior ou a única classificação, não valendo ainda classificações por agências diferentes das mencionadas. A PRECE poderá investir em ativos com nota superior ou igual ao limite de BBB+ dada por uma das agências classificadoras de risco supracitadas. Além do acompanhamento de rating utilizamos o modelo KMV e a matriz transitividade – elaborada pelas agências de classificação de rating - para mensurar a probabilidade de default de determinados ativos e calcular a perda esperada pelos planos decorrente de default.

**2 - Metodologia e os Critérios para avaliação dos riscos de liquidez:** A assessoria de risco de investimentos – ASRIN, adota metodologia própria para a avaliação do risco de liquidez informada nos relatórios enviados mensalmente. Os critérios para avaliação de liquidez têm como seu principal objetivo oferecer ao AETQ informações relevantes sobre a liquidez do plano para

o curtíssimo prazo (6 meses) e curto prazo (período de 2 anos) em um cenário adequado, para mitigar o risco de liquidez do plano. Também oferecemos um relatório estendido para o período de médio prazo (até 7 anos) e para o período de longo prazo (acima de 7 anos) para que possa servir de norte ao gestor na escolha de sua estratégia.

### 3 - Metodologia e os Critérios para avaliação dos riscos legal:

A assessoria de risco de investimentos – ASRIN, informa mensalmente relatórios de enquadramentos dos planos da PRECE, com o intuito de verificar a aderência da fundação a resolução 3.792 e suas alterações. Também é fornecido conjuntamente ao relatório de enquadramento legal, um relatório de enquadramento dos ativos da fundação em relação a sua política de investimentos.

### 4 - Metodologia e os Critérios para avaliação dos riscos de mercado:

A assessoria de risco de investimentos – ASRIN, adota metodologia do cálculo do VaR – Value-at-Risk com nível de confiança de 95% no horizonte de 1 dia que será apresentado e comparado ao limite máximo do VaR para cada fundo – calculado através de metodologia interna apresentada nos relatórios de mercado. Além deste critério, utilizamos o Tracking erro, Beta e Duration para mensurar o risco de mercado da carteira da fundação.

### 5 - Metodologia e os Critérios para avaliação dos riscos sistêmicos:

Risco sistêmico se refere a perturbações generalizadas no mercado financeiro, causados por fatores tanto endógenos quanto exógenos ao mercado, ou seja, fora do controle desta fundação e que possuem a característica de terem forte capacidade de propagação e contágio entre os demais segmentos do mercado. Desta forma, esse conceito se aplica ao risco inerente e não diversificável que a fundação corre ao utilizar o mercado financeiro como sua principal fonte de renda. Para mensurar este risco, esta assessoria de risco de investimento – ASRIN, utiliza cenários estressados e dados referentes a crises passadas, fornecidos pela bolsa de valores ou outras fontes, como referência para que possamos estimar o total de risco que a entidade corre através de sua carteira de ativos.

### 6 - Metodologia e os Critérios para avaliação dos riscos Operacionais:

A definição da metodologia de gestão de riscos empregada pela Prece baseia-se nos conceitos e diretrizes previstas na Resolução CGPC nº 13, de 01/10/04. Além da resolução supra citada, foi observado, também, o disposto na Recomendação CGPC nº 2, 27/04/09, que aconselha a utilização de metodologia de supervisão baseada em risco, e supervisão das EFPCs, inclusive no programa anual de fiscalização, pela PREVIC.

A Assessoria de Riscos e Controle – ASRIC é a unidade operacional responsável pelo desenvolvimento e implementação dos processos correlatos às rotinas de controle e gestão dos riscos operacionais inerentes às atividades desenvolvidas pela PRECE.

Esta avaliação deverá ter como princípio, a mensuração da probabilidade de ocorrência, gravidade, além da avaliação dos fatores externos capazes de mitigar ou potencializar o risco conforme condições apresentadas a seguir:

- a) a probabilidade de ocorrência do risco face a frequência com que o processo operacional associado a ele é desenvolvido;
- b) a gravidade das possíveis consequências prejudiciais mensuradas em função do patrimônio da entidade;
- c) o Fator de Agravamento face ao volume de riscos que determinado processo operacional encontra-se exposto;
- d) o nível de exposição ao risco, componente obtido através da combinação dos fatores de probabilidade, gravidade e agravamento dos riscos;
- e) Avaliação da Eficiência dos Controles internos adotados no intuito de monitorar tanto os processos quanto os riscos associados aos mesmos;
- f) a análise dos fatores capazes de mitigar e potencializar a incidência ou mesmo o impacto associado ao risco;
- g) o risco inerente, é obtido através da aplicação dos resultados dos fatores de potencialização e mitigação sobre o nível de exposição ao risco.

O resultado obtido é classificado através de estabelecimento de faixas de aceitação do risco, conforme diagrama apresentado a seguir com suas ações propostas:

**MÍNIMO** - significa que não é necessário adotar medidas mitigadoras, a menos que se possa reduzir mais o risco com pouco custo.

**MÉDIO** - significa que os procedimentos avaliados possuem um potencial de geração de dano elevado. É recomendável que sejam adotadas ações mitigadoras para reduzir o risco.

**EXTREMO** - significa que os processos avaliados encontram-se num nível de exposição ao risco extremamente elevado, expondo a Entidade num nível de risco temerário. Deverão ser aprimorados os mecanismos de controle, além da adoção de Planos de Ação junto aos gestores dos processos no intuito de reduzir tal condição pelo menos ao nível tolerável de risco.

## Utilização dos Instrumentos derivativos

Conforme disposto no artigo 44 da resolução CMN 3.792/09, são permitidas operações com derivativos no plano, desde que respeitem, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) Avaliação prévia dos riscos envolvidos;
- b) Existência de sistemas de controles internos adequados às suas operações;
- c) Registro da operação ou negociação em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros;
- d) Atuação de câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação como contraparte central garantidora da operação;
- e) Depósito de margem limitado a quinze por cento da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo Bacen e ações pertencentes ao Índice Bovespa da carteira de cada plano ou fundo de investimento; e
- f) Valor total dos prêmios de opções pagos limitado a cinco por cento da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo Bacen e ações pertencentes ao Índice Bovespa da carteira de cada plano ou fundo de investimento.

Para verificação dos limites estabelecidos nos incisos e) e f) não serão considerados os títulos recebidos como lastro em operações compromissadas<sup>1</sup>.

## Observância ou não de princípios de responsabilidade socioambiental

Os investimentos administrados pela PRECE efetuarão sempre que possível a realização de investimentos observando os princípios referentes à responsabilidade socioambiental.

<sup>1</sup> Operações Compromissadas são aquelas que em que o vendedor assume o compromisso de recomprar os títulos que "emprestou" em uma data futura pré definida e com o pagamento de remuneração pré estabelecida.

## INFORMAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PLANO PGA

### Alocação de Recursos e seus limites

SEGMENTOS	META	MÁXIMO	Alocação de Recursos
Renda Fixa	100%	100%	100%

\* Posição em 30/12/2016

### Taxa mínima atuarial / Índices de Referência

Período de Referência	Participação	Plano/ Segmento	Percentual do Indexador	Indexador	Taxa de Juros
01/2016 a 12/2016	100%	Renda Fixa	95%	DI-CETIP	0,00%

### Metas de Rentabilidade por Segmentos

SEGMENTOS	Meta de Rentabilidade
Renda Fixa	SELIC/CDI

### Rentabilidades por Segmentos

Rentabilidade - PGA	2016	
	Rent. Bruta*	Rent. Líquida
Renda Fixa	13,67%	13,67%
Meta Atuarial - 95% CDI	13,25%	

\* Não existe uma metodologia padrão para cálculo de rentabilidade, sendo assim, tratamos como rentabilidade bruta o não desconto das taxas de administração e custódia. Como estas taxas são, em geral, expressivamente baixas em relação ao Patrimônio Líquido, o impacto na rentabilidade é pouco relevante, desta forma, as rentabilidades bruta e líquida são, em geral, semelhantes.

No cenário externo, a Europa segue com recuperação econômica moderada. O fato mais importante ocorrido em 2016 no continente foi a saída do Reino Unido da zona do euro. Em relação a China, o país apresentou crescimento econômico bastante alinhado as expectativas. Já os EUA apresentaram crescimento do PIB de 1,9% em 2016, um pouco inferior a 2015. Entretanto o fato mais relevante foi a eleição presidencial com a surpreendente vitória de Donald Trump. No Brasil, houve bastante volatilidade no mercado financeiro em 2016, influenciado

fortemente pelas tensões do ambiente político, especialmente em função do processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff; pelas dificuldades econômicas e pelas propostas de reforma. Em relação a economia, a taxa de juros apresentou duas quedas sucessivas a partir de outubro/16 e a taxa de inflação começou o processo de convergência para o centro da meta, ou seja, começou a diminuir ao longo do ano. Em função da melhora das expectativas econômicas para os próximos anos, o mercado de renda fixa e especialmente a bolsa de valores brasileira apresentaram desempenho bastante positivo em 2016.

O PGA, que é composto somente do segmento de Renda Fixa, alcançou um excelente desempenho, com rentabilidade de 13,67%, superando a meta atuarial.

### Rentabilidades por Fundos

Rentabilidade - PGA	2016	
	Rent. Bruta	Rent. Líquida
Fundos de Investimento		
Santander FIC FI Inst Ref DI	14,16%	14,16%
Bradesco FI Ref DI Fed Ext	13,68%	13,68%

\* Não existe uma metodologia padrão para cálculo de rentabilidade, sendo assim, tratamos como rentabilidade bruta o não desconto das taxas de administração e custódia. Como estas taxas são, em geral, expressivamente baixas em relação ao Patrimônio Líquido, o impacto na rentabilidade é pouco relevante, desta forma, as rentabilidades bruta e líquida são, em geral, semelhantes.

### Taxas e Custos com Administração Própria e Terceirizada

Plano	taxa de custódia
PGA	0,0225% a.a.

Fundo Aberto	taxa de administração	taxa de performance
Santander FIC FI Inst Ref DI	0,20% a.a.	Não há
Bradesco FI Ref DI Fed Ext	0,15% a.a.	Não há

\* % do patrimônio líquido dos fundos

\*\* Não existe taxa de administração

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS PLANOS PRECE I E II

## Demonstração do Ativo Líquido – DAL

EM DEZEMBRO / 2016 - Valores Expressos em Reais Mil

PLANO: PRECE I			
DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>299.581</b>	<b>363.147</b>	<b>-17,50</b>
Disponível	228	448	-49,21
Recebível	8.945	61.243	-85,39
<b>Investimento</b>	<b>290.408</b>	<b>301.456</b>	<b>-3,66</b>
Créditos Privados e Depósitos	550	0	0,00
Fundos de Investimento	220.542	238.532	-7,54
Investimentos Imobiliários	43.210	45.695	-5,44
Empréstimos e Financiamentos	15.740	10.593	48,59
Outros Realizáveis	10.366	6.636	56,22
<b>2. Obrigações</b>	<b>-23.495</b>	<b>-31.205</b>	<b>-24,71</b>
Operacional	-2.481	-6.854	-63,80
Contingencial	-21.014	-24.351	-13,70
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>-5.510</b>	<b>-5.960</b>	<b>-7,56</b>
Fundos Administrativos	-1.843	-1.846	-0,14
Fundos dos Investimentos	-3.667	-4.114	-10,86
<b>4. Resultados a Realizar</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3-4)</b>	<b>270.576</b>	<b>325.982</b>	<b>-17,00</b>
Provisões Matemáticas	396.017	385.600	2,70
Superávit/Déficit Técnico	-125.441	-59.618	110,41
<b>6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>	<b>-125.441</b>	<b>-59.618</b>	<b>110,41</b>
a) Equilíbrio Técnico	-125.441	-59.618	110,41
b) (+/-) Ajuste de Precificação	0	0	0,00
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	-125.441	-59.618	110,41

EM DEZEMBRO / 2016 - Valores Expressos em Reais Mil

PLANO: PRECE II			
DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>144.259</b>	<b>142.933</b>	<b>0,93</b>
Disponível	21	40	-47,57
Recebível	15.862	7.790	103,62
<b>Investimento</b>	<b>128.376</b>	<b>135.103</b>	<b>-4,98</b>
Créditos Privados e Depósitos	217	0	0,00
Fundos de Investimento	98.223	107.603	-8,72
Investimentos Imobiliários	18.669	19.625	-4,87
Empréstimos e Financiamentos	6.796	4.873	39,46
Outros Realizáveis	4.471	3.002	48,96
<b>2. Obrigações</b>	<b>-13.682</b>	<b>-12.566</b>	<b>8,87</b>
Operacional	-945	-1.015	-6,90
Contingencial	-12.737	-11.551	10,27
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>-2.283</b>	<b>-2.444</b>	<b>-6,59</b>
Fundos Administrativos	-421	-439	-4,18
Fundos dos Investimentos	-1.862	-2.005	-7,16
<b>4. Resultados a Realizar</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3-4)</b>	<b>128.295</b>	<b>127.924</b>	<b>0,29</b>
Provisões Matemáticas	115.891	133.491	-13,18
Superávit/Déficit Técnico	12.404	-5.567	-322,84
<b>6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>	<b>12.404</b>	<b>-5.567</b>	<b>-322,84</b>
a) Equilíbrio Técnico	12.404	-5.567	-322,84
b) (+/-) Ajuste de Precificação	0	0	0,00
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	12.404	-5.567	-322,84

## Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL

EM DEZEMBRO / 2016 - Valores Expressos em Reais Mil

PLANO PRECE I			
DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>325.982</b>	<b>341.476</b>	<b>-4,54</b>
<b>1. Adições</b>	<b>126.869</b>	<b>130.843</b>	<b>-3,04</b>
(+) Contribuições	82.624	96.644	-14,51
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	41.022	34.199	19,95
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	3.223	0	0,00
<b>2. Destinações</b>	<b>-182.275</b>	<b>-146.337</b>	<b>24,56</b>
(-) Benefícios	-176.232	-136.757	28,87
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	0	-3.829	-100,00
(-) Custeio Administrativo	-6.043	-5.753	5,05
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>-55.406</b>	<b>-15.494</b>	<b>257,59</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	10.417	54.319	-80,82
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-65.823	-69.813	-5,72
<b>4. Operações Transitórias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)</b>	<b>270.576</b>	<b>325.982</b>	<b>-17,00</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>5.510</b>	<b>5.960</b>	<b>-7,56</b>
(+/-) Fundos Administrativos	1.843	1.847	-0,19
(+/-) Fundos dos Investimentos	3.667	4.113	-10,84

EM DEZEMBRO / 2016 - Valores Expressos em Reais Mil

PLANO PRECE II			
DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>127.924</b>	<b>136.536</b>	<b>-6,31</b>
<b>1. Adições</b>	<b>22.867</b>	<b>19.438</b>	<b>17,64</b>
(+) Contribuições	8.871	4.813	84,31
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	13.996	14.625	-4,30
<b>2. Destinações</b>	<b>-22.496</b>	<b>-28.050</b>	<b>-19,80</b>
(-) Benefícios	-21.284	-19.754	7,74
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-1.186	-8.272	-85,66
(-) Custeio Administrativo	-26	-24	7,37
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>371</b>	<b>-8.612</b>	<b>-104,31</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	-17.600	-29.392	-40,12
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	17.971	20.780	-13,52
<b>4. Operações Transitórias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)</b>	<b>128.295</b>	<b>127.924</b>	<b>0,29</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>2.283</b>	<b>2.443</b>	<b>-6,55</b>
(+/-) Fundos Administrativos	421	439	-4,18
(+/-) Fundos dos Investimentos	1.862	2.004	-7,12

## Demonstração das Provisões Técnicas do Plano – DPT

EM DEZEMBRO / 2016 - Valores Expressos em Reais Mil

PLANO PRECE I			
DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)</b>	<b>297.737</b>	<b>361.300</b>	<b>-17,59</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>396.017</b>	<b>385.600</b>	<b>2,70</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>521.414</b>	<b>501.970</b>	<b>3,87</b>
Benefício Definido	521.414	501.970	3,87
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>187.310</b>	<b>208.784</b>	<b>-10,29</b>
Benefício Definido	187.310	208.784	-10,29
<b>1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir</b>	<b>-312.707</b>	<b>-325.154</b>	<b>-3,83</b>
(-) Déficit equacionado	-378.100	-382.536	-1,16
(-) Patrocinador(es)	-48.235	-59.645	-19,13
(-) Participantes	-36.462	-59.645	-38,87
(-) Assistidos	-293.403	-263.246	11,46
(+/-) Por ajustes das contribuições extraordinárias	65.393	57.382	13,96
(+/-) Patrocinador(es)	12.176	10.684	13,96
(+/-) Participantes	12.176	10.684	13,96
(+/-) Assistidos	41.041	36.014	13,96
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>-125.441</b>	<b>-59.618</b>	<b>110,41</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>-125.441</b>	<b>-59.618</b>	<b>110,41</b>
(-) Déficit técnico acumulado	-125.441	-59.618	110,41
<b>2.2. Resultados a realizar</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>3. Fundos</b>	<b>3.667</b>	<b>4.114</b>	<b>-10,86</b>
3.2. Fundos dos Investimento – Gestão Previdencial	3.667	4.114	-10,86
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>2.481</b>	<b>6.854</b>	<b>-63,80</b>
4.1. Gestão Previdencial	1.288	5.580	-76,92
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	1.193	1.273	-6,32
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>21.014</b>	<b>24.351</b>	<b>-13,70</b>
5.1 Gestão Previdencial	21.014	24.351	-13,70

EM DEZEMBRO / 2016 - Valores Expressos em Reais Mil

PLANO PRECE II			
DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)</b>	<b>143.839</b>	<b>142.495</b>	<b>0,94</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>115.891</b>	<b>133.491</b>	<b>-13,18</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>160.202</b>	<b>173.075</b>	<b>-7,44</b>
Benefício Definido	160.202	173.075	-7,44
<b>1.2. Benefício a Conceder</b>	<b>2.344</b>	<b>2.386</b>	<b>-1,77</b>
Benefício Definido	2.344	2.386	-1,77
<b>1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir</b>	<b>-46.655</b>	<b>-41.970</b>	<b>11,16</b>
(-) Déficit equacionado	-46.655	-41.970	11,16
(-) Patrocinador(es)	-23.328	-20.985	11,17
(-) Participantes	-317	-285	11,16
(-) Assistidos	-23.010	-20.700	11,16
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>12.404</b>	<b>-5.567</b>	<b>-322,84</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>12.404</b>	<b>-5.567</b>	<b>-322,84</b>
Superávit técnico acumulado	12.404	0	0,00
Reserva de contingência	12.404	0	0,00
(-) Déficit técnico acumulado	0	-5.567	-100,00
<b>2.2. Resultados a realizar</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>3. Fundos</b>	<b>1.862</b>	<b>2.004</b>	<b>-7,12</b>
3.2. Fundos dos Investimento – Gestão Previdencial	1.862	2.004	-7,12
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>944</b>	<b>1.015</b>	<b>-7,00</b>
4.1. Gestão Previdencial	115	115	0,64
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	829	901	-7,97
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>12.737</b>	<b>11.551</b>	<b>10,27</b>
5.1 Gestão Previdencial	12.737	11.551	10,27

## PARECERES ATUARIAIS DOS PLANOS PRECE I E PRECE II

### Parecer Atuarial PRECE I

#### 1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atendendo às disposições das Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, e suas respectivas alterações, a Mercer GAMA apresenta o Parecer Técnico- Atuarial do **Plano de Benefício PRECE I**, também denominado neste documento de **Plano PRECE I**, administrado e executado pela **PRECE – Previdência Complementar** e patrocinado pela **Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE**, pela **Caixa de Assistência dos Servidores da CEDAE – CAC** e pela **PRECE – Previdência Complementar**, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2016, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do Plano de Custeio com início de vigência previsto para 1º de junho de 2017.

O **Plano PRECE I** está registrado na PREVIC sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 1983.0001-83, encontra-se fechado a novas adesões, conforme Portaria nº 1.006, de 31/12/2010, publicada no DOU de 05/01/2011, e possui todos os seus benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), de forma que, conforme Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, trata-se de plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido (BD).

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2016, posicionada em **31/12/2016**, sendo esta também a Data da Avaliação, conforme apresentada no **Relatório GAMA 121 – RE 083/17**, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano, considerando a última alteração regulamentar aprovada pela Portaria nº 1.006, de 31/12/2010, publicada no DOU de 05/01/2011, além dos dados cadastrais individualizados dos Participantes e Assistidos, posicionados na data base de **31/08/2016**, considerando que as informações financeiras, contábeis e patrimoniais do Plano foram posicionadas na referida Data da Avaliação, levantados e informados pela Fundação, utilizados para apuração das Provisões Matemáticas, bem como os resultados constantes deste Parecer.

Ressalta-se que, para o **Plano PRECE I**, observou-se a existência de um único Grupo de Custeio, sendo este denominado de "PLANO PRECE I" exclusivamente para fins deste Parecer, o

qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Cumprido ressaltar que, o resultado deficitário apurado no encerramento do exercício de 31/12/2015, foi integralmente atualizado para o fim do exercício de 2016, sendo alvo do Plano de Equacionamento detalhado no **Relatório GAMA 121 - RE 162/16**.

Cabe lembrar que, conforme informação prestada pela **PRECE**, o **Plano PRECE I** passou por um processo de migração para um novo Plano instituído pelo Patrocinador, e que após a migração permaneceu o déficit técnico existente que foi equacionado, com aprovação do Conselho Deliberativo, por meio de novo Plano de Custeio admitindo o recolhimento de contribuições adicionais. Entretanto, antes da aplicação do novo Plano de custeio, os participantes acionaram a Entidade e Patrocinador requerendo que a totalidade da contribuição extraordinária fosse atribuída ao Patrocinador, tendo sido expedida liminar que proíbe a Entidade cobrar contribuições adicionais aos participantes, de modo que tais contribuições encontram-se suspensas.

Adicionalmente, e em face de a **PRECE** não ter informado nenhum fato relevante para este Plano, a não ser a suspensão das contribuições adicionais referentes à equacionamento de déficit, via liminar, mencionado no parágrafo anterior, consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer GAMA, em relação aos Planos administrados pela Entidade.

#### 2 - RESULTADOS ATUARIAIS

##### 2.1 - EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO: PLANO PRECE I

###### 2.1.1 - EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Conforme Relatório de Avaliação Atuarial **GAMA 121 – RE 083/17**, o custo normal médio do Plano, na data da Avaliação Atuarial anual, **31/12/2016**, estava mensurado na correspondência de **11,176%** da Folha de Salários de Participação, líquido de taxa de carregamento administrativo, apurado de acordo com os regimes financeiros e os métodos de financiamento adotados para os benefícios assegurados pelo Plano, sendo que, em relação ao custeio calculado na Avaliação Atuarial de 2016, **10,896%**

refere-se ao custeio dos benefícios programados e **0,280%** refere-se ao custeio dos benefícios de risco.

Comparativamente ao exercício anterior, houve uma elevação do custo do Plano de 0,072 ponto percentual, o qual registrou alíquota de **11,104%** em **30/06/2015**. As causas de tal variação foram demonstradas no Relatório da Avaliação Atuarial anual **GAMA 121 – RE 083/17**.

### 2.1.2 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As **Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC**, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) do **Plano PRECE I**, existentes em **31/12/2016**, e disponibilizadas pela **PRECE**, foram determinadas atuarialmente pelo valor presente dos benefícios futuros líquidos de eventual contribuição futura devida por eles, e montam em **R\$521.414.185,00**.

Já as **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC**, fixadas com base nas informações individuais dos Participantes Ativos do **Plano PRECE I**, existentes em **31/12/2016**, e disponibilizadas pela **PRECE**, também foram determinadas atuarialmente, e montam em **R\$187.309.560,86** no encerramento do exercício.

Em **31/12/2016**, o Plano possui **Provisões Matemáticas a Constituir** para fins de amortização do **Déficit Técnico Equacionado**, conforme informação disponibilizada pela **PRECE**, no montante de **R\$312.707.037,74**.

Desta forma, certificamos que os valores acumulados das obrigações passivas da **PRECE** com o Plano, considerando os valores informados referentes às **Provisões Matemáticas a Constituir**, representam o montante total de **R\$396.016.708,12**, em **31/12/2016**.

Comparativamente à Avaliação Atuarial de 2015, a variação percentual das Provisões Matemáticas do **Plano PRECE I** foi de **2,70%**, tendo sido registrado o montante de **R\$385.600.020,87**, considerando as Provisões Matemáticas a Constituir, em **31/12/2015**. O aumento das Provisões Matemáticas foi influenciada, dentre as causas demonstradas no Relatório da Avaliação Atuarial **GAMA 121 – RE 083/17**, pela alteração das hipóteses de crescimento salarial e composição familiar de aposentados e pelas atualizações de salários e benefícios ocorridas no período, aumento este atenuado pela contabilização do resultado deficitário apurado no encerramento do exercício de **31/12/2015**, conforme Plano de Equacionamento detalhado no Relatório **GAMA 121 - RE 162/16**.

### 2.1.3 PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios, sendo que, para o **Plano PRECE I**, caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas, Biométricas**

e **Econômico-financeiras**. As hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2016 do **Plano PRECE I** foram aprovadas pela **PRECE**, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio do **Relatório GAMA 121 – RE 161/16**, observando assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/06 e alterações posteriores.

### 2.1.4 SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Segundo a Resolução MPS/CNPC nº 22, de 3 de dezembro de 2015, considerando a Duração do Passivo do exercício de 2016, qual seja de 11,75 anos, o limite de déficit para Avaliação Atuarial de 2016 é de **R\$30.691.294,88** (7,75% das Provisões Matemáticas). O déficit apurado foi de **R\$125.441.020,72** e o ajuste de precificação foi nulo, de modo que o déficit apurado após o ajuste de precificação, permaneceu em **R\$125.441.020,72**. Este montante é superior ao limite de **R\$30.691.294,88**, e haverá necessidade de equacionamento do déficit do plano no exercício de 2017 em relação ao montante de **R\$94.749.725,84** com **elaboração e aprovação do plano de equacionamento até o encerramento do exercício de 2017**.

## 2.2 EM RELAÇÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS

### 2.2.1 QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A base cadastral de Participantes e Assistidos encaminhada pela Entidade encontra-se posicionada em **31/08/2016**, sendo que as informações financeiras foram devidamente atualizadas para a Data da Avaliação. A base de dados foi submetida a testes de consistência e, após ratificações/retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação Atuarial, não sendo necessária a elaboração de hipóteses para suprir deficiências da base de dados para fins da Avaliação Atuarial anual.

Cumpre-nos esclarecer que a análise efetuada pela Mercer GAMA na base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Entidade a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

## 2.2.2 REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

Na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2016, posicionada em **31/12/2016**, o Plano não tem constituído **Fundo Previdencial**.

## 2.2.3 VARIAÇÃO DO RESULTADO

As informações acerca da variação entre os resultados das Avaliações Atuariais de **31/12/2016** e **30/06/2015** constam, de forma pormenorizada, do **Relatório GAMA 121 – RE 083/17**.

Confrontando-se as obrigações do Passivo Atuarial, expressas pelo valor das **Provisões Matemáticas de R\$396.016.708,12**, em **31/12/2016**, em relação aos benefícios concedidos e a conceder, e provisões a constituir, com o valor do **Patrimônio de Cobertura do Plano**, na mesma data, no montante de **R\$270.575.687,40**, verifica-se que a situação econômico-atuarial do **Plano PRECE I** é deficitária em **R\$125.441.020,72** no encerramento do exercício.

O Plano passou de um resultado deficitário de **R\$59.618.378,38** em **31/12/2015**, para um **Déficit Técnico acumulado de R\$125.441.020,72**, em **31/12/2016**, representando uma elevação do déficit de 110,41%, ou um déficit técnico no exercício de **R\$65.822.642,34**. Destaca-se que o referido Déficit Técnico foi influenciado, dentre as causas demonstradas no **Relatório GAMA 121 - RE 083/17**, pela alteração da hipótese de crescimento salarial e pelas atualizações de salários e benefícios ocorridas no período. Apesar do alcance da meta atuarial pela rentabilidade do Plano, que resultou em **ganho atuarial de 0,25%**, contribuiu para a elevação do déficit a baixa à provisão de devedores duvidosos da totalidade das contribuições extraordinárias de déficit de participantes, assistidos e patrocinadora a receber contabilizada no ativo, no montante de **R\$41.751.136,21** em novembro/2016, conforme determinação da Diretoria Executiva da PRECE, por meio da Resolução 423/2016, em atendimento ao Ofício nº 168/ERRJ/PREVIC.

A rentabilidade Patrimonial do **Plano PRECE I**, auferida no período de janeiro a dezembro do exercício de 2016, foi de **12,72%**, como informado pela **PRECE**, sendo que a exigibilidade atuarial de rentabilidade do Patrimônio de Cobertura do Plano, referente ao mesmo período, ficou em **12,44%** (INPC mais taxa de juros de **5,50%** de janeiro a dezembro de 2016), resultando em **ganho atuarial ao Plano de 0,25%**.

## 2.2.4 NATUREZA DO RESULTADO

Na Avaliação Atuarial de 2016, observa-se que o Plano apresentou déficit técnico, o qual foi resultante de causas **conjunturais e estruturais**, sendo oriundo, sobretudo, pelo fato de não estarem sendo vertidas as contribuições extraordinárias, em face da existência de liminar que proíbe a Entidade de cobrar contribuições adicionais, aliada, ainda, à determinação de baixa à provisão de devedores duvidosos da totalidade das

contribuições extraordinárias de déficit de participantes, assistidos e patrocinadora a receber contabilizada no ativo. Contribuiu para o resultado as mutações na base de dados, assim como das oscilações estatísticas em torno das hipóteses atuariais definidas para o Plano, que superaram a rentabilidade do seu patrimônio, uma vez que se observou ganho atuarial de 0,25% da rentabilidade patrimonial do exercício.

## 2.2.5 SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT

O **Plano PRECE I** apresentou déficit técnico no encerramento do exercício a que se refere este Parecer.

Conforme determinação da Resolução MPS/CNPC nº 22/2015, e como citado anteriormente, há necessidade de equacionamento do déficit de **R\$94.749.725,84**, uma vez que esse valor excedeu o limite máximo de déficit de **R\$30.691.294,88**, correspondente a 7,75% das Provisões Matemáticas, considerando a Duração do Passivo do exercício de 11,75 anos, com **elaboração e aprovação do plano de equacionamento até o encerramento do exercício de 2017**.

Cumpramos esclarecer que os patamares mínimos de equacionamento definidos na norma não são mandatórios. A EFPC, dentro de critérios técnicos e sempre em busca de uma gestão proativa, deve procurar entender as causas de resultados deficitários, tomando as providências para sua reversão, inclusive, se for o caso, trabalhando com equacionamentos acima dos limites mínimos legais.

Ademais, vale ressaltar que, nos termos da Instrução Previc nº 32/2016, eventuais resultados líquidos positivos obtidos através da rentabilidade do Plano entre a data de apuração do valor a ser equacionado (neste caso, 31/12/2016), e a data de aprovação do plano de equacionamento (cujo prazo limite é 31/12/2017) poderão ser utilizados como fonte alternativa de recursos para o equacionamento do déficit.

## 2.2.6 ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Observado que o Plano está em extinção e, conforme verificado no estudo de aderência de hipóteses, consolidado no **Relatório GAMA 121 - RE 161/16**, entendemos que os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e suas alterações.

## 2.2.7 OUTROS FATOS RELEVANTES

1) Para fins da Avaliação Atuarial posicionada em **31/12/2016**, os valores utilizados de patrimônio, ativos de investimentos, fundos de investimentos e administrativos, e exigíveis do Plano, foram os informados pela Entidade, através do Balancete Contábil do referido mês, sendo sua precificação de inteira e exclusiva responsabilidade da Entidade, e considerados para fins da avaliação que tais valores refletem a realidade dos fatos.

2) Os Fundos do Plano montam a quantia de **R\$5.509.958,02**, sendo referido montante atinente ao Fundo dos Investi-

mentos, em **R\$3.666.815,84**, e ao Fundo Administrativo, em **R\$1.843.142,18**, sendo que o **Plano PRECE I** não registra Fundo Previdencial em seu Balancete, posicionado em **31/12/2016**.

3) As hipóteses atuariais utilizadas para fins da Avaliação Atuarial anual de 2016 do **Plano PRECE I** foram aprovadas pela **PRECE**, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados pela Mercer GAMA, cujos resultados lhe foram formalizados por meio do **Relatório GAMA 121 - RE 161/16**, observando-se, assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/06 e suas alterações.

4) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial deste exercício de 2016, comparativamente às adotadas para o exercício de 2015, destacam-se as alterações relativas ao Crescimento Real dos Salários considerando a aplicação da taxa de 2,35% a.a., em substituição à taxa de 1,60% a.a., a composição familiar dos assistidos considerando a família real, em substituição ao encargo médio de herdeiros (Hx\_2013), a tábua de entrada em invalidez MULLER, em

substituição à tábua IAPB-57 Fraca e do fator capacidade de 0,9802 em substituição ao fator 0,9801.

5) Tendo em vista à suspensão das contribuições extraordinárias de equacionamento déficit determinada pela liminar deferida no Processo nº 0000641-32-2011-5-01-0007, os prazos restantes de equacionamento informados nas provisões matemáticas a constituir contabilizadas no passivo mantiveram-se inalterados em relação àqueles informados na Demonstração atuarial de 2014 e 2015.

### 3 - PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio para o próximo exercício, proposto para ter o início de sua vigência em **01/06/2017**, em conformidade com o documento específico denominado de **GAMA 121 – PC 029/17**, deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo da **PRECE** e pelas Patrocinadoras antes de sua aplicação, conforme normas vigentes, sendo sua observância indispensável para o equilíbrio e solvência do Plano, cabendo a **PRECE** zelar pela sua fruição, observados os prazos e ditames regulamentares, o qual fixa, em linhas gerais, o que se segue:

PLANO DE CUSTEIO		
PARTICIPANTES		
<b>CONTRIBUIÇÃO NORMAL</b>		
PARTICIPANTES*	P.G.: Percentual Geral incidente sobre o Salário Real de Contribuição em função da idade na data da contribuição:	2,70% até 4,70%
	Um 2º percentual adicional (2º PA), incidente sobre o excesso do Salário Real de Contribuição em relação à metade do Teto de Benefícios da Previdência Oficial – (TETO/2):	2,00%
	Um 3º percentual adicional (3º PA), incidente sobre o excesso do Salário Real de Contribuição em relação ao Teto de Benefícios da Previdência Oficial – TETO:	7,00%
PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS		Idêntica a dos Participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora
PARTICIPANTES VINCULADOS		0,00%
* Em face do método de financiamento adotado o plano de custeio normal foi mantido.		
<b>CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT</b>		
Manutenção da Contribuição adicional descrita no Relatório Atuarial 05-2014 disponibilizado pela PRECE; por se tratar de plano de equacionamento definido na Avaliação Atuarial de 2014, não houve necessidade de recálculo das contribuições. Entretanto, não aplicável ao Plano, devido à suspensão determinada pela liminar deferida no Processo nº0000641-32-2011-5-01-0007.		
<b>Contribuição Extraordinária (equacionamento de déficit 2015)</b>		
Percentual incidente sobre o Salário Real de Contribuição:		1,50%
<b>CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA - COBERTURA DE SERVIÇO PASSADO</b>		
Não aplicável ao Plano, devido à inexistência de Provisão a Constituir – Serviço Passado.		
<b>CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – JOIA</b>		
Contribuições Extraordinárias de Joia são determinadas atuarialmente, em conformidade com Regulamento e Nota Técnica Atuarial específica.		
PATROCINADORAS		
<b>CONTRIBUIÇÃO NORMAL*</b>		
De valor paritário à Contribuição Normal do Participante.		
* Em face do método de financiamento adotado o plano de custeio normal foi mantido.		
<b>CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT</b>		
Manutenção da Contribuição adicional descrita no Relatório Atuarial 05-2014 disponibilizado pela PRECE; por se tratar de plano de equacionamento definido na Avaliação Atuarial de 2014, não houve necessidade de recálculo das contribuições. Entretanto, não aplicável ao Plano, devido à suspensão determinada pela liminar deferida no Processo nº0000641-32-2011-5-01-0007.		
<b>Contribuição Extraordinária (equacionamento de déficit 2015)</b>		
Extraordinária (equacionamento de déficit 2015)		Parcela mensal de R\$321.517,29**

PLANO DE CUSTEIO		
Patrocinadora	Dívida Remanescente (R\$)	Parcelas por patrocinadora
CAC <sup>(1)</sup>	32.416,20*	Parcelas mensais de R\$626,31**
PRECE <sup>(2)</sup>	809,11*	Parcelas mensais de R\$15,63**
CEDAE <sup>(3)</sup>	16.607.723,16*	Parcelas mensais de R\$320.875,35**

\* Valor proporcional às Provisões Matemáticas em 31/12/2015, de acordo com a Patrocinadora de origem dos Ativos e Assistidos.

\*\* O valor inicial deverá ser atualizado pelo índice do Plano;

<sup>(1)</sup> CAC – Caixa de Assistência dos Servidores da CEDAE.

<sup>(2)</sup> PRECE - Previdência Complementar.

<sup>(3)</sup> CEDAE – Companhia Estadual de Águas e Esgotos.

#### CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA - COBERTURA DE SERVIÇO PASSADO

Não aplicável ao Plano, devido à inexistência de Provisão a Constituir – Serviço Passado.

#### ASSISTIDOS

##### CONTRIBUIÇÃO REGULAMENTAR

APOSENTADOS*	P.G.: Percentual Geral incidente sobre o Salário Real de Contribuição em função da idade na data da contribuição:	2,70% até 4,70%
	Um 2º percentual adicional (2º PA), incidente sobre o excesso do Salário Real de Contribuição em relação à metade do Teto de Benefícios da Previdência Oficial – (TETO/2):	2,00%
	Um 3º percentual adicional (3º PA), incidente sobre o excesso do Salário Real de Contribuição em relação ao Teto de Benefícios da Previdência Oficial – TETO:	7,00%
PENSIONISTAS*	Não Aplicável	0,00%

\* Em face do método de financiamento adotado o plano de custeio normal foi mantido.

##### CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT

Manutenção da Contribuição adicional descrita no Relatório Atuarial 05-2014 disponibilizado pela PRECE; por se tratar de plano de equacionamento definido na Avaliação Atuarial de 2014, não houve necessidade de recálculo das contribuições. Entretanto, não aplicável ao Plano, devido à suspensão determinada pela liminar deferida no Processo nº0000641-32-2011-5-01-0007.

##### Contribuição Extraordinária (equacionamento de déficit 2015)

Percentual incidente sobre o Benefício Bruto (Aposentados e Pensionistas): 5,28%

##### CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA - COBERTURA DE SERVIÇO PASSADO

Não aplicável ao Plano, devido à inexistência de Provisão a Constituir – Serviço Passado.

#### CUSTEIO ADMINISTRATIVO<sup>1</sup>

Para custeio das despesas administrativas é adotado o percentual de 2,00% das contribuições vertidas pelos participantes e patrocinadores para o plano PRECE I, acrescido dos seguintes percentuais:

CEDAE	1,00%
CAC	1,50%

<sup>(1)</sup> Informações de responsabilidade da PRECE. Se necessário, o Fundo Administrativo servirá como fonte acessória do custeio Administrativo do Plano, sendo eventuais excessos de custeio destinados ao referido Fundo Administrativo.

Conforme definição regulamentar, o Participante em Benefício Proporcional Diferido será obrigado a efetuar contribuição mensal como objetivo de custear as despesas administrativas, no mesmo percentual praticado pelos participantes em atividade.

## 4 - CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano PRECE I, em 31/12/2016, é deficitária em R\$125.441.020,72, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano.

Considerando a inexistência de títulos públicos marcados na curva, não há ajuste de precificação. Dessa forma, o Plano apresenta Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$125.441.020,72, na data base desta Avaliação Atuarial, **que, por ser superior ao Limite de Déficit Técnico Acumulado de R\$30.691.294,88** ou 7,75% das Provisões Matemáticas, haverá, no exercício subsequente, a obrigatoriedade de processo de equacionamento de déficit do valor mínimo de R\$94.749.725,84.

Este é o Parecer.

Brasília, 13 de março de 2017

MARIANA ABIGAIR DE SOUZA SABINO  
Atuária MIBA 2.567 - MTE/RJ  
SUPERVISORA ATUARIAL

JOÃO MARCELO B. L. M. CARVALHO  
Atuário MIBA 2.038 - MTE/RJ  
DIRETOR DE OPERAÇÕES E PREVIDÊNCIA

## Parecer Atuarial PRECE II

### 1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atendendo às disposições das Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, e suas respectivas alterações, a Mercer GAMA apresenta o Parecer Técnico- Atuarial do **Plano de Benefício PRECE II**, também denominado neste documento de **Plano PRECE II**, administrado e executado pela **PRECE – Previdência Complementar** e patrocinado pela **Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE**, pela **Caixa de Assistência dos Servidores da CEDAE – CAC** e pela **PRECE – Previdência Complementar**, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2016, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do Plano de Custeio com início de vigência previsto para 1º de junho de 2017.

O **Plano PRECE II** está registrado na PREVIC sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 1998.0061-74, encontra-se fechado a novas adesões, conforme Portaria nº 1.006, de 31/12/2010, publicada no DOU de 05/01/2011, e possui todos os seus benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), de forma que, conforme Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, trata-se de plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido (BD).

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2016, posicionada em **31/12/2016**, sendo esta também a Data da Avaliação, conforme apresentada no **Relatório GAMA 121 – RE 084/17**, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano, considerando a última alteração regulamentar aprovada pela Portaria nº 1.006, de 31/12/2010, publicada no DOU de 05/01/2011, além dos dados cadastrais individualizados dos Participantes e Assistidos, posicionados na data base de **31/08/2016**, considerando que as informações financeiras, contábeis e patrimoniais do Plano foram posicionadas na referida Data da Avaliação, levantados e informados pela Entidade, utilizados para apuração das Provisões Matemáticas, bem como os resultados constantes deste Parecer.

Ressalta-se que, para o **Plano PRECE II**, observou-se a existência de um único Grupo de Custeio, sendo este denominado de "PLANO PRECE II" exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Adicionalmente, e em face de a **PRECE** não ter informado nenhum fato relevante para este Plano, consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03,

dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer GAMA, em relação aos Planos administrados pela Entidade.

### 2 - RESULTADOS ATUARIAIS

#### 2.1 - EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO: PLANO PRECE II

##### 2.1.1 - EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Conforme Relatório de Avaliação Atuarial **GAMA 121 – RE 084/17**, o custo normal médio do Plano, na data da Avaliação Atuarial anual, **31/12/2016**, estava mensurado na correspondência de **12,294%** da Folha de Salários de Participação, líquido de taxa de carregamento administrativo, apurado de acordo com os regimes financeiros e os métodos de financiamento adotados para os benefícios assegurados pelo Plano.

Comparativamente ao exercício anterior, houve uma elevação do custo do Plano de 2,446 pontos percentuais, o qual, em 2015 registrou a alíquota de **9,848%** em **30/06/2015**. As causas de tal variação foram demonstradas no Relatório da Avaliação Atuarial anual **GAMA 121 – RE 084/17**.

##### 2.1.2 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As **Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos - PMBC**, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) do **Plano PRECE II**, existentes em **31/12/2016**, e disponibilizadas pela **PRECE**, foram determinadas atuarialmente pelo valor presente dos benefícios futuros líquidos de eventual contribuição futura devida por eles, e montam em **R\$160.201.387,00**.

Já as **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder - PMBaC**, fixadas com base nas informações individuais dos Participantes Ativos do **Plano PRECE II**, existentes em **31/12/2016**, e disponibilizadas pela **PRECE**, também foram determinadas atuarialmente, e montam em **R\$2.343.571,14** no encerramento do exercício.

Em **31/12/2016**, o Plano possui **Provisões Matemáticas a Constituir – PmaC** para fins de amortização do **Déficit Técnico Equacionado**, conforme Plano de Equacionamento descrito em maiores detalhes no Relatório **GAMA 121 RE 147/16**, no montante de **R\$46.654.513,00**.

Desta forma, certificamos que os valores acumulados das obrigações passivas da **PRECE** com o Plano, considerando os valores informados referentes às Provisões Matemáticas a Constituir, representam o montante total de **R\$115.890.445,14**, em **31/12/2016**.

Comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2015, a variação percentual das Provisões Matemáticas do **Plano PRECE II** foi de **13,18% negativa**, tendo sido

registrado o montante de **R\$133.490.931,79**, em **31/12/2015**, variação esta que foi influenciada, dentre as causas demonstradas no Relatório da Avaliação Atuarial **GAMA 121 – RE 084/17**, pelo aumento da taxa de juros de desconto atuarial e pela alteração da hipótese de composição familiar dos aposentados, sendo atenuada pela alteração da hipótese de crescimento salarial e pelas atualizações de salários e benefícios ocorridas no período.

### 2.1.3 PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios, sendo que para o **Plano PRECE II**, caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras**. As hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins da Avaliação Atuarial anual de 2016 do **Plano PRECE II** foram aprovadas pela **PRECE**, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio do Relatório **GAMA 121 – RE 161/16**, observando assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/06 e alterações posteriores.

### 2.1.4 SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

O Plano **PRECE II** não apresentou insuficiência de cobertura na data da Avaliação Atuarial anual do encerramento do exercício a que se refere este Parecer.

## 2.2 EM RELAÇÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS

### 2.2.1 QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A base cadastral de Participantes e Assistidos encaminhada pela Entidade encontra-se posicionada em **31/08/2016**, sendo que as informações financeiras foram devidamente atualizadas para a Data da Avaliação. A base de dados foi submetida a testes de consistência e, após ratificações/retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação Atuarial, não sendo necessária a elaboração de hipóteses para suprir deficiências da base de dados para fins da Avaliação Atuarial anual.

Cumpramos esclarecer que a análise efetuada pela mercer GAMA na base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que todas as distorções foram detectadas e

sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Entidade a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

### 2.2.2 REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

Na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2016, posicionada em **31/12/2016**, o Plano não tem constituído **Fundo Previdencial**.

### 2.2.3 VARIAÇÃO DO RESULTADO

As informações acerca da variação entre os resultados das Avaliações Atuariais de **30/06/2015** e **31/12/2016** constam, de forma pormenorizada, do Relatório **GAMA 121 – RE 084/17**.

Confrontando-se as obrigações do Passivo Atuarial, expressas pelo valor das **Provisões Matemáticas** de **R\$115.890.445,14**, em **31/12/2016**, em relação aos benefícios concedidos e a conceder, e provisões a constituir, com o valor do **Patrimônio de Cobertura do Plano**, na mesma data, no montante de **R\$128.294.737,95**, verifica-se que a situação econômico-atuarial do **Plano PRECE II** é **superavitária** em **R\$12.404.292,81** no encerramento do exercício.

O Plano passou de um resultado **deficitário** de **R\$5.566.571,85** em **31/12/2015**, para um **Superávit Técnico acumulado** de **R\$12.404.292,81**, em **31/12/2016**. Observou-se no exercício um superávit de **R\$17.970.864,66** ou uma redução de **322,84%** no déficit. Dentre as causas demonstradas no Relatório **GAMA 121 - RE 084/17**, o surgimento do superávit deve-se, especialmente, à alteração da hipótese da taxa de juros de desconto atuarial e pela superação da meta atuarial pela rentabilidade do Plano, que resultou um **ganho atuarial de 1,40%**.

A rentabilidade Patrimonial do **Plano PRECE II**, auferida no período de janeiro a dezembro do exercício de 2016, foi de **12,72%**, como informado pela **PRECE**, sendo que a exigibilidade atuarial de rentabilidade do Patrimônio de Cobertura do Plano, referente ao mesmo período, ficou em **11,16%** (**INPC** mais taxa de juros de **4,30%** de janeiro a dezembro de 2016), resultando em **ganho atuarial ao Plano de 1,40%**.

Conforme informado pela **PRECE**, o Plano **PRECE II** não possui título marcado na curva, dessa forma o ajuste de precificação é nulo.

### 2.2.4 NATUREZA DO RESULTADO

O resultado superavitário do Plano apresenta características **conjunturais**, sendo oriundo, sobretudo, de oscilações estatísticas em torno das hipóteses atuariais, da revisão da premissa de taxa de juros e da superação da meta atuarial. Em se tratando, portanto, de oscilações inerentes ao processo estocástico, não se pode atribuir natureza estrutural ao resultado.

### 2.2.5 SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT

O Plano PRECE II não apresentou déficit técnico no encerramento do exercício a que se refere este Parecer.

### 2.2.6 ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Observado que o Plano está em extinção e, conforme verificado no estudo de aderência de hipóteses, consolidado no Relatório GAMA 121 - RE 161/16, entendemos que os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e suas alterações.

### 2.2.7 OUTROS FATOS RELEVANTES

1) Para fins da Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2016, os valores utilizados de patrimônio, ativos de investimentos, fundos de investimentos e administrativos, e exigíveis do Plano, foram os informados pela Entidade, através do Balancete Contábil do referido mês, sendo sua precificação de inteira e exclusiva responsabilidade da Entidade, e considerados para fins da avaliação que tais valores refletem a realidade dos fatos.

2) Os Fundos do Plano montam a quantia de R\$2.282.584,33, sendo referido montante atinente ao Fundo dos Investimentos, em R\$1.861.736,91, e ao Fundo Administrativo, em R\$420.847,42, sendo que o Plano PRECE II não registra Fundo Previdencial em seu Balancete, posicionado em 31/12/2016.

3) As hipóteses atuariais utilizadas para fins da Avaliação Atuarial anual de 2016 do Plano PRECE II foram aprovadas pela PRECE, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados pela Mercer GAMA, cujos resultados lhe foram formalizados por meio do Relatório GAMA 121 - RE 161/16, observando-se, assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/06 e suas alterações.

4) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial deste exercício de 2016, comparativamente às adotadas para o exercício de 2015, destacam-se as alterações relativas ao Crescimento Real dos Salários considerando a aplicação da taxa de 2,35% a.a., em substituição à taxa de 1,57% a.a., à taxa de juros de desconto atuarial de 5,50% a.a., em substituição à taxa de juros de 4,30% a.a., a composição familiar dos aposentados considerando a família real, em substituição ao encargo médio de herdeiros (Hx\_2013), a tábua de entrada em invalidez MULLER, em substituição à tábua IAPB-57 Fraca e do fator capacidade de 0,9802 em substituição ao fator 0,9801.

5) Tendo em vista à suspensão das contribuições extraordinárias de equacionamento déficit determinada pela liminar deferida no Processo nº 0000641-32-2011-5-01-0007, os prazos restantes de equacionamento informados nas provisões matemáticas a constituir contabilizadas no passivo mantiveram-se inalterados em relação àqueles informados na Demonstração atuarial de 2015.

## 3 - PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio para o próximo exercício, proposto para ter o início de sua vigência em 01/06/2017, em conformidade com o documento específico denominado de GAMA 121 – PC 030/17, deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo da PRECE e pelas Patrocinadoras antes de sua aplicação, conforme normas vigentes, sendo sua observância indispensável para o equilíbrio e solvência do Plano, cabendo a PRECE zelar pela sua fruição, observados os prazos e ditames regulamentares, o qual fixa, em linhas gerais, o que se segue:

PLANO DE CUSTEIO		
PARTICIPANTES		
<b>CONTRIBUIÇÃO NORMAL</b>		
PARTICIPANTES*	Normal (Alíquota incidente sobre o excesso do Salário de Participação em relação ao triplo do Teto de Benefícios da Previdência Oficial – (3*TETO), em função da idade na data da contribuição)	18,1% a 20,1%
PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS		Idêntica a dos Participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora
PARTICIPANTES VINCULADOS		0,00%
* Em face do método de financiamento adotado o plano de custeio normal foi mantido.		
<b>CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT</b>		
Extraordinária (equacionamento de déficit 2014 e 2015)		2,39%
<b>CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA - COBERTURA DE SERVIÇO PASSADO</b>		
Não aplicável ao Plano, devido à inexistência de Provisão a Constituir – Serviço Passado.		
<b>CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – JOIA</b>		
Contribuições Extraordinárias de Joia são determinadas atuarialmente, em conformidade com Regulamento e Nota Técnica Atuarial específica.		
PATROCINADORAS		
<b>CONTRIBUIÇÃO NORMAL*</b>		
Idêntica à dos Participantes, exceto Autopatrocinados		
* Em face do método de financiamento adotado o plano de custeio normal foi mantido.		

CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT	
Extraordinária (equacionamento de déficit 2014 e 2015)	parcela mensal de R\$208.247,10 <sup>1</sup>
CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA - COBERTURA DE SERVIÇO PASSADO	
Não aplicável ao Plano, devido à inexistência de Provisão a Constituir – Serviço Passado.	

ASSISTIDOS			
CONTRIBUIÇÃO REGULAMENTAR			
APOSENTADOS*	Regulamentar (incide sobre o salário de Participação)	FAIXA SALARIAL	
		SP (alíquota incidente sobre o Salário de Participação em função da idade na data da contribuição)	ALÍQUOTA (%)
		SP – Teto**/2	2,7% a 4,7%
		SP – Teto**	2,00%
		SP – 3xTeto**	7,00%
PENSIONISTAS*	Não Aplicável		6,40%***
			0,00%

\* Em face do método de financiamento adotado o plano de custeio normal foi mantido.  
\*\* Teto = Teto de Benefício da Previdência Oficial.  
\*\*\* Apenas para os aposentados que entraram em benefício a partir de 01/01/1998

PLANO DE CUSTEIO		
CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT		
APOSENTADOS	Extraordinária (equacionamento de déficit 2014 e 2015)	12,61%
PENSIONISTAS	Extraordinária (equacionamento de déficit 2014 e 2015)	12,61%
CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA - COBERTURA DE SERVIÇO PASSADO		
Não aplicável ao Plano, devido à inexistência de Provisão a Constituir – Serviço Passado.		

CUSTEIO ADMINISTRATIVO <sup>1</sup>	
Para custeio das despesas administrativas é adotado o percentual de 2,00% das contribuições vertidas pelos participantes e patrocinadores para o plano PRECE II.	

<sup>1</sup> O valor inicial deverá ser atualizado mensalmente pelo índice do Plano.

Conforme definição regulamentar, o Participante em Benefício Proporcional Diferido será obrigado a efetuar contribuição mensal como objetivo de custear as despesas administrativas, no mesmo percentual praticado pelos participantes em atividade.

#### 4 - CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano PRECE II, em 31/12/2016, é superavitária em R\$12.404.292,81, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, sendo que, desse montante a totalidade foi alocado em Reserva de Contingência.

Este é o Parecer.

Brasília, 13 de março de 2017.

MARIANA ABIGAIR DE SOUZA SABINO  
Atuária MIBA 2.567 - MTPS/RJ  
SUPERVISORA ATUARIAL

JOÃO MARCELO B. L. M. CARVALHO  
Atuário MIBA 2.038 - MTPS/RJ  
DIRETOR DE OPERAÇÕES E PREVIDÊNCIA

## INFORMAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PLANOS I E II

### Alocação de Recursos e seus limites

Meta por Segmento	Meta	Máximo	Alocação de Recursos*
RENDA FIXA	76%	100%	61%
RENDA VARIÁVEL	14%	70%	19%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0%	20%	0%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0%	10%	0%
IMÓVEIS	5%	8%	15%
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	5%	15%	6%

\* Posição em 30/12/2016

Existe um desenquadramento passivo no segmento de imóveis, fruto das reavaliações, reflexo do crescimento dos valores dos imóveis no mercado.

### Taxa mínima atuarial/Índices de Referência

#### Prece I

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros*
01/2016 a 12/2016	INPC	5,50%

#### Prece II

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros*	Período*
01/2016 a 12/2016	INPC	5,50%	até 05/2016
		4,30%	a partir de 06/2016

\* Em conformidade com as Instruções PREVIC 20 e 22

### Metas de Rentabilidade por Segmentos

SEGMENTOS	Meta de Rentabilidade
Renda Fixa	SELIC; CDI; IRF-M; IMA-B; IMA-B5; IMA-B5+; INPC+5,5%
Renda Variável	IBOVESPA; IBRX-100; IBRX-50; IDIV; MLCX; SMLL; ISE; ICO2; ITEL; IEE; INDX; ICON; IMOB; IFNC; IMAT; ITAG; IGC; INPC+5,5%
Invest. Estruturados	IFM; IMM; ILS; IFM-I; IFM-M; IHFA; IFIX; INPC+5,5%
Invest. No Exterior	MSCI WORLD INDEX; IBOVESPA; IBRX-100; IBRX-50; IDIV; INPC+5,5%
Imóveis	IGP-M; IGP-DI; INPC+5,5%
Empréstimos e Financiamento	INPC+5,5%

### Rentabilidades por Segmentos

Rentabilidade - Planos Prece I e II	2016		
	Segmento	Rent. Bruta	Rent. Líquida
Renda Fixa		12,72%	12,72%
Renda Variável		25,81%	25,81%
Imóveis		-3,69%	-3,69%
Op. com Participantes		23,85%	23,85%
Meta atuarial (Prece I) - INPC + 5,50%		12,44%	
Meta atuarial (Prece II) - INPC + 4,30%**		11,69%	

\* Não existe uma metodologia padrão para cálculo de rentabilidade, sendo assim, tratamos como rentabilidade bruta o não desconto das taxas de administração e custódia. Como estas taxas são, em geral, expressivamente baixas em relação ao Patrimônio Líquido, o impacto na rentabilidade é pouco relevante, desta forma, as rentabilidades bruta e líquida são, em geral, semelhantes.

\*\* Taxa atuarial utilizada a partir de Junho/2016.

No cenário externo, a Europa segue com recuperação econômica moderada. O fato mais importante ocorrido em 2016 no continente foi a saída do Reino Unido da zona do euro. Em relação a China, o país apresentou crescimento econômico bastante alinhado as expectativas. Já os EUA apresentaram crescimento do PIB de 1,9% em 2016, um pouco inferior a 2015. Entretanto o fato mais relevante foi a eleição presidencial com a surpreendente vitória de Donald Trump. No Brasil, houve bastante volatilidade no mercado financeiro em 2016, influenciado fortemente pelas tensões do ambiente político, especialmente em função do processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff; pelas dificuldades econômicas e pelas propostas de reforma. Em relação a economia, a taxa de juros apresentou duas quedas sucessivas a partir de outubro/16 e a taxa de inflação começou o processo de convergência para o centro da meta, ou seja, começou a diminuir ao longo do ano. Em função da melhora das expectativas econômicas para os próximos anos, o mercado de renda fixa e especialmente a bolsa de valores brasileira apresentaram desempenho bastante positivo em 2016.

Os Planos Prece I e II geraram rentabilidade de 12,72%, superior a ambas as metas atuariais ilustradas no quadro acima. Destacamos a excelente performance dos segmentos de Renda Variável e Op. com Participantes.

## Rentabilidades por Fundos

Rentabilidade - Planos Prece I e II	2016	
	Fundos de Investimento	Rent. Bruta
FIC Alegria	12,72%	12,72%
FIC Laranjal	25,81%	25,81%

\* Não existe uma metodologia padrão para cálculo de rentabilidade, sendo assim, tratamos como rentabilidade bruta o não desconto das taxas de administração e custódia. Como estas taxas são, em geral, expressivamente baixas em relação ao Patrimônio Líquido, o impacto na rentabilidade é pouco relevante, desta forma, as rentabilidades bruta e líquida são, em geral, semelhantes.

## Taxas e Custos com Administração Própria e Terceirizada

Gestão Interna	taxa de administração	taxa de custódia	taxa de performance
FIC Alegria FIC Laranjal	0,05% a.a. ou valor mínimo R\$ 10.416,67	0,045% a.a.	Não há

Gestão Terceirizada	taxa de administração	taxa de performance
FI Caixa Prece RF	entre 0,07% a.a. e 0,10% a.a.	Não há
Athena Tot. Ret. FIC FIA	entre 1,80% a.a. e 3,00% a.a.	20% do que exceder 100% IBR-X 100

\* % do patrimônio líquido dos fundos

## Despesas de Investimento com os Planos

	PRECE I
Custo com CETIP/SELIC e taxa de custódia	21.424,75
Desp. c/ êxito-anistia (IR S/APLIC.FINANC.)	153,52
Honorários e consultorias	25.877,91
Custas judiciais	3.777,54
Depósitos judiciais	26.210,00
<b>TOTAL</b>	<b>77.443,72</b>
<b>Reembolso de despesas de investimentos (do plano para o PGA) (*)</b>	<b>1.458.385,02</b>

(\*) Por ocasião do fechamento do balancete mensal, é apurado o REEMBOLSO da gestão administrativa do Fluxo de Investimentos, com base nos lançamentos contábeis alocados no mesmo.

	PRECE II
Custo com CETIP/SELIC e taxa de custódia	7.118,79
Desp. c/ êxito-anistia (IR S/APLIC.FINANC.)	60,44
Honorários e consultorias	10.186,83
Custas judiciais	1.487,06
Depósitos judiciais	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>18.853,12</b>
<b>Reembolso de despesas de investimentos (do plano para o PGA) (*)</b>	<b>651.678,88</b>

(\*) Por ocasião do fechamento do balancete mensal, é apurado o REEMBOLSO da gestão administrativa do Fluxo de Investimentos, com base nos lançamentos contábeis alocados no mesmo.



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO PLANO PRECE III

### Demonstração do Ativo Líquido – DAL

EM DEZEMBRO / 2016 - Valores Expressos em Reais Mil

PLANO: PRECE III			
DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>9.595</b>	<b>6.413</b>	<b>49,62</b>
Disponível	29	22	29,19
Recebível	242	168	43,95
Investimento	9.324	6.223	49,84
Títulos Públicos	7.461	3.598	107,34
Fundos de Investimento	1.300	2.329	-44,19
Empréstimos e Financiamentos	562	296	90,22
Outros Realizáveis	1	0	0,00
<b>2. Obrigações</b>	<b>-358</b>	<b>-258</b>	<b>38,94</b>
Operacional	-358	-258	38,94
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>-70</b>	<b>-63</b>	<b>12,52</b>
Fundos Administrativos	-44	-41	7,00
Fundos dos Investimentos	-26	-22	18,34
<b>4. Resultados a Realizar</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3-4)</b>	<b>9.168</b>	<b>6.093</b>	<b>50,47</b>
Provisões Matemáticas	8.279	5.372	54,12
Fundos Previdenciais	889	721	23,37
<b>6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
a) Equilíbrio Técnico	0	0	0,00
b) (+/-) Ajuste de Precificação	0	0	0,00
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	0	0	0,00

### Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL

EM DEZEMBRO / 2016 - Valores Expressos em Reais Mil

PLANO: PRECE III			
DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>6.093</b>	<b>4.224</b>	<b>44,23</b>
<b>1. Adições</b>	<b>3.423</b>	<b>2.039</b>	<b>67,88</b>
(+) Contribuições	2.470	1.385	78,30
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	953	654	45,80
<b>2. Destinações</b>	<b>-348</b>	<b>-170</b>	<b>104,24</b>
(-) Benefícios	-209	-95	120,34
(-) Custeio Administrativo	-139	-75	85,26
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>3.075</b>	<b>1.869</b>	<b>64,48</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	2.906	1.731	67,90
Fundos Previdenciais	169	282	-39,84
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	0	-144	-100,00
<b>4. Operações Transitórias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)</b>	<b>9.168</b>	<b>6.093</b>	<b>50,47</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>70</b>	<b>63</b>	<b>12,52</b>
(+/-) Fundos Administrativos	44	41	7,00
(+/-) Fundos dos Investimentos	26	22	18,34

## Demonstração das Provisões Técnicas do Plano – DPT

EM DEZEMBRO / 2016 - Valores Expressos em Reais Mil

PLANO: PRECE III			
DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)</b>	<b>9.553</b>	<b>6.372</b>	<b>49,91</b>
<b>1.Provisões Matemáticas</b>	<b>8.279</b>	<b>5.372</b>	<b>54,12</b>
<b>1.1.Benefícios Concedidos</b>	<b>75</b>	<b>72</b>	<b>3,24</b>
Contribuição Definida	75	72	3,24
<b>1.2.Benefício a Conceder</b>	<b>8.204</b>	<b>5.300</b>	<b>54,80</b>
Contribuição Definida	8.204	5.300	54,80
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/ instituidor(es)	3.207	1.940	65,31
Saldo de contas - parcela participantes	4.997	3.360	48,73
<b>1.3.(-)Provisões matemáticas a constituir</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>2.Equilíbrio Técnico</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>2.1.Resultados Realizados</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>2.2.Resultados a realizar</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>3. Fundos</b>	<b>915</b>	<b>743</b>	<b>23,23</b>
3.1. Fundos Previdenciais	889	721	23,37
3.2. Fundos dos Investimento – Gestão Previdencial	26	22	18,34
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>358</b>	<b>257</b>	<b>39,48</b>
4.1. Gestão Previdencial	358	257	39,42
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>

## PARECER ATUARIAL DO PLANO PRECE III

## 1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atendendo às disposições da Lei Complementar nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, e suas respectivas alterações, a Mercer GAMA apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano de Benefícios PRECE III, administrado e executado pela PRECE – Previdência Complementar e patrocinado pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE e pela própria PRECE – Previdência Complementar, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2016, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do Plano de Custeio com início de vigência previsto para 1º de junho de 2017.

O Plano PRECE III está registrado na PREVIC sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 2006.0018-92, encontra-se em manutenção normal, e possui todos os seus benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida (CD), sendo que, conforme Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, trata-se de plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Definida (CD).

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2016, posicionada em 31/12/2016, sendo esta também a Data da Avaliação, conforme exposta no Relatório GAMA 121 – RE 085/17, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano vigentes, além dos dados cadastrais individualizados dos Participantes e Assistidos, posicionados na data base de 31/08/2016, considerando que as informações financeiras, contábeis e patrimoniais do Plano, levantadas e informadas pela Fundação, utilizadas para apuração das Provisões Matemáticas, bem como os resultados constantes deste Parecer, estão posicionados na data de 31/12/2016.

As informações relativas à Avaliação Atuarial objeto deste Parecer encontram-se no Relatório GAMA 121 – RE 085/17, o qual contempla os resultados da Avaliação Atuarial do Plano PRECE III posicionada em 31/12/2016.

Ressalta-se que, para o Plano PRECE III, observou-se a existência de um dois Grupos de Custeios, sendo estes denominados de "PRECE III - CD" e "PRECE III – CD – Patrocinadora Prece" exclusivamente para fins deste Parecer, uma vez que em fevereiro de 2016 o Plano passou a ser patrocinado, além da CEDAE, pela PRECE, os quais contemplam a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Adicionalmente, e em face de a **PRECE** não ter informado nenhum fato relevante para este Plano, consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer GAMA, em relação aos planos administrados pela Entidade.

## 2 - RESULTADOS ATUARIAIS

### 2.1 - EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO: GERAL

#### 2.1.1 - EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Pelo fato de ter todos os seus benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida, o grupo de custeio **PRECE III – CD** não possui custo calculado atuarialmente, exceto com relação à parcela referente ao **custo dos Benefícios de Risco**, relativos aos Benefícios de Aposentadoria por Invalidez e Pensão por Morte de Participante, considerando a Nota Técnica Atuarial e o Regulamento do Plano, o qual corresponde a um percentual da contribuição normal vertida pela Patrocinadora.

Conforme Relatório de Avaliação Atuarial **GAMA 121 – RE 085/17**, o custo médio do grupo de custeio, na data da Avaliação Atuarial anual, **31/12/2016**, estava mensurado na correspondência de **9,253%** da Folha de Salários de Participação, líquido de taxa de carregamento administrativo, apurado de acordo com a contribuição média efetuada por Patrocinadoras e Participantes, também líquida de taxa de carregamento administrativo, sendo equivalente, respectivamente, a **4,273%** e **4,980%**. Em relação ao custeio calculado na Avaliação Atuarial de 2016, **9,022%**, refere-se ao custeio dos benefícios programados, sendo **4,980%** dos Participantes e **4,042%** da Patrocinadora, e **0,231%** refere-se ao custeio dos benefícios de risco, este último de responsabilidade da Patrocinadora.

Considerando que na Avaliação Atuarial de 2015 havia somente o grupo de custeio **PRECE III – CD**, comparativamente ao exercício anterior, houve um aumento do custo do Plano de 1,857 pontos percentuais, o qual, em 2015, registrou a alíquota de **7,396%**, conforme Relatório de Avaliação Atuarial **GAMA 121 – RE 066/16**, posicionado em **30/06/2015**.

#### 2.1.2 - VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As **Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC**, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) do grupo de custeio **PRECE III – CD**, existentes em **31/12/2016**, e disponibilizadas pela **PRECE**, foram determinadas com base no Saldo das Contas Individuais atreladas a estes, e montam **R\$74.685,04** no encerramento do exercício, qual seja, **31/12/2016**.

Já as **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC**, fixadas com base nas informações individuais dos

Participantes do grupo de custeio **PRECE III – CD** na data de **31/12/2016**, e disponibilizadas pela **PRECE**, foram determinadas pelo Saldo das Contas Individuais atreladas a estes e montam **R\$7.845.035,94**.

O grupo de custeio **PRECE III – CD**, não possui **Provisões Matemáticas a Constituir em 31/12/2016**.

Desta forma, certificamos que os valores acumulados das obrigações passivas da **PRECE** com o grupo de custeio **PRECE III – CD**, e deste para com os respectivos Participantes e Assistidos, através das Provisões Matemáticas, montam **R\$7.919.720,98**, em **31/12/2016**.

Comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2015, a variação nominal das Provisões Matemáticas do grupo de custeio **PRECE III – CD** foi positiva, em **47,42%**, tendo sido registrado o montante de **R\$5.372.080,91** no exercício de 2015, a qual foi influenciada, dentre as causas demonstradas no Relatório da Avaliação Atuarial **GAMA 121 – RE 085/17**, pela entrada de recursos relativos às contribuições de Participantes e Patrocinadoras.

#### 2.1.3 - PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

Haja vista a modalidade em que se encontra estruturado o Plano, qual seja, de Contribuição Definida, o grupo de custeio **PRECE III – CD** não apresenta riscos atuariais, sendo este item não aplicável ao presente Plano, não sendo necessário discorrer sobre este assunto.

Cumprido relatar apenas que, dada a forma de cobertura dos benefícios de risco do Plano, qual seja, por meio da determinação de um Saldo Projetado a ser alocado na Conta Individual de Benefício na data de concessão destes, quando devido, cuja apuração se dá em obediência às regras regulamentares, e a sua cobertura oriunda de recursos existentes no Fundo Previdencial – Conta Coletiva para Cobertura de Risco, sendo seu custo e custeio estruturado no regime e método de Repartição de Capitais de Cobertura, referido Fundo Previdencial, e não o Plano, está sujeito à volatilidades devido à inadequação de hipóteses e premissas atuariais, que para o grupo de custeio **PRECE III – CD**, caracterizam-se, basicamente, como Biométricas e Econômico-financeiras.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2016 do grupo de custeio **PRECE III – CD**, foram aprovadas pela **PRECE**, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio do Relatório **GAMA 121 - RE 161/16**, observando assim, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/06 e suas alterações posteriores.

#### 2.1.4 - SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Haja vista a modalidade em que está estruturado o Plano, qual

seja, Contribuição Definida, este item não se aplica ao grupo de custeio **PRECE III – CD**, não sendo necessário discorrer sobre este assunto.

## 2.2 - EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO: PRECE III – CD – Patrocinadora Prece

### 2.2.1 - EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Pelo fato de ter todos os seus benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida, o grupo de custeio **PRECE III – CD – Patrocinadora Prece** não possui custo calculado atuarialmente, exceto com relação à parcela referente ao **custo dos Benefícios de Risco**, relativos aos Benefícios de Aposentadoria por Invalidez e Pensão por Morte de Participante, considerando a Nota Técnica Atuarial e o Regulamento do Plano, o qual corresponde a um percentual da contribuição normal vertida pela Patrocinadora.

Conforme Relatório de Avaliação Atuarial **GAMA 121 – RE 085/17**, o custo médio do grupo de custeio **PRECE III – CD – Patrocinadora Prece**, na data da Avaliação Atuarial anual, **31/12/2016**, estava mensurado na correspondência de **10,491%** da Folha de Salários de Participação, líquido de taxa de carregamento administrativo, apurado de acordo com a contribuição média efetuada por Patrocinadoras e Participantes, também líquida de taxa de carregamento administrativo, sendo equivalente, respectivamente, a **5,126%** e **5,365%**. Em relação ao custeio calculado na Avaliação Atuarial de 2016, **10,126%**, refere-se ao custeio dos benefícios programados, sendo **5,365%** dos Participantes e **4,895%** da Patrocinadora, e **0,231%** refere-se ao custeio dos benefícios de risco, este último de responsabilidade da Patrocinadora. Por se tratar de um grupo de custeio novo não é possível realizar comparação com o ano anterior.

### 2.2.2 - VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As **Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC**, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) do grupo de custeio **PRECE III – CD – Patrocinadora Prece**, existentes em **31/12/2016**, e disponibilizadas pela **PRECE**, são nulas para este grupo de custeio em **31/12/2016**.

Já as **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC**, fixadas com base nas informações individuais dos Participantes do grupo de custeio **PRECE III – CD – Patrocinadora Prece** na data de **31/12/2016**, e disponibilizadas pela **PRECE**, foram determinadas pelo Saldo das Contas Individuais atreladas a estes e montam **R\$358.762,13**.

O grupo de custeio **PRECE III – CD – Patrocinadora Prece**, não possui **Provisões Matemáticas a Constituir** em **31/12/2016**.

Desta forma, certificamos que os valores acumulados das obrigações passivas da **PRECE** com o grupo de custeio **PRECE III – CD – Patrocinadora Prece**, e deste para com os respecti-

vos Participantes e Assistidos, através das Provisões Matemáticas, montam **R\$358.762,13**, em **31/12/2016**.

Por se tratar de um grupo de custeio novo não é possível realizar comparação com o ano anterior.

### 2.2.3 - PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

Haja vista a modalidade em que se encontra estruturado o Plano, qual seja, de Contribuição Definida, o grupo de custeio **PRECE III – CD – Patrocinadora Prece** não apresenta riscos atuariais, sendo este item não aplicável ao presente Plano, não sendo necessário discorrer sobre este assunto.

Cumpramos apenas que, dada a forma de cobertura dos benefícios de risco do Plano, qual seja, por meio da determinação de um Saldo Projetado a ser alocado na Conta Individual de Benefício na data de concessão destes, quando devido, cuja apuração se dá em obediência às regras regulamentares, e a sua cobertura oriunda de recursos existentes no Fundo Previdencial – Conta Coletiva para Cobertura de Risco, sendo seu custo e custeio estruturado no regime e método de Repartição de Capitais de Cobertura, referido Fundo Previdencial, e não o Plano, está sujeito à volatilidades devido à inadequação de hipóteses e premissas atuariais, que para o grupo de custeio **PRECE III – CD – Patrocinadora Prece**, caracterizam-se, basicamente, como Biométricas e Econômico-financeiras.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2016 do grupo de custeio **PRECE III – CD – Patrocinadora Prece**, foram aprovadas pela **PRECE**, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio do Relatório **GAMA 121 - RE 161/16**, observando assim, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/06 e suas alterações posteriores.

### 2.2.4 - SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Haja vista a modalidade em que está estruturado o Plano, qual seja, Contribuição Definida, este item não se aplica ao grupo de custeio **PRECE III – CD – Patrocinadora Prece**, não sendo necessário discorrer sobre este assunto.

## 2.3 - EM RELAÇÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS

### 2.3.1 - QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A base cadastral de Participantes e Assistidos encaminhada pela Entidade, posicionada em **31/08/2016**, foi submetida a testes de consistência e, após ratificações/retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação Atuarial, não sendo necessária a elaboração de hipóteses para suprir deficiências da base de dados para fins da Avaliação Atuarial anual.

Cumpra-nos esclarecer que a análise efetuada pela Mercer GAMA na base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Entidade a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

### 2.3.2 - REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

Na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2016, posicionada em **31/12/2016**, o Plano tem constituído o **Fundo Previdencial – Conta Coletiva para Cobertura de Risco e o Fundo Previdencial de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar**.

O **Fundo Previdencial – Conta Coletiva para Cobertura de Risco** é constituído pelas contribuições vertidas pela Patrocinadora, destinadas à cobertura do benefício de risco. Este fundo é utilizado quando da concessão de benefício de Renda por Invalidez ou Renda por Morte, conforme disposição regulamentar. Em 31/12/2016 o referido fundo montava **R\$882.127,26**.

O **Fundo Previdencial de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar** é constituído pelas Contribuições Normais vertidas pela Patrocinadora, não utilizadas pelos Participantes em caso de Benefício ou Resgate. Em **31/12/2016**, referido Fundo montava **R\$7.192,24**.

### 2.3.3 - VARIAÇÃO DO RESULTADO

Considerando a modalidade em que está estruturado o Plano, qual seja, Contribuição Definida, este item não se aplica ao **Plano PRECE III**, não sendo necessário discorrer sobre este assunto.

### 2.3.4 - NATUREZA DO RESULTADO

Em face da modalidade em que está estruturado o Plano, qual seja, Contribuição Definida, este item não se aplica ao **Plano PRECE III**, não sendo necessário discorrer sobre este assunto.

### 2.3.5 - SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT

Tendo em vista a modalidade em que está estruturado o Plano, qual seja, Contribuição Definida, este item não se aplica ao **Plano PRECE III**, não sendo necessário discorrer sobre este assunto.

### 2.3.6 - ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Adota-se, para o financiamento de todos os benefícios do Plano, o método de Capitalização Financeira, haja vista tratar-se de Plano em que todos os benefícios estão estruturados na modalidade de Contribuição Definida. Dessa forma, o referido método é adequado e deve continuar sendo adotado para o financiamento dos benefícios do Plano, à luz da legislação previdenciária vigente. No que tange à forma de apuração do cus-

to e custeio do Saldo Projetado para a cobertura dos benefícios de riscos, estruturado no regime e método de Repartição de Capitais de Cobertura, o qual entendemos ser aderente à legislação, à massa avaliada, bem como ao perfil do Plano, em especial aos fins que se destina.

### 2.3.7 - OUTROS FATOS RELEVANTES

1) Para fins da Avaliação Atuarial posicionada em **31/12/2016**, os valores utilizados de patrimônio, ativos de investimentos, fundos de investimento e administrativo, e exigíveis do Plano, foram os informados pela Entidade, através do Balancete Contábil dos referidos meses, sendo sua precificação de inteira e exclusiva responsabilidade da Entidade, e considerados para fins da avaliação que tais valores refletem a realidade dos fatos. A integralidade dos ativos de investimentos estava contabilizada a valor de mercado, conforme informado pela Entidade.

2) Conforme observado no Balancete Contábil de 31/12/2016, verifica-se que o Patrimônio de Cobertura do Plano encontra-se integralizado.

3) No exercício de 2016, os Fundos do **Plano PRECE III** montavam a quantia de **R\$958.805,60** sendo **R\$43.848,49** referente ao Fundo Administrativo, **R\$889.319,50** referente aos Fundos Previdenciais e **R\$25.637,61** referente ao Fundo dos Investimentos, conforme valores registrados no Balancete Contábil de **31/12/2016**.

4) Salienta-se que as hipóteses são aplicáveis ao Plano apenas para determinar o custo do Saldo Projetado para os Benefícios de Risco ou os Fatores Atuariais para fins de apuração do valor da Renda por Prazo Indeterminado, considerando o disposto na Nota Técnica Atuarial do Plano.

5) As hipóteses atuariais utilizadas para fins da Avaliação Atuarial anual de 2016 do **Plano PRECE III** foram aprovadas pela **PRECE**, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados pela Mercer GAMA, cujos resultados lhe foram formalizados por meio do Relatório **GAMA 121 - RE 161/16**, observando-se, assim, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/06 e suas alterações.

6) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial deste exercício de 2016, comparativamente às adotadas para o exercício de 2015, houve a manutenção de todas as hipóteses utilizadas na avaliação anterior.

7) A rentabilidade Patrimonial do **Plano PRECE III** foi calculada pela variação dos valores das cotas, auferida no período de janeiro a dezembro de 2016, a qual resultou em um **percentual positivo de 13,54%**, sendo seu efeito distribuído para o Plano, considerando que o compromisso atuarial do Plano é dado pelos Saldos das Contas Individuais e Coletivas, e que não há, para esta parcela, taxa de juros atuariais ou exigível atuarial, resultando em ganho atuarial ao Plano, considerando seus efeitos na valorização da cota patrimonial.

### 3 - PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio para o próximo exercício, com início de vigência previsto para **01/06/2017**, em conformidade com o documento específico denominado de **GAMA 121 – PC 031/17**, deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo da **PRECE** e

pela Patrocinadora antes de sua aplicação, conforme normas vigentes, cabendo à **PRECE** zelar pela sua fruição, observados os prazos e ditames regulamentares, o qual fixa, em linhas gerais, o que se segue:

PLANO DE CUSTEIO PARTICIPANTES		
<b>CONTRIBUIÇÃO NORMAL</b>		
PARTICIPANTES*	Contribuição Básica do Participante: de caráter mensal e obrigatório, corresponderá ao maior valor entre 2,11% do Salário de Participação e 10,57% da diferença entre o Salário de Participação e a Unidade Previdenciária atualizada conforme determinado no regulamento do plano Prece III.	Máx {2,11%*(SP); 10,57%*[(SP) - (UP)]}
	Contribuição Adicional (mensal): Adotado percentual definido pelo Participante, desde que o mesmo não seja inferior a 1% do Salário de Participação.	
	Contribuição Suplementar (esporádica): Valor definido pelo Participante a ser recolhido ao Plano a qualquer tempo, desde que o mesmo não seja inferior a 20% do Salário de Participação.	
PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS*		Idêntica a dos Participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora
* Da Contribuição Básica mensal será destinada uma parcela correspondente à aplicação de um percentual do valor das suas contribuições vertidas ao Plano para a cobertura das despesas administrativas. Plano de custeio mantido, em que pese definição regulamentar da metodologia de cálculo das contribuições do Plano.		
<b>CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT, SERVIÇO PASSADO E JOIA</b>		
Não aplicável ao Plano, em face de sua modalidade.		
<b>CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA - COBERTURA DE SERVIÇO PASSADO</b>		
Não aplicável ao Plano, em face de sua modalidade.		
<b>CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – JOIA</b>		
Não aplicável ao Plano, em face de sua modalidade.		
PATROCINADORA		
<b>CONTRIBUIÇÃO NORMAL**</b>		
Paritária à Contribuição Básica do Participante.		
Da Contribuição Básica mensal será destinada uma parcela correspondente à aplicação de um percentual do valor das suas contribuições vertidas ao Plano para a cobertura das despesas administrativas.		
Da Contribuição Básica mensal será descontada a parcela destinada ao custeio dos benefícios de risco que são decorrentes de invalidez e morte.		
Plano de custeio mantido, em que pese definição regulamentar da metodologia de cálculo das contribuições do Plano.		
<b>CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT, SERVIÇO PASSADO E COBERTURA DE DÍVIDA CONTRATADA</b>		
Não aplicável ao Plano, em face de sua modalidade.		
<b>CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – COBERTURA DE DÍVIDA CONTRATADA</b>		
Não aplicável ao Plano, devido à inexistência de Dívida Contratada.		
<b>ASSISTIDOS</b>		
<b>CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA - COBERTURA DE SERVIÇO PASSADO</b>		
Não aplicável ao Plano, em face de sua modalidade.		
ASSISTIDOS		
<b>CONTRIBUIÇÃO NORMAL</b>		
Não são previstas Contribuições Normais para os Assistidos do Plano.		
<b>CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT E SERVIÇO PASSADO</b>		
Não aplicável ao Plano, em face de sua modalidade.		
<b>CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA - COBERTURA DE SERVIÇO PASSADO</b>		
Não aplicável ao Plano, em face de sua modalidade.		
CUSTEIO ADMINISTRATIVO*		
Percentual incidente sobre as contribuições normais		6,00%
Percentual incidente sobre os benefícios		0,70%

<sup>(\*)</sup> Informações de responsabilidade da PRECE. Se necessário, o Fundo Administrativo servirá como fonte acessória do custeio Administrativo do Plano, sendo eventuais excessos de custeio destinados ao referido Fundo Administrativo.

## 4 - CONCLUSÃO

**Conclui-se**, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do **Plano PRECE III**, em **31/12/2016**, é **equilibrada**, como observado através do confronto entre as obrigações anteriormente expostas, e o Patrimônio de Cobertura do Plano.

Este é o Parecer.

Brasília, 14 de março de 2017.

MARIANA ABIGAIR DE SOUZA SABINO  
Atuária MIBA 2.567 - MTPS/RJ  
SUPERVISORA ATUARIAL

JOÃO MARCELO B. L. M. CARVALHO  
Atuário MIBA 2.038 - MTPS/RJ  
DIRETOR DE OPERAÇÕES E PREVIDÊNCIA



## INFORMAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PLANO PRECE III (CD)

### Alocação de Recursos e seus limites

Meta por Segmento	Meta	Máximo	Alocação de Recursos *
RENDA FIXA	95%	100%	94%
RENDA VARIÁVEL	0%	0%	0%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0%	0%	0%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0%	0%	0%
IMÓVEIS	0%	0%	0%
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	5%	15%	6%

\* Posição em 30/12/2016

### Taxa mínima atuarial ou Índices de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2016 a 12/2016	TR	6,00%

### Metas de Rentabilidade por Segmentos

SEGMENTOS	Meta de Rentabilidade
Renda Fixa	SELIC; CDI; IRF-M; IMA-B; IMA-B5; IMA-B5+; INPC+5,50%
Empréstimos e Financiamento	INPC+5,50%

### Rentabilidades por Segmentos

Rentabilidade - Plano Prece III	2016	
	Segmento	Rent. Líquida
Renda Fixa	13,71%	13,71%
Empréstimos a Participantes	28,92%	28,92%

\* Não existe uma metodologia padrão para cálculo de rentabilidade, sendo assim, tratamos como rentabilidade bruta o não desconto das taxas de administração e custódia. Como estas taxas são, em geral, expressivamente baixas em relação ao Patrimônio Líquido, o impacto na rentabilidade é pouco relevante, desta forma, as rentabilidades bruta e líquida são, em geral, semelhantes.

No cenário externo, a Europa segue com recuperação econômica moderada. O fato mais importante ocorrido em 2016 no continente foi a saída do Reino Unido da zona do euro. Em relação a China, o país apresentou crescimento econômico bastante alinhado as expectativas. Já os EUA apresentaram crescimento do PIB de 1,9% em 2016, um pouco inferior a 2015. Entretanto o fato mais relevante foi a eleição presidencial com a surpreendente vitória de Donald Trump. No Brasil, houve bastante volatilidade no mercado financeiro em 2016, influenciado fortemente pelas tensões do ambiente político, especialmente em função do processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff; pelas dificuldades econômicas e pelas propostas de reforma. Em relação a eco-

nomia, a taxa de juros apresentou duas quedas sucessivas a partir de outubro/16 e a taxa de inflação começou o processo de convergência para o centro da meta, ou seja, começou a diminuir ao longo do ano. Em função da melhora das expectativas econômicas para os próximos anos, o mercado de renda fixa e especialmente a bolsa de valores brasileira apresentaram desempenho bastante positivo em 2016.

O Plano Prece III alcançou rentabilidade de 14,57%, superior ao principal benchmark do mercado financeiro, o CDI, que teve variação positiva de 14,00%. Resultado positivo oriundo da ótima performance de ambos os segmentos de aplicação.

### Rentabilidades por Fundos

Rentabilidade - Prece III	2016	
	Fundos de Investimento	Rent. Líquida
Bradesco FI Ref DI Fed Ext	13,68%	13,68%

\* Não existe uma metodologia padrão para cálculo de rentabilidade, sendo assim, tratamos como rentabilidade bruta o não desconto das taxas de administração e custódia. Como estas taxas são, em geral, expressivamente baixas em relação ao Patrimônio Líquido, o impacto na rentabilidade é pouco relevante, desta forma, as rentabilidades bruta e líquida são, em geral, semelhantes.

### Taxas e Custos com Administração Própria e Terceirizada

Plano	taxa de custódia
Prece III	0,0225% a.a.

Fundo Aberto	taxa de administração*	taxa de performance**
Santander FIC FI Inst Ref DI	0,20% a.a.	Não há
Bradesco FI Ref DI Fed Ext	0,15% a.a.	Não há

\* % do patrimônio líquido dos fundos

\*\* Não existe taxa de administração

### Despesas de Investimento com os Planos

	PRECE III
Custo com CETIP/SELIC e taxa de custódia	1.491,26
Multas e juros sobre conta corrente	504,86
<b>TOTAL</b>	<b>1.996,12</b>
Reembolso de despesas de investimentos (do plano para o PGA) (*)	36.878,99

(\*) Por ocasião do fechamento do balancete mensal, é apurado o REEMBOLSO da gestão administrativa do Fluxo de Investimentos, com base nos lançamentos contábeis alocados no mesmo.

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO PLANO PRECE CV

### Demonstração do Ativo Líquido – DAL

EM DEZEMBRO / 2016 - Valores Expressos em Reais Mil

PLANO: PRECE CV			
DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>1.978.641</b>	<b>1.980.993</b>	<b>-0,12</b>
Disponível	333	751	-55,62
Receível	737.309	721.454	2,20
Investimento	1.240.999	1.258.789	-1,41
Créditos Privados e Depósitos	1.726	0	0,00
Fundos de Investimento	1.000.173	1.046.130	-4,39
Investimentos Imobiliários	137.809	145.759	-5,45
Empréstimos e Financiamentos	67.276	44.823	50,09
Outros Realizáveis	34.015	22.078	54,07
<b>2. Obrigações</b>	<b>-30.216</b>	<b>-30.064</b>	<b>0,51</b>
Operacional	-25.044	-27.028	-7,34
Contingencial	-5.172	-3.036	70,38
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>-12.981</b>	<b>-12.249</b>	<b>5,98</b>
Fundos Administrativos	-4.797	-4.356	10,14
Fundos dos Investimentos	-8.184	-7.893	3,68
<b>4. Resultados a Realizar</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>5. Ativo Líquido (1-2-3-4)</b>	<b>1.935.445</b>	<b>1.938.681</b>	<b>-0,17</b>
Provisões Matemáticas	1.894.304	1.988.609	-4,74
Superávit/Déficit Técnico	25.457	-59.432	-142,83
Fundos Previdenciais	15.684	9.505	65,01
<b>6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>	<b>45.805</b>	<b>-39.229</b>	<b>-216,76</b>
a) Equilíbrio Técnico	25.457	-59.433	-142,83
b) (+/-) Ajuste de Precificação	20.348	20.204	0,71
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	45.805	-39.229	-216,76

### Demonstração da Mutações do Ativo Líquido – DMAL

EM DEZEMBRO / 2016 - Valores Expressos em Reais Mil

PLANO: PRECE CV			
DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
<b>A) Ativo Líquido - início do exercício</b>	<b>1.938.682</b>	<b>1.815.736</b>	<b>6,77</b>
<b>1. Adições</b>	<b>276.557</b>	<b>304.485</b>	<b>-9,17</b>
(+) Contribuições	117.845	144.417	-18,40
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	158.712	159.429	-0,45
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	0	639	-100,00
<b>2. Destinações</b>	<b>-279.794</b>	<b>-181.539</b>	<b>54,12</b>
(-) Benefícios	-273.762	-177.888	53,90
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-2.136	0	0,00
(-) Custeio Administrativo	-3.896	-3.651	6,71
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)</b>	<b>-3.237</b>	<b>122.946</b>	<b>-102,63</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	-94.305	58.812	-260,35
(+/-) Fundos Previdenciais	6.179	9.505	-34,99
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	84.889	54.629	55,39
<b>4. Operações Transitórias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)</b>	<b>1.935.445</b>	<b>1.938.682</b>	<b>-0,17</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>12.981</b>	<b>12.249</b>	<b>5,98</b>
(+/-) Fundos Administrativos	4.797	4.356	10,14
(+/-) Fundos dos Investimentos	8.184	7.893	3,68

## Demonstração das Provisões Técnicas do Plano – DPT

EM DEZEMBRO / 2016 - Valores Expressos em Reais Mil

PLANO: PRECE CV			
DESCRIÇÃO	Exercício 2016	Exercício 2015	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)</b>	<b>1.973.845</b>	<b>1.976.639</b>	<b>-0,14</b>
<b>1.Provisões Matemáticas</b>	<b>1.894.304</b>	<b>1.988.609</b>	<b>-4,74</b>
<b>1.1.Benefícios Concedidos</b>	<b>1.347.471</b>	<b>1.384.124</b>	<b>-2,65</b>
Contribuição Definida	416.035	384.771	8,13
Benefício Definido	931.436	999.353	-6,80
<b>1.2.Benefício a Conceder</b>	<b>689.853</b>	<b>732.091</b>	<b>-5,77</b>
Contribuição Definida	689.853	732.091	-5,77
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/ instituidor(es)	65.874	52.846	24,65
Saldo de contas - parcela participantes	623.979	679.245	-8,14
<b>1.3.(-)Provisões matemáticas a constituir</b>	<b>-143.020</b>	<b>-127.606</b>	<b>12,08</b>
(-) Déficit equacionado	-143.020	-127.606	12,08
(-)Patrocinador(es)	-71.510	-63.803	12,08
(-)Assistidos	-71.510	-63.803	12,08
<b>2.Equilíbrio Técnico</b>	<b>25.457</b>	<b>-59.432</b>	<b>-142,83</b>
<b>2.1.Resultados Realizados</b>	<b>25.457</b>	<b>-59.432</b>	<b>-142,83</b>
Superávit técnico acumulado	25.457	0	0,00
Reserva de contingência	25.457	0	0,00
(-)Déficit técnico acumulado	0	-59.432	-100,00
<b>2.2.Resultados a realizar</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>3. Fundos</b>	<b>23.868</b>	<b>17.398</b>	<b>37,19</b>
3.1. Fundos Previdenciais	15.684	9.505	65,01
3.2. Fundos dos Investimento – Gestão Previdencial	8.184	7.893	3,68
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>25.044</b>	<b>27.028</b>	<b>-7,34</b>
4.1. Gestão Previdencial	24.963	26.948	-7,37
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	81	80	1,11
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>5.172</b>	<b>3.036</b>	<b>70,38</b>
5.1 Gestão Previdencial	5.172	3.036	70,38

## PARECER ATUARIAL DO PLANO PRECE CV

### 1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atendendo às disposições das Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, e suas respectivas alterações, a Mercer GAMA apresenta o Parecer Técnico- Atuarial do Plano de Benefício PRECE CV, também denominado neste documento de Plano PRECE CV, administrado e executado pela PRECE – Previdência Complementar e patrocinado pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, pela Caixa de Assistência dos Servidores da CEDAE – CAC e pela PRECE – Previdência Complementar, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2016, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do Plano de Custeio com início de vigência previsto para 1º de junho de 2017.

O Plano PRECE CV está estruturado na modalidade de Contribuição Variável (CV), na forma disposta na Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, posto que os benefícios programados assegurados pelo Plano observam a conjugação das características de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD), na fase de percepção, sendo facultado, ainda, nesta última fase a opção pelo recebimento da renda considerando características de Contribuição Definida (CD).

O Plano está registrado na PREVIC sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 2011.0005-56, e se encontra fechado a novas adesões.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2016, posicionada em 31/12/2016, sendo esta também a Data da Avaliação, conforme apresentada no Relatório GAMA 121 – RE 086/17, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atua-

rial do Plano, considerando a última versão regulamentar aprovada pela Portaria nº 98, de 22/02/2011, publicada no DOU de 23/02/2011, além dos dados cadastrais individualizados dos Participantes e Assistidos, posicionados na data base de **31/08/2016**, considerando que as informações financeiras, contábeis e patrimoniais do Plano, levantadas e informadas pela Fundação, utilizadas para apuração das Provisões Matemáticas, bem como os resultados constantes deste Parecer, estão posicionados na data de **31/12/2016**.

Ressalta-se que, para o Plano PRECE CV, observou-se a existência de dois Grupos de Custeio, sendo estes denominados de "PLANO CV CD" e "PLANO CV BD" exclusivamente para fins deste Parecer, os quais contemplam a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Adicionalmente, e em face de a PRECE não ter informado nenhum fato relevante para este Plano, consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer GAMA, em relação aos Planos administrados pela Entidade.

## 2 - RESULTADOS ATUARIAIS

### 2.1 - EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO: PLANO CV CD

#### 2.1.1 - EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Pelo fato de ter todos os seus benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida, o Grupo de Custeio "PLANO CV CD" não possui custo calculado atuarialmente. Conforme Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 121 – RE 086/17, o custo normal médio do Plano, na data da Avaliação Atuarial anual, **31/12/2016**, estava mensurado na correspondência de **8,866%** da Folha de Salários de Participação, líquido de taxa de carregamento administrativo, apurado de acordo com os regimes financeiros e os métodos de financiamento adotados para os benefícios assegurados pelo Plano.

Comparativamente ao exercício anterior, houve uma elevação do custo normal médio do Plano de 0,285 ponto percentual, o qual registrou alíquota de **8,581%** em **30/06/2015**, conforme documento GAMA 121 RE 067/16. As causas de tal variação foram demonstradas no Relatório da Avaliação Atuarial anual GAMA 121 – RE 086/17.

#### 2.1.2 - VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) do Plano PRECE CV, existentes em **31/12/2016**, e disponibilizadas pela PRECE, foram determinadas com base no Saldo das Contas Individuais atreladas a estes, e montam **R\$416.035.014,54**.

Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PM-BaC, fixadas com base nas informações individuais dos Participantes do Plano na data de **31/12/2016**, e disponibilizadas pela PRECE, foram determinadas pelo Saldo das Contas Individuais atreladas a estes e montam **R\$689.853.342,50**.

O Grupo de Custeio "PLANO CV CD" não possui Provisões Matemáticas a Constituir em **31/12/2016**.

Desta forma, certificamos que os valores acumulados das obrigações passivas da PRECE com o Grupo de Custeio "PLANO CV CD", e deste para com os Participantes e Assistidos, através das Provisões Matemáticas, montam **R\$1.105.888.357,04**, em **31/12/2016**.

Comparativamente ao encerramento de exercício de 2015, a variação percentual das Provisões Matemáticas do Grupo de Custeio "PLANO CV CD", como acima informada, foi de **0,98%** negativa, tendo sido registrado o montante de **R\$1.116.862.393,44**, em **31/12/2015**. A variação deve-se, dentre as causas demonstradas no Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 121 – RE 086/17, à redução dos benefícios a conceder, face à concessão de aposentadorias em Benefício Definido.

### 2.1.3 - PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

Haja vista a modalidade em que se encontra estruturado o Grupo de Custeio "PLANO CV CD", qual seja, Contribuição Definida, não há riscos atuariais, sendo este item não aplicável ao presente Grupo de Custeio, não se mostrando necessário discorrer sobre este assunto.

#### 2.1.4 - SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA

##### DE COBERTURA

Haja vista a modalidade em que se encontra estruturado o Grupo de Custeio "PLANO CV CD", qual seja, Contribuição Definida, este item não se aplica, não se mostrando necessário discorrer sobre este assunto.

### 2.2 - EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO:

#### PLANO CV BD

##### 2.2.1 - EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Conforme Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 121 – RE 086/17, o custo normal médio do Grupo de Custeio "PLANO CV BD", na data da Avaliação Atuarial anual, **31/12/2016**, estava mensurado na correspondência de **0,028%** da Folha de Salários de Participação, líquido de taxa de carregamento administrativo. Este custo se refere à parcela dos benefícios de risco coberta pelo Fundo Previdencial – Conta Coletiva de Benefícios de Risco, sendo o custo normal do benefício de Renda por Invalidez de 0,008% da Folha de Salários, e o custo normal do benefício de Renda por Morte de 0,020%, apurados de acordo com os regimes financeiros e os métodos de financiamento adotados para os benefícios assegurados pelo Plano.

Comparativamente ao exercício anterior, houve uma redução do custo do Grupo de Custeio "PLANO CV BD" de 0,175 ponto percentual, o qual registrou alíquota de **0,203%** em **30/06/2015**. Tal variação foi influenciada, dentre as causas demonstradas no Relatório da Avaliação Atuarial anual **GAMA 121 – RE 086/17**, pela aproximação dos participantes ativos da idade de elegibilidade.

## 2.2.2 - VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As **Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC**, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) do **Plano PRECE CV**, existentes em **31/12/2016**, e disponibilizadas pela **PRECE**, foram determinadas atuarialmente pelo valor presente dos benefícios futuros líquidos de eventual contribuição futura devida por eles, e montam em **R\$931.436.062,00**.

Quanto as **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC**, o Grupo de Custeio "PLANO CV BD" do **Plano PRECE CV** não possui, em **31/12/2016**, reservas de benefícios estruturadas na modalidade de Benefício Definido, de modo que esta provisão se encontra zerada no encerramento do exercício, qual seja, **31/12/2016**.

Em **31/12/2016**, o Plano possui **Provisões Matemáticas a Constituir** para fins de amortização do **Déficit Técnico Equacionado**, conforme Plano de Equacionamento descrito em maiores detalhes no Relatório **GAMA 121 RE 148/16**, no montante de **R\$143.020.635,32**.

Desta forma, certificamos que os valores acumulados das obrigações passivas da **PRECE** com o Grupo de Custeio "PLANO CV BD", considerando os valores informados referentes às **Provisões Matemáticas a Constituir**, representam o montante total de **R\$788.415.426,68**, em **31/12/2016**.

Comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2015, a variação percentual das Provisões Matemáticas do **Plano PRECE CV**, como acima informada, foi de **9,56% negativa**, tendo sido registrado o montante de **R\$871.746.960,22**, em **31/12/2015**, a qual foi influenciada, dentre as causas demonstradas no Relatório da Avaliação Atuarial **GAMA 121 – RE 086/17**, pela alteração das hipóteses de composição familiar dos aposentados, bem como pela atualização das provisões matemáticas.

## 2.2.3 - PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios, sendo que, para o **Plano PRECE CV**, caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras**. As hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que

regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Cumprir relatar que, dada a forma de cobertura dos benefícios de risco do Plano, qual seja, por meio da determinação de um Saldo Projetado a ser alocado na Conta Individual de Benefício na data de concessão destes, quando devido, cuja apuração se dá em obediência às regras regulamentares, e a sua cobertura oriunda de recursos existentes no Fundo Previdencial – Conta Coletiva para Cobertura de Risco, sendo seu custo e custeio estruturado no regime e método de Repartição de Capitais de Cobertura, referido Fundo Previdencial está sujeito à volatilidades devido à inadequação de hipóteses e premissas atuariais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2016 do **Plano PRECE CV** foram aprovadas pela **PRECE**, sendo que a Fundação estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Fundação por meio do Relatório **GAMA 121 – RE 161/16**, observando assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/06 e alterações posteriores.

## 2.2.4 - SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

O Plano **PRECE CV** não apresentou insuficiência de cobertura na data da Avaliação Atuarial anual do encerramento do exercício de 2016.

## 2.3 - EM RELAÇÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS

### 2.3.1 - QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A base cadastral de Participantes e Assistidos encaminhada pela Fundação encontra-se posicionada em **31/08/2016**, sendo que as informações financeiras foram devidamente atualizadas para a Data da Avaliação. A base de dados foi submetida a testes de consistência e, após ratificações/retificações da Fundação, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação Atuarial, não sendo necessária a elaboração de hipóteses para suprir deficiências da base de dados para fins da Avaliação Atuarial anual.

Cumprir nos esclarecer que a análise efetuada pela Mercer GAMA na base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Entidade a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

### 2.3.2 - REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

Na Avaliação Atuarial do exercício de 2016, posicionada para **31/12/2016**, o Plano tem constituído o **Fundo Previdencial – Con-**

### ta Coletiva de Benefício de Risco.

O **Fundo Previdencial – Conta Coletiva de Benefício de Risco** é constituído pelas contribuições de risco arrecadadas conforme plano de custeio do **Plano PRECE CV**. Referido fundo tem a finalidade regulamentar de aportar ao saldo de conta dos participantes que vierem a falecer ou se invalidar de forma a compor a base de cálculo dos benefícios de Renda por Invalidez ou Renda por Morte. Em **31/12/2016**, segundo a **PRECE**, referido Fundo montava **R\$15.684.199,99**.

### 2.3.3 - VARIAÇÃO DO RESULTADO

As informações acerca da variação entre os resultados das Avaliações Atuariais de **30/06/2015** e **31/12/2016** constam, de forma pormenorizada, do Relatório **GAMA 121 – RE 086/17**.

Confrontando-se as obrigações do Passivo Atuarial, expressas pelo valor das **Provisões Matemáticas** de **R\$1.894.303.783,72**, em **31/12/2016**, em relação aos benefícios concedidos e a conceder, e provisões a constituir, com o valor do **Patrimônio de Cobertura do Plano**, na mesma data, no montante de **R\$1.919.760.322,93**, verifica-se que a situação econômico-atuarial do **Plano PRECE** é **superavitária** em **R\$25.456.539,21** no encerramento do exercício.

O Plano passou de um resultado **deficitário** de **R\$59.432.899,76** em **31/12/2015**, para um **Superávit Técnico acumulado** de **R\$25.456.539,21**, em **31/12/2016**. Destaca-se que referido Superávit Técnico foi influenciado, dentre as causas demonstradas no Relatório **GAMA 121 - RE 086/17**, pela superação da meta atuarial pela rentabilidade do Plano, que resultou em **ganho atuarial de 1,85%**.

A rentabilidade Patrimonial do **Plano PRECE CV**, calculada pela variação dos valores das cotas, auferida no período de janeiro a dezembro do exercício de 2016, foi de **14,15%**, como informado pela **PRECE**, sendo que a exigibilidade atuarial de rentabilidade do Patrimônio de Cobertura do Plano, referente ao mesmo período, ficou em **12,08%** (**INPC** mais taxa de juros de **5,16%** de janeiro a dezembro de 2016), resultando em **ganho atuarial ao Plano de 1,85%**.

Conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação, apurado pela Entidade, montava **R\$20.348.386,27**, na data base desta Avaliação Atuarial, que resultou em um **Equilíbrio Técnico Ajustado superavitário de R\$45.804.925,48**. Cumpre esclarecer que para fins de apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, se superavitário, conforme previsto na legislação vigente, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo para fins de eventual destinação de superávit.

### 2.3.4 - NATUREZA DO RESULTADO

Na Avaliação Atuarial de 2016, observa-se que o Plano apre-

sentou superávit técnico, o qual foi resultante de causas conjunturais, sendo oriundo, sobretudo, das oscilações estatísticas em torno das hipóteses atuariais definidas para o Plano e pelo atingimento da meta atuarial.

A totalidade do superávit apurado em **31/12/2016**, no montante de **R\$25.456.539,21**, foi alocada em **Reserva de Contingência**, em conformidade com a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29/09/2008, e alterações posteriores, especialmente a Resolução MPS/CNPC nº 22, de 25/11/2015, visto que o mesmo representa 3,23% das Provisões Matemáticas em BD do Plano e, com uma duração do passivo apurada no exercício de 2016 de 7,73 anos o limite da Reserva de Contingência é de 17,73%.

### 2.3.5 - SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT

O **Plano PRECE CV** não apresentou déficit técnico no encerramento do exercício a que se refere este Parecer.

### 2.3.6 - ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Observado que o Plano está em manutenção e, conforme verificado no estudo de aderência de hipóteses, consolidado no Relatório **GAMA 121 - RE 161/16**, entendemos que os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e suas alterações.

### 2.3.7 OUTROS FATOS RELEVANTES

1) Para fins da Avaliação Atuarial posicionada em **31/12/2016**, data de encerramento do exercício, os valores utilizados de patrimônio, ativos de investimentos, fundos de investimentos e administrativos, e exigíveis do Plano, foram os informados pela Fundação, através do Balancete Contábil do referido mês, sendo sua precificação de inteira e exclusiva responsabilidade da Fundação, e considerados para fins da avaliação que tais valores refletem a realidade dos fatos.

2) Conforme observado no Balancete Contábil de **31/12/2016**, verifica-se que o montante de **R\$730.900.347,29** não se encontra integralizado no Plano, uma vez que existem recursos a receber e, dentre os quais, destacam-se as Contribuições de responsabilidade das Patrocinadoras, na forma que foram contratadas, destinadas a cobrir compromissos com gerações de participantes existentes na data de início do Plano, cujo montante equivale, em **31/12/2016**, a **R\$728.718.619,41**, ou seja, 99,70% dos recursos a receber.

3) Os Fundos do Plano montam a quantia de **R\$28.665.095,55**, sendo este montante referente ao Fundo Previdencial, em **R\$15.684.199,99**, ao Fundo dos Investimentos, em **R\$8.183.530,49**, e ao Fundo Administrativo, em **R\$4.797.365,07**, posicionado em **31/12/2016**.

4) As hipóteses atuariais utilizadas para fins da Avaliação Atuarial anual de 2016 do **Plano PRECE CV** foram aprovadas pela **PRECE**, sendo que a Fundação estava subsidiada pelos testes

de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados pela Mercer GAMA, cujos resultados lhe foram formalizados por meio do Relatório **GAMA 121 - RE 161/16**, observando-se, assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 018/06 e suas alterações.

5) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial deste exercício de 2016, comparativamente às adotadas para o exercício de 2015, destacam-se as alterações do fator capacidade de 0,9802 em substituição ao fator 0,9801 e da composição familiar dos aposentados considerando a família real, em substituição ao encargo médio de herdeiros (Hx\_2013).

### 3 - PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio para o próximo exercício, proposto para ter o início de sua vigência em **01/06/2016**, em conformidade com o documento específico denominado de **GAMA 121 – PC 032/17**, deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo da **PRECE** e pelas Patrocinadoras antes de sua aplicação, conforme normas vigentes, sendo sua observância indispensável para o equilíbrio e solvência do Plano, cabendo a **PRECE** zelar pela sua fruição, observados os prazos e ditames regulamentares, o qual fixa, em linhas gerais, o que se segue:

PLANO DE CUSTEIO	
PARTICIPANTES	
<b>CONTRIBUIÇÃO NORMAL</b>	
PARTICIPANTES*	Percentual definido conforme artigo 29 do Regulamento do Plano.
PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS*	Idêntica à dos Participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora
PARTICIPANTES VINCULADOS	0,00%
* Em face do método de financiamento adotado o plano de custeio normal foi mantido.	
<b>CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT</b>	
Não aplicável ao Plano.	
<b>CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA - COBERTURA DE SERVIÇO PASSADO</b>	
Não aplicável ao Plano, devido à inexistência de Provisão a Constituir – Serviço Passado.	
<b>CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – JOIA</b>	
Não aplicável ao Plano.	

PATROCINADORAS		
<b>CONTRIBUIÇÃO NORMAL *</b>		
De valor paritário à Contribuição Normal do Participante.		
* Em face do método de financiamento adotado o plano de custeio normal foi mantido.		
<b>CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT</b>		
Extraordinária (equacionamento de déficit 2014 e 2015)		Parcelas mensais de R\$643.219,05**
<b>Patrocinadora<sup>(1)</sup></b>	<b>Dívida Remanescente (R\$)</b>	<b>Parcelas por patrocinadora</b>
CAC <sup>(2)</sup>	8.015,49*	Parcelas mensais de R\$73,56**
CEDAE <sup>(3)</sup>	70.078.792,83*	Parcelas mensais de R\$643.145,49**
* Valor proporcional às Provisões Matemáticas de Assistidos em Benefício Definido em 31/12/2015, de acordo com a Patrocinadora de origem.		
** O valor inicial deverá ser atualizado pelo índice do Plano.		
<sup>(1)</sup> Não há valor referente à Patrocinadora Prece uma vez que esta pagou sua parcela à vista.		
<sup>(2)</sup> CAC – Caixa de Assistência dos Servidores da CEDAE.		
<sup>(3)</sup> CEDAE – Companhia Estadual de Águas e Esgotos.		
<b>CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA - COBERTURA DE SERVIÇO PASSADO</b>		
Não aplicável ao Plano, devido à inexistência de Provisão a Constituir – Serviço Passado.		

ASSISTIDOS		
<b>CONTRIBUIÇÃO REGULAMENTAR</b>		
Não Aplicável.		
<b>CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT</b>		
APOSENTADOS	Extraordinária (equacionamento de déficit 2014 e 2015) incide sobre o Benefício Bruto	7,92%
PENSIONISTAS	Extraordinária (equacionamento de déficit 2014 e 2015) incide sobre o Benefício Bruto	7,92%
<b>CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA - COBERTURA DE SERVIÇO PASSADO</b>		
Não aplicável ao Plano, devido à inexistência de Provisão a Constituir – Serviço Passado.		

CUSTEIO ADMINISTRATIVO <sup>1</sup>	
Percentual incidente sobre as contribuições normais	6,00%
Percentual incidente sobre os benefícios	0,70%

<sup>(1)</sup> Informações de responsabilidade da PRECE. Se necessário, o Fundo Administrativo servirá como fonte acessória do custeio Administrativo do Plano, sendo eventuais excessos de custeio destinados ao referido Fundo Administrativo.

<sup>(2)</sup> O valor inicial deverá ser atualizado mensalmente pelo índice do Plano.

Conforme definição regulamentar, o Participante em Benefício Proporcional Diferido será obrigado a efetuar contribuição mensal como objetivo de custear as despesas administrativas, no mesmo percentual praticado pelos participantes em atividade.

#### 4 - CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do **Plano PRECE CV**, em **31/12/2016**, é **superavitária** em **R\$25.456.539,21**, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, sendo que esse montante foi alocado em Reserva de Contingência.

Este é o Parecer.

Brasília, 13 de março de 2017.

MARIANA ABIGAIR DE SOUZA SABINO  
Atuária MIBA 2.567 - MTPS/RJ  
SUPERVISORA ATUARIAL

JOÃO MARCELO B. L. M. CARVALHO  
Atuário MIBA 2.038 - MTPS/RJ  
DIRETOR DE OPERAÇÕES E PREVIDÊNCIA



## INFORMAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PLANO PRECE CV

### Alocação de Recursos e seus limites

Meta por Segmento	Meta	Máximo	Alocação de Recursos *
RENDA FIXA	76%	100%	67%
RENDA VARIÁVEL	12%	70%	15%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	1%	20%	0,5%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	1%	10%	0%
IMÓVEIS	5%	8%	11%
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	5%	15%	6%

\* Posição em 30/12/2016

Existe um desenquadramento passivo no segmento de imóveis, fruto das reavaliações, reflexo do crescimento dos valores dos imóveis no mercado.

### Taxa mínima atuarial ou Índices de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros*	Período*
01/2016 a 12/2016	INPC	5,50%	até 05/2016
		5,16%	a partir de 06/2016

\* Em conformidade com as Instruções PREVIC 20 e 22

### Metas de Rentabilidade por Segmentos

SEGMENTOS	Meta de Rentabilidade
Renda Fixa	SELIC; CDI; IRF-M; IMA-B; IMA-B5; IMA-B5+; INPC+5,5%
Renda Variável	IBOVESPA; IBRX-100; IBRX-50; IDIV; MLCX; SMLL; ISE; ICO2; ITEL; IEE; INDX; ICON; IMOB; IFNC; IMAT; ITAG; IGC; INPC+5,5%
Invest. Estruturados	IFM; IMM; ILS; IFM-I; IFM-M; IHFA; IFIX; INPC+5,5%
Invest. No Exterior	MSCI WORLD INDEX; IBOVESPA; IBRX-100; IBRX-50; IDIV; INPC+5,5%
Imóveis	IGP-M; IGP-DI; INPC+5,5%
Empréstimos e Financiamento	INPC+5,5%

### Rentabilidades por Segmentos

Rentabilidade - Plano Prece CV	2016		
	Segmento	Rent. Bruta*	Rent. Líquida
Renda Fixa		13,48%	13,48%
Renda Variável		23,98%	23,98%
Estruturados		-9,66%	-9,66%
Imóveis		-3,69%	-3,69%
Op. com Participantes		26,73%	26,73%
Meta atuarial - INPC + 5,16%**		12,23%	

\* Não existe uma metodologia padrão para cálculo de rentabilidade, sendo assim, tratamos como rentabilidade bruta o não desconto das taxas de administração e custódia. Como estas taxas são, em geral, expressivamente baixas em relação ao Patrimônio Líquido, o impacto na rentabilidade é pouco relevante, desta forma, as rentabilidades bruta e líquida são, em geral, semelhantes.

\*\* Taxa atuarial utilizada a partir de Junho/2016.

No cenário externo, a Europa segue com recuperação econômica moderada. O fato mais importante ocorrido em 2016 no continente foi a saída do Reino Unido da zona do euro. Em relação a China, o país apresentou crescimento econômico bastante alinhado as expectativas. Já os EUA apresentaram crescimento do PIB de 1,9% em 2016, um pouco inferior a 2015. Entretanto o fato mais relevante foi a eleição presidencial com a surpreendente vitória de Donald Trump. No Brasil, houve bastante volatilidade no mercado financeiro em 2016, influenciado fortemente pelas tensões do ambiente político, especialmente em função do processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, pelas dificuldades econômicas e pelas propostas de reforma. Em relação a economia, a taxa de juros apresentou duas quedas sucessivas a partir de outubro/16 e a taxa de inflação começou o processo de convergência para o centro da meta, ou seja, começou a diminuir ao longo do ano. Em função da melhora das expectativas econômicas para os próximos anos, o mercado de renda fixa e especialmente a bolsa de valores brasileira apresentaram desempenho bastante positivo em 2016.

O Plano Prece CV gerou rentabilidade de 13,27%, superior à sua meta atuarial. Destacamos a excelente performance dos segmentos de Renda Variável e Op. com Participantes.

## Rentabilidades por Fundos

Rentabilidade - Plano Prece CV	2016	
	Rent. Bruta	Rent. Líquida
Fundos de Investimento		
FIC Guandu	13,48%	13,48%
FIC Sarapuí	23,98%	23,98%
FIM Imunana	-9,66%	-9,66%

\* Não existe uma metodologia padrão para cálculo de rentabilidade, sendo assim, tratamos como rentabilidade bruta o não desconto das taxas de administração e custódia. Como estas taxas são, em geral, expressivamente baixas em relação ao Patrimônio Líquido, o impacto na rentabilidade é pouco relevante, desta forma, as rentabilidades bruta e líquida são, em geral, semelhantes.

## Taxas e Custos com Administração Própria e Terceirizada

Gestão Interna	taxa de administração	taxa de custódia	taxa de performance
FIC Guandu	0,05% a.a. ou valor mínimo de R\$ 10.416,67	0,045% a.a.	Não há
FIC Sarapuí			
FIM Imunana**			

Gestão Terceirizada	taxa de administração	taxa de performance
FI Caixa Prece RF	entre 0,07% a.a. e 0,10% a.a.	Não há
Athena Tot. Ret. FIC FIA	entre 1,80% a.a. e 3,00% a.a.	20% do que exceder 100% IBR-X 100

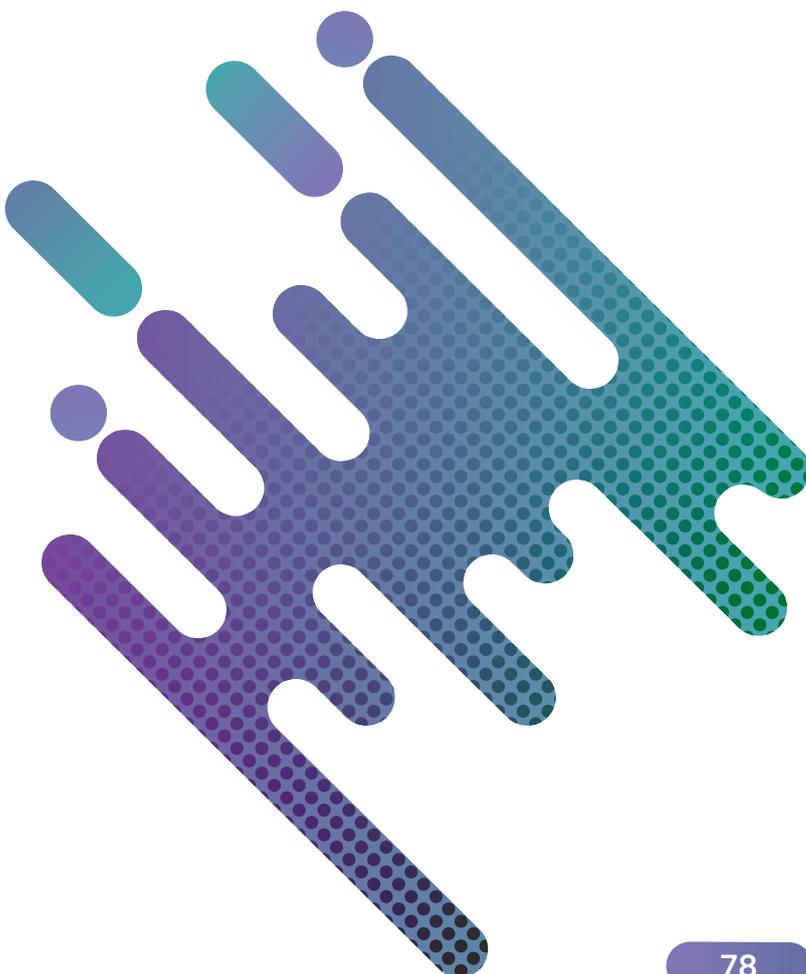
\* % do patrimônio líquido dos fundos

\*\* Corrigido anualmente pelo IPCA

## Despesas de Investimento com os Planos

	PRECE CV
Custo com CETIP/SELIC e taxa de custódia	919,10
Desp.c/êxito-anistia (IR S/APLIC.FINANC.)	491,25
Honorários e consultorias	82.803,97
Custas judiciais	12.087,32
Depósitos judiciais	11.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>107.801,64</b>
Reembolso de despesas de investimentos (do plano para o PGA) <sup>(*)</sup>	5.949.736,54

(\*) Por ocasião do fechamento do balancete mensal, é apurado o REEMBOLSO da gestão administrativa do Fluxo de Investimentos, com base nos lançamentos contábeis alocados no mesmo.



## PARECERES E OUTRAS INFORMAÇÕES

### Controle Interno da Gestão de Investimentos

CUSTOS PLANO BD/CV E CD	No ano
<b>GESTÃO INTERNA</b>	<b>3.886.079,21</b>
Pessoal/Encargos	3.474.843,75
Consultorias	60.594,45
Assessoria Jurídica <sup>(1)</sup>	244.543,65
Impostos	106.097,36
<b>GESTÃO EXTERNA</b>	<b>30.954,00</b>
Taxa Selic	1.143,77
Taxa Cetip	23.721,94
Taxa de custódia	6.088,29
<b>TOTAL DE CUSTOS EM R\$</b>	<b>3.917.033,21</b>
Custo Absorvido da Adm. Geral	8.096.679,43
<b>Patrimônio investimento BD/CV E CD</b>	<b>1.669.106.902,70</b>
<b>Representatividade</b>	<b>0,72%</b>

<sup>(1)</sup> Honorários Advocaticios

CUSTO DO FUNDO EXCLUSIVO DA CEF	
DESCRIÇÃO	No ano
Despesa Administrativa	46.219,86
DESCRIÇÃO	No ano
Percentual Taxa Administrativa	0,10

CUSTO DO FUNDO EXCLUSIVO FIC FI CAIXA LARANJAL MMCP	
DESCRIÇÃO	No ano
Despesa Administrativa	125.001,04
DESCRIÇÃO	No ano
Percentual Taxa Administrativa	0,05

CUSTO DO FUNDO EXCLUSIVO FIC FI CAIXA ALEGRIA MMCP	
DESCRIÇÃO	No ano
Despesa Administrativa	136.758,63
DESCRIÇÃO	No ano
Percentual Taxa Administrativa	0,05

CUSTO DO FUNDO EXCLUSIVO FIC FI CAIXA GUANDU MMCP	
DESCRIÇÃO	No ano
Despesa Administrativa	428.617,98
DESCRIÇÃO	No ano
Percentual Taxa Administrativa	0,05

CUSTO DO FUNDO EXCLUSIVO FIC FI CAIXA SARAPUÍ MMCP	
DESCRIÇÃO	No ano
Despesa Administrativa	125.000,04
DESCRIÇÃO	No ano
Percentual Taxa Administrativa	0,05

CUSTO DO FUNDO EXCLUSIVO FI CAIXA IMUNANA MCP	
DESCRIÇÃO	No ano
Despesa Administrativa	153.870,54
DESCRIÇÃO	No ano
Percentual Taxa Administrativa	0,09

### Despesas de Investimento com os Planos

	CONSOLIDADO
Custo com CETIP/SELIC e taxa de custódia	30.953,90
Desp.c/êxito-anistia (IR S/APLIC.FINANC.)	705,21
Honorários e consultorias	118.868,71
Custas judiciais	17.351,92
Depósitos judiciais	37.710,00
Multas e juros sobre conta corrente	504,86
<b>TOTAL</b>	<b>206.094,60</b>
<b>Reembolso de despesas de investimentos (do plano para o PGA) <sup>(*)</sup></b>	<b>8.096.679,43</b>

<sup>(\*)</sup> Por ocasião do fechamento do balancete mensal, é apurado o REEMBOLSO da gestão administrativa do Fluxo de Investimentos, com base nos lançamentos contábeis alocados no mesmo.

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadores da

### PRECE - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Rio de Janeiro - RJ

#### Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **PRECE - Previdência Complementar ("PRECE", "Fundação" ou "Entidade")**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefício administrados pela PRECE, aqui denominados de consolidado por definição da Resolução CNPC nº8) em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos eventuais reflexos relacionados aos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis" as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da PRECE – Previdência Complementar e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2016, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC).

#### Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

##### Desenquadramento dos investimentos imobiliários e de renda variável

Conforme mencionado em Nota Explicativa nº 6 às demonstrações contábeis, a Fundação encontra-se desenquadrada na carteira de imóveis e renda variável nos Planos PRECE I e II e PRECE CV. O desenquadramento é de 14,84% nos Planos PRECE I e II, e de 11,10% no PRECE CV, superior ao limite de 8% estabelecido pela Resolução CMN nº 3.792/09 para a carteira imobiliária. Na carteira de renda variável é de 5,89% nos planos PRECE I e II e de 4,60% no PRECE CV, superior ao limite de

3% estabelecido na Resolução CMN nº 3.792/09.

#### Cédulas de Crédito Bancário (Fundo Lameirão)

Conforme mencionado em Nota Explicativa nº 5 as demonstrações contábeis, a Fundação possui investimentos no montante de R\$ 1.053.449 mil nos Fundos Alegria e Guandu CP. Deste montante, o Fundo detém investimentos em Cédula de Crédito Bancário (CCBs), no montante de R\$ 458.135 mil, as quais encontram-se com atraso no pagamento de juros e amortizações. Em janeiro de 2017, o Fundo reconheceu provisão para perdas na realização desses investimentos de R\$ 217.357 mil, bem como está sendo reavaliado pela Administração do Fundo o valor de realização desses investimentos, a fim de determinar o montante de constituição de provisão complementar. Em 31 de dezembro de 2016, não foi reconhecida pela Fundação qualquer provisão para perda na realização desses investimentos.

#### Concessionária Rio Teresópolis S.A. (CRT)

A Fundação possui investimento no Fundo Rio Preto CP montante de R\$ 141.664 mil. O Fundo detém investimentos em debêntures de emissão da Concessionária Rio-Teresópolis S.A. ("CRT"), no montante de R\$ 24.000 mil, cuja remuneração é baseada em participações lucros da CRT e o investimento foi mensurado pelo seu valor econômico, com base em laudo de avaliação econômico-financeiro, elaborado por empresa especializada com data-base de avaliação de 30 de junho de 2016.

A Deliberação nº 241/2014, Agência Nacional de Transporte Terrestres – ANTT, reconheceu o desequilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão da CRT e, em agosto 2015, a ANTT elaborou a Nota Técnica nº 126/2015/GEROR/SUINF com alternativas possíveis para o reequilíbrio contratual. Em 08 de novembro de 2016, por meio da Resolução nº 5.210, a ANTT aprovou, com vigência a partir de 5 de dezembro de 2016, a revisão extraordinária e o reajuste da tarifa básica de pedágio do contrato de concessão CRT. Em 31 de dezembro de 2016, caso houvesse a referida mais valia reconhecida na Fundação, o investimento da Fundação teria aumentado em R\$ 20.560 mil.

#### Fundo Caixa Imunana CP

Conforme mencionado em Nota Explicativa nº 5 as demonstrações contábeis, a Fundação possui investimentos de R\$ 5.654 mil no Fundo Caixa Imunana CP. O Fundo detém 100,11% do seu patrimônio líquido investido no Hamilton Lane Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Participações,

totalizando R\$ 5.545 mil, cujos ativos referem-se substancialmente, a cotas de fundos de investimentos em participação. Não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente em relação à posição patrimonial e financeira do Fundo Investido em 31 de dezembro de 2016, bem como as suas demonstrações contábeis auditadas nem as do último exercício social do Fundo Investido. Consequentemente, não foi possível determinar a necessidade de eventuais ajustes em relação ao investimento detido pelo Fundo, bem como ao resultado por ele produzido no exercício findo nessa data e o correspondente reflexo no valor do Fundo.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

## Ênfases

### Ação Judicial para permanecer nos planos Prece I e II sem contribuição extraordinária

Conforme mencionado em Nota Explicativa nº 9b, ainda está em vigor a liminar concedida pelo Juiz da 7ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro no processo 0000641-32.2011.5.01.0007 apresentado pelo SINTSAMA, mantendo-se a determinação de que a Prece se abstenha de majorar e cobrar toda e qualquer contribuição extraordinária dos Planos Prece I e II.

Atualmente o processo encontra-se na 14ª Vara Cível da Comarca da Capital - RJ, sob o nº 0337072-86.2013.8.19.0001, em razão do STF ter reconhecido a competência cível para processar e julgar questões relacionadas à Previdência Complementar.

O processo movido pelo SINTSAMA foi apensado ao processo nº 0291346-89.2013.8.19.0001 e movido pelo STAECNOM em andamento na mesma Vara Cível, para serem julgados juntos, por conexão.

A PREVIC em seu relatório de fiscalização n.º 29/2013/ERRJ/PREVIC atestou, dentre outras coisas, que o Plano Prece I continua deficitário pela não entrada efetiva das contribuições extraordinárias o que pode ter como consequência a liquidação do Plano, a existência de liminar que suspende as referidas contribuições, mencionou a paridade contributiva da patrocinadora e sinalizou que a abertura de um novo processo de migração poderia ser uma solução.

A Prece em uma tentativa de solucionar o problema, para aqueles que não migraram, firmou junto à Câmara de Mediação, Conciliação e Arbitragem da PREVIC um acordo juntamente com a CEDAE, CAC, ASAPAE, STIPDAENIT, AFTAE, ASEAC, SENGE e SINAERJ, no qual as partes se comprometeram a realizar a reabertura do Plano PRECE CV, estando o processo em fase de alteração dos Regulamentos dos Planos PRECE I e II.

A Prece requereu judicialmente em 9 de fevereiro de 2015 a suspensão dos processos coletivos movidos pelos sindicatos até o término do prazo de migração para o Plano PRECE CV. A magistrada, em 28 de abril de 2015, nos autos da ação principal nº 0291346-89.2013.8.19.0001, movida pelo Staecnon e distribuída em primeiro lugar à Vara Cível, acolheu o pedido da Prece e suspendeu o processo pelo prazo de 90 (noventa) dias. Em 18 de novembro de 2015, o cartório certificou o término do prazo de suspensão e ainda, informou que o processo permanece paralisado por mais de 60 (sessenta) dias.

Em setembro de 2016 a Prece peticionou ao juízo em ambos os processos requerendo que os efeitos da Liminar que determinou a suspensão das cobranças de contribuição extraordinária não fossem aplicados aos participantes que tiveram sentença de mérito desfavorável em suas respectivas ações individuais, possibilitando a cobrança dos mesmos e da CEDAE. Até o momento, não houve nenhuma decisão da juíza acerca do requerido.

### Déficit atuarial – Plano Prece I

Conforme mencionado em Nota Explicativa nº 11 as demonstrações contábeis, o Plano Prece I, no fim do exercício de 2016, demonstrou resultado deficitário no montante de R\$ 125.441 mil, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e Patrimônio de Cobertura do Plano. Considerando a inexistência de títulos públicos marcados na curva, não havendo ajuste de precificação. Dessa forma, o plano apresenta Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$ 125.441 mil, que por ser superior ao limite do Déficit Técnico Acumulado de R\$ 30.691 mil ou 7,75% das provisões matemáticas, havendo a obrigatoriedade da instalação do processo de equacionamento do déficit do valor mínimo de R\$ 94.750 mil, conforme a Resolução MPS/CNPC nº 22/2015.

## Outros assuntos

### Saldos comparativos ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados de forma comparativa, foram por nós examinados, sobre os quais emitimos relatório de auditoria, datado de 15 de abril de 2016, contendo ressalva sobre o desenquadramento dos investimentos imobiliários e de renda variável e ênfases referentes a ação judicial para permanecer nos planos PRECE I e II sem contribuição extraordinária e sobre o déficit atuarial do plano PRECE I.

## Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2017.

BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 SP 013846/0-1 – S – RJ

Alfredo Ferreira Marques Filho  
Contador CRC 1 SP 154954/0-3-S-RJ

Fernando Pereira da Silva Marques  
Contador CRC 1 RJ 092490/0-3

## PARECER E VOTO DO CONSELHO FISCAL

### SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA PRECE DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016

Em conformidade com o art. 45, § 1º, I, do Estatuto da PRECE Previdência Complementar, consoante ao que estabelece a letra "j", do item 17, do Anexo "C", da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) nº 08, de 31 de outubro de 2011, este Conselho analisou as Demonstrações Contábeis Consolidadas: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS) e Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) e as Individuais por Plano de Benefícios: PRECE I, II, III e CV, Demonstrac o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DAL), Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DMAL) e Demonstrac o das Provisões Técnicas (DPT), do exercício financeiro de 2016, consubstanciada pelo Parecer Atuarial da MERCER GAMA, responsável técnica pelos Planos de Benefícios PRECE I, II, III e CV, assim como pelo Relatório/Parecer da Auditoria Independente emitido pela BDO RCS Auditores Independentes SS. Diante das análises efetuadas este Colegiado entende que as referidas demonstra es representam a situa o patrimonial e financeira dos planos, conforme citado no Parecer da Auditoria Independente, mas considerando os **Destaques** deste Conselho, a seguir detalhados:

#### • DESTAQUES:

a) Ratifica o das ** nfases** e das **Ressalvas** apresentadas no Relatório/Parecer da Auditoria Independente. Entretanto, a Ressalva sobre o Fundo Lameirão, não foi conclusiva.

b) Quanto a Ressalva da Auditoria Independente sobre as provisões para perdas das Cédulas de Créditos Bancários (CCB) alocadas no Fundo de Investimentos Lameirão, Nota Explicativa n  5, o Conselho Fiscal já havia detectado e apontado tal situa o em seu Relatório de Mar/16, solicitando providências da Diretoria e do Administrador do Fundo, considerando que o referido Fundo   Exclusivo da PRECE. As quais somente foram efetivamente adotadas a partir de janeiro de 2017, o entendimento do Conselho Fiscal que o provisionamento deveria ocorrer no exercício financeiro de 2016, em consonância com os critérios dos períodos de provisionamentos, regulado na Instru o Normativa n  34, de 2009, da Secretaria de Previdência Complementar-SPC (atual PREVIC). Ao adotar as provisões de única vez em janeiro de 2017 no montante de R\$ 271 milhões, e não no decorrer do exercício de 2016, em atendimento a Instru o Normativa supracitada conforme constatado na Nota

Explicativa n  14 "a", os prazos já estavam decorridos em 2016, ocasionando a Ressalva feita pela Auditoria Independente BDO RCS Auditores Associados SS. O Plano PRECE III não possui em sua carteira de investimentos o citado fundo.

c) Ressalta-se que, independentemente da referida provisão do Fundo Lameirão, consta em 2016 um estoque de provisão para perdas com investimentos de R\$ 263 milhões, já impactando o patrimônio dos Planos: PRECE I, II e CV. Correspondendo a investimentos privados de renda fixa com R\$ 176 milhões, imóveis alug eis (Teatro Municipal) com R\$ 86 milhões e empréstimos aos participantes com R\$ 2 milhões. Conforme consta da Nota Explicativa n  5, letras "a", "c", "d". Com rela o a esses defaults, este Colegiado vem requerendo continuamente da Diretoria providências na recupera o dos referidos valores, conforme constam dos seus Relatórios Semestrais de Controles Internos.

d) Com rela o aos desenquadramentos dos investimentos em consonância com as regras da Resolu o do CMN n  3.792, de 2009, conforme Nota Explicativa n  6, e Ressalva da Auditoria Independente, este Conselho vem monitorando as providências adotadas pela Diretoria para regulariza o, conforme constam dos seus Relatórios Mensais e Semestrais.

e) Ressaltamos, também, a manuten o da grave situa o do desequilíbrio patrimonial, atuarial e de solvência do Plano PRECE I, que poderá ocasionar a sua liquida o que afetar , também, o Plano PRECE II, conforme constam das Notas Explicativas n  9 e n  11. Tal situa o vem sendo monitorada pelo Conselho Fiscal e manifestando sua preocupa o desde o início do processo de migra o, uma vez que, a cada exercício está se agravando em prejuízo dos participantes e principalmente dos assistidos (aposentados e pensionistas). Tal situa o   de inteiro conhecimento da PREVIC.

#### CONCLUSÃO DO VOTO

Diante do exposto, este Conselho Fiscal por 03 (três) votos a favor e 01(um) voto contra, considera aprovado o Parecer, com ressalva as Demonstra es Contábeis dos Planos: PRECE I, II e CV, e Consolidada do Exercício do ano de 2016.

Recomendamos o encaminhamento ao Conselho Deliberativo, para análise, avalia o e manifesta es das restri es contidas dos Destaques, sobre as referidas Demonstra es Contábeis.

Rio de Janeiro, 05 maio de 2017.

JOSÉ COSTA NETO  
Presidente do Conselho

JUSSARA SEIA FERREIRA  
Membro Efetivo Eleito

DAISY CRISTINA de A. MENEZES  
Membro Efetivo Nomeado

ELDER MUNIZ DA SILVA  
Membro Efetivo Nomeado

## DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da PRECE – Previdência Complementar, em cumprimento às determinações expressas no Artigo 22 e no parágrafo único do Artigo 24 do Estatuto desta Entidade, examinou as seguintes matérias apresentadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Fiscal, relativas ao exercício de 2016:

1. Balanço Patrimonial;
2. Demonstrações Financeiras;
3. Notas Explicativas;
4. Parecer do Auditor Independente;
5. Pareceres do Atuário Independente;
6. Parecer e Voto do Conselho Fiscal.

As demonstrações contábeis, constantes no Relatório da BDO RCS – Auditores Independentes (CRC 2 SP 013846/0-1 – S – RJ) refletem adequadamente em todos os aspectos, a posição patrimonial e financeira consolidada da Prece.

Em relação às manifestações expressas, sob a forma de Reservas e Ênfases, pelos Auditores Independentes e os Destaques consignados pelo Conselho Fiscal, o Conselho Deliberativo apresenta as seguintes considerações:

1. Quanto ao desenquadramento passivo da Carteira Imobiliária da Prece, este Conselho recomenda à Diretoria Executiva que ainda este ano, seja assinado o TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) junto à PREVIC, evitando possível autuação pela desconformidade. Com relação ao desenquadramento dos ativos de renda variável, este Conselho determina à Diretoria Executiva que apresente estudo financeiro individual dos ativos de baixa liquidez, para uma possível venda, seu preço atualizado e da reposição do valor, em caso de deságio, em nova aplicação no mercado.
2. Quanto ao Fundo de Investimentos Lameirão, este Conselho acolhe a Nota 5 letra g.1 das Notas Explicativas da Administração, entretanto, determina que a Diretoria Executiva seguindo o princípio da prudência, adote a Instrução Normativa SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, sempre que ocorrer atraso no recebimento do valor principal de todos os

direitos creditórios de liquidação duvidosa que seja titular.

3. Quanto ao Fundo de Investimentos Rio Preto, este Conselho acolhe a Nota 5 letra b das Notas Explicativas da Administração.
4. Quanto ao Fundo de Investimentos Caixa Imunana, este Conselho acolhe a recomendação contida no Relatório dos Auditores Independentes e determina à Diretoria Executiva que providencie e encaminhe à BDO RCS para avaliação, a posição patrimonial e financeira do fundo em 31 de dezembro de 2016, bem como suas demonstrações contábeis auditadas do último exercício social.
5. Quanto ao Plano PRECE I, uma vez que as contribuições a serem vertidas pela Patrocinadora, Participantes e Assistidos estão sub judice desde 2011, e houve decisão judicial que determinou a não cobrança pela Prece das mesmas, este Conselho esclarece, conforme Nota 11, das Notas Explicativas da Administração, que o plano apresenta equilíbrio técnico ajustado deficitário de R\$ 125.441 mil, havendo assim a obrigatoriedade de instalação do processo de equacionamento do déficit no valor mínimo de R\$ 94.750 mil no decorrer de 2017.
6. Quanto ao processo da nova migração dos Planos Prece I e II para o Plano Prece CV, este Conselho determina à Diretoria Executiva que apresente o andamento, mensalmente, do Plano de Ação, visando a adequação dos Regulamentos dos referidos Planos, acordado com a PREVIC.

Desta forma, o Conselho Deliberativo da PRECE – Previdência Complementar, na 434ª Reunião Extraordinária, realizada em 23 de maio de 2017, em cumprimento às determinações expressas no Estatuto desta Entidade e da legislação em vigor,

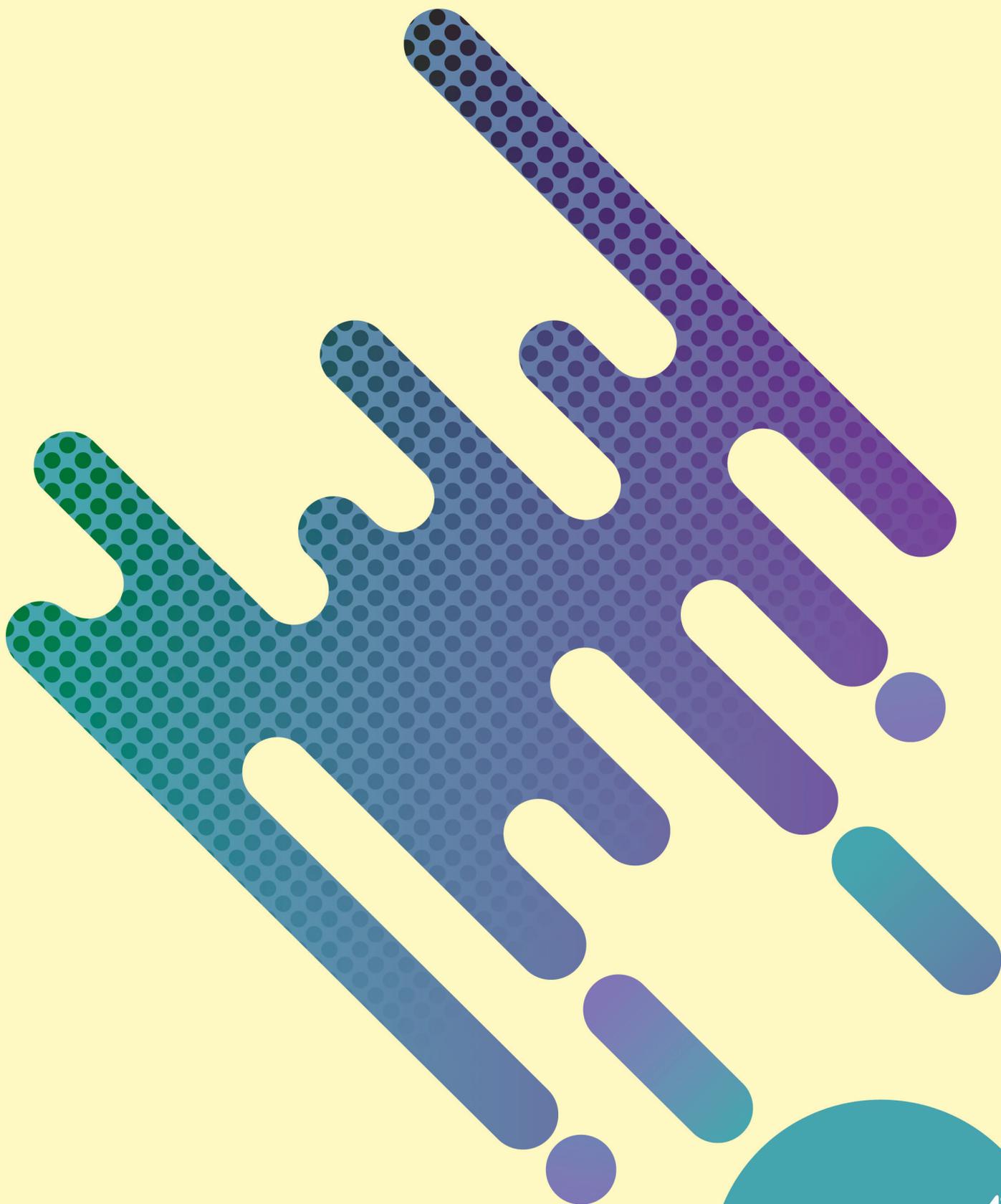
### Delibera:

Aprovar as contas da Diretoria Executiva da PRECE relativas ao exercício de 2016, uma vez que as Demonstrações Contábeis, o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer e Voto do Conselho Fiscal corroboram com a exatidão das contas da Entidade.

Em 23 de maio de 2017.

EDUARDO FREIRE DA SILVA VARGAS  
Presidente do Conselho Deliberativo





(21) 3282-8160  
prece@prece.com.br | www.prece.com.br  
Rua Prefeito Olímpio de Melo, 1676 | Benfica  
Rio de Janeiro | RJ | CEP: 20930-005

